

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA TERESA SOUZA

**A PROSPECTIVA ESTRATÉGICA NA NORMALIZAÇÃO DO ESTADO JAPONÊS: UMA  
ANÁLISE DOS CONDICIONANTES DE FUTURO PARA A ESTRATÉGIA DE  
SEGURANÇA DO JAPÃO**

UBERLÂNDIA

2017

ANA TERESA SOUZA

**A PROSPECTIVA ESTRATÉGICA NA NORMALIZAÇÃO DO ESTADO JAPONÊS:  
UMA ANÁLISE DOS CONDICIONANTES DE FUTURO PARA A ESTRATÉGIA DE  
SEGURANÇA DO JAPÃO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pelo Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientador: Prof. Msc. Erwin Pádua Xavier

UBERLÂNDIA

2017

ANA TERESA SOUZA

**A PROSPECTIVA ESTRATÉGICA NA NORMALIZAÇÃO DO ESTADO JAPONÊS:  
UMA ANÁLISE DOS CONDICIONANTES DE FUTURO PARA A ESTRATÉGIA DE  
SEGURANÇA DO JAPÃO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pelo Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

BANCA EXAMINADORA

.....

Prof. Msc. Erwin Pádua Xavier

Orientador

.....

Prof. Dr. Armando Gallo Yahn Filho

.....

Prof. Dr. Flávio Pedroso Mendes

## Sumário

Introdução.....	5
1. A “Anormalidade” do Japão e a Prospectiva Estratégica.....	12
1.1 Políticas de Segurança dos Estados e as Relações Internacionais.....	12
1.2 A “Anormalidade” da política de segurança do Japão.....	17
1.3 Uma nova identidade de segurança japonesa? .....	21
1.4 Conhecendo a Prospectiva Estratégica .....	23
1.5 A prospectiva no caso da “normalização” japonesa .....	26
2. A Trajetória Japonesa Contemporânea: de potência imperialista à potência “em normalização” .....	31
2.1 O Japão Imperialista (1868-1912).....	31
2.2 A Guerra no Pacífico e a Rosa de Hiroshima (1937-1945).....	40
2.3 A ocupação norte-americana: perda da autonomia militar (1945-1952) .....	46
2.4 Uma potência “anormal”.....	52
2.5 O processo de “normalização” do Estado japonês .....	60
3. O novo normal japonês: a estratégia de segurança japonesa e suas perspectivas .....	70
3.1 O sistema.....	70
3.2 As variáveis .....	72
3.3 As variáveis-chave.....	108
3.4 Os cenários .....	111
Considerações finais .....	115
Referências bibliográficas .....	118

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Exemplo de sistema e componentes dos cenários .....	27
Figura 2: Bombas de Hiroshima e Nagasaki .....	44
Figura 3: Junichiro Koizumi visita o Santuário Yasukuni.....	63
Figura 4: Abe Shinzo se encontra com Donald Trump em Washington .....	68

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Exemplo de Matriz de Análise Estrutural .....	28
Tabela 2: O sistema .....	70
Tabela 3: Matriz de Análise Estrutural.....	109

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Os diferentes tipos de variáveis nos planos de influência e dependência .....	28
Gráfico 2: Modelo pós-Guerra Fria .....	67
Gráfico 3: Incursões de navios chineses nas águas territoriais ao redor das ilhas Senkaku	90
Gráfico 4: Plano de Influência e Dependência das Variáveis .....	110

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Segunda Guerra Mundial no Pacífico 1941-1945.....	42
Mapa 2: Disputas no Mar do Sul da China .....	93
Mapa 3: Ilhotas Dokto/Takeshima .....	94
Mapa 4: Ilhas Kurilas .....	103

## Introdução

O Japão, conhecido também como a “Terra do Sol Nascente”, já assumiu mais de uma identidade ao longo de sua história contemporânea. Ao longo do século XX, ele já foi considerado por muitos uma “potência pacífica”, uma “potência civil”, uma “superpotência frágil” e, mais comumente, uma “potência anormal”. Essas caracterizações se devem à sua trajetória política pós-Segunda Guerra Mundial, ao seu rápido crescimento econômico e desenvolvimento nacional e, em grande parte, às suas escolhas quanto à política de segurança.

Seguida da humilhante e devastadora derrota na Segunda Grande Guerra, os japoneses viveram um curto período de ocupação aliada, leia-se, norte-americana. O período ajudou a consolidar a democracia e os valores ocidentais na cultura japonesa e deixou como legado uma aversão ao militarismo do período imperialista pré-guerra, ou qualquer coisa que se assemelhe a ele. Essa norma pacifista foi institucionalizada na constituição japonesa na forma do controvertido Artigo 9º e influencia as decisões relacionadas à segurança nacional até hoje. O artigo, literalmente interpretado, exclui a possibilidade de o Japão possuir forças armadas.

Contudo, o fim da Guerra Fria trouxe novos desafios para o mundo e, sem dúvidas, para a “Terra do Sol Nascente”. A virada para o século XXI foi marcada por transformações importantes no contexto regional e global e, simultaneamente, na política doméstica do Japão, com consequências para sua política externa e inserção internacional. Nesse novo cenário, as classificações anteriores se tornam insuficientes para definir a situação japonesa e o Artigo Nono é reinterpretado e ressignificado. Em face às novas ameaças, o pacifismo perde força e uma remilitarização toma rumos mais robustos, apesar dos constrangimentos internos e externos.

Tendo em vista o que foi contextualizado, propõe-se que o mais adequado seria considerar o Japão como uma “potência em normalização”. Isso porque sua estratégia de segurança, a partir da década de 50, foi considerada “anormal” dentro do contexto de anarquia sistêmica das relações internacionais; mas, a partir dos anos 2000, o processo de adequação à configuração do sistema de Estados ganha desenvolvimentos importantes.

Sendo assim, ao fornecer um olhar sobre o futuro desse contexto, a prospectiva estratégica se apresenta como um método útil de auxílio à formulação das estratégias de

segurança desse Estado em transformação. Ela difere das previsões futurísticas por ser orientada à ação e defende uma abordagem plural para compreender e orientar a atuação no sistema que se pretende analisar.

Por isso, levando em consideração as demandas do método, este trabalho quis fornecer uma visão holística de um tema ainda pouco estudado no Brasil. A história e cultura japonesa, além de ser de grande interesse pessoal da autora, pode oferecer valiosas lições para os estudos de Relações Internacionais e para as formulações de políticas públicas, considerando as políticas de segurança e externa como formas de política pública.

Além disso, as dinâmicas econômicas e políticas do leste asiático têm potenciais de impacto global, fazendo imperativo seu melhor entendimento e o conhecimento de seus possíveis desdobramentos nos próximos anos. A retomada do poder militar “normal” do Japão tem implicações cruciais para a segurança regional e global. Com sua especialização tecnológica, economia dinâmica e apelo cultural, as possibilidades de atuação como potência aumentam a partir do aumento de suas forças militares, pelo menos no que se refere à sua influência sobre os países vizinhos. Embora muita atenção tenha sido dada à ascensão chinesa nos últimos anos, tanto na mídia quanto no meio acadêmico, uma reemergência do Japão como ator militar é mais relevante e pode reconfigurar a balança de poder no leste da Ásia. Assim, faz-se necessária uma análise mais minuciosa desse processo e de suas consequências.

A partir desses entendimentos, faz-se a seguinte pergunta de pesquisa: quais os principais fatores condicionantes da “normalização” japonesa e quais os impactos de um Japão parcial ou completamente “normal” no ambiente de segurança do leste asiático nos próximos 13 anos?

Assumindo-se que há condições favoráveis a uma “normalização” mais ampla Japão nos próximos 13 anos, a hipótese central do trabalho é que a política interna japonesa, as relações com os Estados Unidos, com a China e com os demais vizinhos asiáticos serão os aspectos mais relevantes na redefinição da estratégia de segurança japonesa e de seu status. Além disso, pressupõe-se que tal fenômeno aumentará as tensões, por vezes já altas, do país com seus vizinhos no leste asiático, em especial, com a China.

Dessa maneira, o primeiro capítulo visa a esclarecer os conceitos de “anormalidade” e “normalização” do Japão à luz das teorias de Relações Internacionais. Ele se baseia, em um primeiro momento, na perspectiva realista e, posteriormente, pretende mostrar a necessidade de outras abordagens para uma análise adequada do caso que se pretende estudar. Ele também apresenta o método da prospectiva estratégica, de Michel Godet, explicando o porquê o método é melhor aplicado com uma diversidade de abordagens.

O segundo capítulo se dedica a uma explicação histórica dos antecedentes da “anormalidade” japonesa e da progressiva “normalização” que a sucedeu, chegando até a atualidade. O terceiro e último capítulo substantivo aplica a prospectiva estratégica para o caso do Japão, delimitando o sistema e fazendo uma análise estrutural para evidenciar suas variáveis-chave. Esse capítulo faz uso de uma diversidade de fontes contemporâneas, entre elas, as análises de acadêmicos, pesquisas de opinião, notícias, dados oficiais de agências especializadas, previsões, entre outros, para, ao final, propor quatro tipos de cenários para a normalização japonesa.

## **1. A “Anormalidade” do Japão e a Prospectiva Estratégica**

Esse capítulo se dedica a esclarecer o porquê do status “anormal” do Estado Japão à luz das teorias de Relações Internacionais, considerando que “[...] the mainstream of IR theory has influenced every sovereign nation-state in the world<sup>1</sup>” (SEN, 2014, p. 7). Em seguida, explica-se brevemente a normalização militar, associando a necessidade de uma análise ampla desse processo com as demandas do método da prospectiva estratégica e, finalmente, apresenta-se como esse método será adotado para análise do problema proposto.

### **1.1 Políticas de Segurança dos Estados e as Relações Internacionais**

Qualquer estudo sobre políticas de segurança, de acordo com Viotti (1994), deve começar pelo exame do sistema internacional e pela determinação da posição do Estado em questão dentro do mesmo. Como característica primordial, o sistema internacional é anárquico, ou seja, não dispõe de qualquer autoridade acima de suas partes constituintes, os Estados. Esse ambiente internacional de interação entre Estados pode ser tanto uma fonte de oportunidades quanto de ameaças. De fato, é a anarquia a precondição para as políticas de defesa de Estados que se intitulam entidades soberanas. De acordo com os objetivos de segurança nacional, eles formulam suas estratégias, forças e doutrinas de uso da força. Dessa forma, a política de defesa de qualquer Estado é intimamente ligada à sua posição no sistema internacional.

O sistema internacional contemporâneo emergiu formalmente na Europa entre os séculos XVI e XVII. Pela paz de Vestfália, acordada em 1648, se lançaram as bases formais para o conceito de soberania e de um sistema internacional. Os Estados passaram a ter direito de exercer completa jurisdição sobre seus próprios territórios e de ser independentes e autônomos em suas relações uns com os outros (VIOTTI, 1994).

Entre 1500 e 1789, pôde-se testemunhar a ascensão de Estados soberanos independentes e a institucionalização da diplomacia e das forças armadas. Esse não foi, entretanto, um processo unificado e livre de disputas, visto que institucionalizar o Estado significava criar uma concentração legítima dos meios de coerção, como mostra Cepik (2003):

---

1 “[...] as correntes convencionais da teoria de Relações Internacionais têm influenciado todos os Estados-nação soberanos no mundo” (SEN, 2014, p. 7).

O processo de afirmação dos Estados nacionais europeus foi marcado por importantes conflitos[...] e uma intensa competição entre os Estados nacionais e destes Estados com outros tipos de unidades políticas [...]. Quando uma coalizão que tentava expandir sua base de recursos encontrou grupos com meios de força comparáveis e que tornavam muito elevados os custos da dominação, a guerra foi o mecanismo de resolução do impasse. Conquistadores transformaram-se em governantes quando tentaram exercer um controle estável sobre as populações e territórios cada vez mais extensos, única forma de garantir o acesso regular aos bens e serviços ali produzidos (CEPIK, 2003, p. 76-77).

Assim, pode-se dizer que o Estado moderno surgiu e foi moldado pelos esforços de guerra. O modelo que melhor atendia os objetivos dos governantes (vencer a guerra e aumentar sua dominação) prevaleceu. E para atingir esses objetivos, havia custos políticos, barganhados em troca da estabilidade oferecida à população de determinado território que, com suas semelhanças étnicas e culturais, passam a integrar a nação. O Estado exercerá, então, autoridade exclusiva, caracterizada pelo monopólio do uso legítimo da força. As forças armadas, o policiamento e os sistemas de informação se tornam seu núcleo coercitivo (CEPIK, 2003).

Essa ideia ocidental foi sendo exportada para as Américas, a África e a Ásia durante os períodos coloniais e imperiais, como um padrão de civilização. O sistema internacional contemporâneo foi definitivamente estabelecido após os movimentos de independência dos séculos XVIII e XIX, e da descolonização do século XX (SEN, 2014).

De qualquer modo, a ausência de uma autoridade central internacional com poder para prevenir ou parar agressões produz um problema de segurança generalizado. A segurança se tornar uma preocupação individual de cada Estado-nação, mas nem todas as medidas tomadas em nome da defesa aumentam a segurança. A alocação de mais recursos para a defesa pode induzir outros Estados a fazer o mesmo, incentivando uma corrida armamentista, e minando a segurança para todas as partes. Tal fenômeno é chamado de dilema da segurança (HERZ, 1950).

Herz (1950) afirma que sempre que existiu uma sociedade anárquica, na História conhecida, existiu também um dilema de segurança. Preocupados com possíveis ataques, com a dominação, a aniquilação, entre outros, os Estados são levados a buscar cada vez mais poder para escapar dos impactos do poder dos demais.

Assim, para responder ao problema da segurança em um mundo anárquico, os Estados formulam estratégias com base em seus recursos e capacidades, podendo agir tanto internamente (desenvolvendo exércitos ou suas economias) quanto externamente (construindo alianças). Para a corrente realista, proeminente dentre as tradicionais correntes das Relações Internacionais, a solução destacada para o dilema de segurança é o equilíbrio de poder (VIOTTI, 1994).

Uma vez atingido, o equilíbrio de poder coloca as alianças ou competidores em bases iguais e, a partir disso, seus esforços devem ser direcionados para a sua manutenção. Análises mais recentes dentro do paradigma realista também consideram a dissuasão nuclear como uma das possibilidades para a paz ou, ao menos, para a ausência de conflitos de larga escala. Isso revela que não é realmente necessária a utilização das capacidades para manter uma balança de poder que, no caso das armas nucleares, teria consequências fatais. A simples ameaça do uso da força pressupõe a posse de capacidades defensivas e/ou de meios para ir à guerra, mesmo sem a intenção de utilizá-los (SEN, 2014).

Essa teoria também explica a guerra, que tem permanecido um fator constante no sistema internacional. Ela assume que os Estados são os atores mais importantes no sistema, em detrimento de outros (empresas transnacionais, organizações internacionais, sociedade civil organizada, etc). Eles são instrumentalmente racionais e sua motivação principal é a sobrevivência ou manutenção de sua soberania (SEN, 2014).

Entretanto, a balança de poder já tanto contribuiu como foi um obstáculo para a guerra. A formação de alianças foi considerada uma das principais causadoras da Primeira Grande Guerra. Para substituir a formação de alianças, no pós-guerra, surge o conceito de segurança coletiva. A agressão e o uso da força estavam proibidos. O mecanismo de gerenciamento previsto era a união dos Estados para inibir e/ou punir os infratores. Mesmo falhando em impedir a Segunda Guerra Mundial, o conceito foi restaurado no pós-guerra com as Nações Unidas. Seu uso novamente se provou limitado com o advento da Guerra Fria, mesmo com o relativo sucesso de algumas de suas operações de paz. A segurança coletiva tentado estabelecer uma paz baseada em princípios legais, com seu cumprimento dependendo da coletividade. Todavia, ainda é controverso que a aprovação do uso da força dependa da vontade e consenso das cinco potências com poder de veto no Conselho de Segurança da ONU (VIOTTI, 1994).

A segurança também pode ser abordada e buscada pelo estabelecimento de regimes, isto é, uma série de normas ou regras formais para governar as relações internacionais em diversos assuntos. Alguns desses regimes podem ter qualidades vinculantes, mesmo sem uma autoridade central. É correto afirmar que os regimes aderidos pelos Estados têm grande influência sobre suas escolhas quanto às políticas de defesa (VIOTTI, 1994).

Os regimes, em si, não alteram a condição de anarquia, apesar de reduzirem sua imprevisibilidade e incerteza, como explica Viotti (1994). Eles também não acabam com os conflitos, mas fornecem rotinização, definem limites e constrangimentos a eles, trazendo maior previsibilidade aos comportamentos e maior controle aos Estados.

Autores neorrealistas se referem à condição da Guerra Fria como uma “estrutura” ou distribuição de capacidades bipolar. Isso quer dizer que, dadas suas posições de poder relativas, as duas potências do período realizavam políticas com efeito global. Além do mais, seus status de superpotências não dependiam das armas nucleares. Sem elas, suas capacidades relativas ainda seriam muito maiores que as dos demais Estados. É difícil discordar que as políticas e relações das superpotências na Guerra Fria impactaram as escolhas de políticas de defesa de virtualmente todos os outros Estados, com impactos muito maiores do que os de outras potências de escopo regional. Com o desmantelamento da URSS, os EUA assumem papel de destaque nos cálculos dos demais países. A nova ordem que surge a partir disso é, para alguns, unipolar, para outros, multipolar (VIOTTI, 1994).

Independentemente disso, nenhum Estado tem o poder de agir sozinho, de forma hegemônica, impondo todas as suas vontades sobre os demais. Até mesmo as maiores potências modelam suas posições pelos graus de dependência ou interdependência ao qual estão submetidas. Isso significa que, assumindo os Estados como atores principais, a interdependência se refere aos efeitos externos das ações tomadas por um dado Estado ou grupo de Estados sobre outros Estados (VIOTTI, 1994).

Tendo reconhecido a importância do poder e sua distribuição para afetar as escolhas de política de segurança, também é preciso identificar suas limitações explicativas. É evidente que o realismo explica alguns eventos internacionais importantes, mas não a sua totalidade. As Relações Internacionais são um campo complexo que requer o uso de múltiplas abordagens (SEN, 2014).

Debates mais recentes dentro do campo das Relações Internacionais se preocupam em analisar até que ponto a ação estatal é influenciada pela estrutura do sistema (anarquia e distribuição de poder) e como, ou se, as interações, instituições e regimes podem alterar essa lógica. É colocado em questão se a anarquia é algo dado, intrínseco ao sistema, ou se foi construída; como os agentes produzem a estrutura e como a estrutura produz os agentes; ou ainda, se é possível mudar os interesses e identidades dos Estados ou apenas seus comportamentos (WENDT, 1992).

Como já foi afirmado, os Estados são interdependentes, mas não só entre si. A teoria liberal ressalta o papel de processos de cooperação transnacionais e organizações internacionais nas interações do sistema internacional. É valorizada a forma como o comércio internacional pode agir como um constrangimento para a guerra, tornando-a mais custosa e tornando preferível a cooperação. A teoria argumenta que as instituições fazem com que os Estados cooperem melhor, limitando os efeitos da anarquia (SEN, 2014).

Também se faz essencial dar atenção aos acontecimentos e processos internos na formulação das políticas de segurança estatais. A abordagem pluralista defende que é um erro reconhecer o Estado como ator unitário. Sua principal questão é como as interações de indivíduos, grupos e burocracias geram os resultados políticos. Ela traz a atenção ao interno para entender o externo (VIOTTI, 1994).

Do mesmo modo, o poder dos Estados pode ser moderado pela vontade nacional. Considerando que o poder é um produto da credibilidade e das capacidades percebidas, as percepções de poder seriam tão importantes quanto os cálculos objetivos de capacidades. Os tomadores de decisão e a população têm uma certa imagem do papel que seus Estados deveriam desempenhar no sistema internacional. Se eles percebem poucos ou nenhum impedimento, podem colocar o Estado rumo a atingir certos objetivos, que podem ser apoiados por outros atores. Há, por vezes, um atraso na percepção das mudanças, da mudança objetiva até a percepção subjetiva ou aceitação do novo papel, porém elas não deixam de ocorrer (VIOTTI, 1994).

Sendo assim, é válido considerar que, mesmo que no longo prazo, os interesses e identidades dos Estados e sociedades podem sofrer alterações. A teoria construtivista argumenta que os comportamentos de autoajuda são o resultado do processo pelo qual os

Estados e o sistema de Estados foram construídos e, desse modo, é possível transformar os efeitos dessa natureza anárquica das relações entre Estados (SEN, 2014).

O construtivismo fornece ainda uma visão ampliada dos estudos de segurança que, para os teóricos tradicionais, limitava-se ao estudo das ameaças, do uso e do controle da força militar. Esses aspectos não deixam de ser importantes, porém, não estão mais sozinhos na agenda da segurança. Também devem ser levados em consideração os processos intersubjetivos. Um exemplo disso são os discursos políticos, que podem construir uma ameaça à segurança nacional para legitimar ações extraordinárias e rompimentos das regras políticas normais, sem necessariamente existir uma ameaça real. “A construção discursiva e de ameaças à segurança sofre influências da história do Estado, sua posição geográfica e estrutural, e a reação que gera de outros externamente ou domesticamente” (WATANABE, 2016, p.155).

Portanto, como enuncia Viotti (1994), entender a política de defesa de um país requer consideração de diversos fatores nos níveis internacional, nacional e subnacional. Levando em consideração a formação originalmente bélica do Estado-nação e o carácter potencialmente hostil do cenário internacional, as estratégias são formulações voluntaristas dos oficiais de governo de cada Estado prevendo ou reagindo às ações externas ou a seu ambiente externo. Elas tentam maximizar suas posições, atingindo pelo menos um grau adequado de segurança ou de capacidades de defesa. Essas formulações sofrem as mais diversas influências, seja de fatores internos ou externos, materiais e imateriais.

## **1.2 A “Anormalidade” da política de segurança do Japão**

O Japão perplexa o mundo. Tornou-se um grande poder mundial, mas ainda não se comporta como a maior parte do mundo espera; às vezes, o Japão até dá a impressão de que não quer fazer parte do mundo (WOLFEREN, 1990 apud WATANABE, 2016, p.16).

Com base no que foi trabalhado na seção anterior, pode-se dizer que a literatura *mainstream* de Relações Internacionais considera o Japão um caso peculiar. No imediato pós Segunda Guerra, a doutrina Yoshida de pacifismo e alinhamento aos Estados Unidos prevaleceu, em contraste ao militarismo imperialista das décadas anteriores. Foi dada

prioridade ao fator econômico, visando a reconstrução do país, em detrimento do poder militar.

A defesa sempre foi um assunto importante para a identidade e para a projeção da imagem do Japão como uma grande potência. A força militar teve um papel crucial desde a modernização Meiji (1868-1912) para manter a soberania do Estado japonês e repelir as forças ocidentais. Esse pensamento levou o país a exercer o imperialismo em sua região e a um conflito de proporções mundiais, culminando em uma derrota devastadora em 1945. Desde então, a defesa tem sido um tema controverso na política japonesa (WATANABE, 2016).

O fim da guerra e suas consequências institucionalizaram uma cultura antimilitarista no Japão, afastando-o de assuntos estratégicos internacionais. Impedido, constitucionalmente, de possuir e usar forças militares, sua projeção internacional se restringia a ajudas financeiras externas ao desenvolvimento. Concomitantemente, no cenário de Guerra Fria, ele contou com apoio dos Estados Unidos para seu próprio desenvolvimento e segurança. A grande potência mundial necessitava de um aliado forte no leste asiático, considerando o fracasso capitalista após a Revolução Chinesa de 1949 e a Guerra da Coreia. O Tratado de Segurança foi a forma de os norte-americanos manterem o Japão próximo após o fim da ocupação norte-americana, em 1952 (WATANABE, 2016).

Pela constituição de 1947, estabelecida durante a ocupação estadunidense e vigente até hoje, o Estado japonês abre mão do direito de uso da força e a possibilidade de manter forças armadas. Esse instrumento tinha o intuito inicial de facilitar as relações com os vizinhos asiáticos após os traumas da guerra. Ele teve seu valor, na época, ajudando na retomada da autonomia política e inserção do Japão nos novos arranjos internacionais pós-1945 (HUGHES, 2005).

Porém, o texto, originalmente escrito em inglês, traz ambiguidades. Sua interpretação variou ao longo dos anos, a cada governo. A mais usual foi o entendimento que o Japão poderia manter forças exclusivamente para a autodefesa. Desse modo, na década de 1950, foram criadas as FAD, ou Forças de Autodefesa (Japanese Self-Defence Forces), com capacidades meramente defensivas. A grande questão é que nunca houve uma definição clara de “capacidades defensivas”. A posição de Watanabe (2016) é de que cada partido político ou

primeiro-ministro no poder dava suas próprias interpretações à lei, que por sua vez adquire carácter inexpressivo-adaptativo.

Apesar disso, durante toda a Guerra Fria, o Japão se manteve afastado de arranjos internacionais de segurança coletiva. Graças ao patrocínio norte-americano, o Japão pôde se reconstruir, restabelecer seu lugar na comunidade internacional e gerenciar o debate doméstico, muito controverso, sobre seu papel militar futuro, sem se preocupar com gastos militares (HUGHES, 2005).

Ainda assim, Hughes (2005) aponta que os japoneses estavam atentos aos problemas do comprometimento incondicional com os Estados Unidos: o custo do alinhamento viria na forma de dois dilemas de segurança. O primeiro dilema era o do abandono (abandonment), caso os Estados Unidos decidissem não cumprir com os compromissos do Tratado, algo muito improvável no contexto inicial da Guerra Fria, mas que poderia acontecer, eventualmente, deixando o Japão altamente vulnerável.

A maior preocupação para Yoshida e seus sucessores, contudo, era o aprisionamento (entrapment) na estratégia de segurança regional e global norte-americana. As bases militares norte-americanas no território japonês poderiam se tornar alvos em conflitos, nucleares ou não. Outra possibilidade era que os Estados Unidos poderiam pressionar o Japão a assumir um papel mais ativo na contenção do comunismo fora dos perímetros nacionais, especialmente, na península coreana e em Taiwan (HUGHES, 2005).

A ciência desses riscos se manifestou na redação final do Tratado, no qual estavam ausentes terminologias relacionadas à mutualidade e à segurança coletiva, diferentemente dos tratados bilaterais de segurança concluídos pelos EUA com outros Estados asiáticos. Ademais, Yoshida limitou o escopo dos comprometimentos minimizando as capacidades militares japonesas, frustrando as expectativas de Washington. Em vez de desenvolver forças terrestres e expedicionárias que poderiam ser usadas nos conflitos liderados pelos EUA, o Japão trabalhou na construção de forças terrestres, aéreas e marinhas balanceadas e dirigidas para a defesa nacional. Isso garantiria a recuperação econômica e certo grau de autonomia (HUGHES, 2005).

Portanto, percebe-se que a relação estabelecida pelo tratado foi de alinhamento, já que o Japão foi incorporado na esfera militar e capitalista, mas não de aliança, pois ele não estava preparado para contribuir ativamente com a estratégia norte-americana na região. A eventual disposição das lideranças japonesas em mudar seu papel passivo sob a doutrina Yoshida na relação com os EUA é a chave para entender as posteriores mudanças na trajetória de sua política militar (HUGHES, 2005).

De acordo com a teoria realista, a distribuição e composição das capacidades dos Estados variam substancialmente umas das outras. As capacidades militares do Japão, por exemplo, são relativamente pequenas, mas ele assumiu um papel relevante no sistema internacional devido, primordialmente, ao grande crescimento de suas capacidades econômicas. Desse modo, os Estados Unidos, o Japão, a Rússia e a Alemanha são as potências centrais em uma nova ordem mundial emergente no pós-Guerra Fria. No entanto, os EUA permanecem proeminentes, quando se agrega o tamanho e capacidades de sua economia e de suas forças militares. O Japão, por sua vez, permanece dependente da proteção nuclear e do envolvimento norte-americano em questões de segurança regionais (VIOTTI, 1994).

Assim, o termo Estado “anormal” tem sua origem no político conservador Ozawa Ichiro que, em 1993, ganhou espaço entre os acadêmicos, evidenciando essa “anormalidade” pelo fato de o Japão não possuir, nem almejar possuir, Forças Armadas e capacidades constitucionais de ir à guerra, como qualquer outro Estado soberano. De fato, no momento em que a Constituição foi adotada, o país era proibido de realizar sua própria defesa. Não obstante, especialmente a partir do início dos anos 90, essa situação de limitação constitucional sofre diversas transformações (WATANABE, 2016).

Pode-se concluir que o Japão é considerado uma potência “anormal” pois abdicou da autonomia sobre sua própria segurança em troca de um “hedging” econômico no pós-Segunda Guerra. Essa escolha de política de segurança em um contexto anárquico foi singular e arriscada, mas ascendeu a posição do Japão no sistema internacional durante a Guerra Fria. Porém, o contexto internacional e interno mudou, trazendo uma mudança na formulação da estratégia de segurança japonesa.

### **1.3 Uma nova identidade de segurança japonesa?**

Samuels (2013) afirma que o Japão desenvolveu, após a ocupação, uma “cultura estratégica” e uma identidade nacional em que a vulnerabilidade tem um papel fundamental. Em três situações diferentes, líderes japoneses construíram uma estratégia de segurança coerente e nacionalmente aceita. O primeiro, no século XIX (durante a restauração Meiji); o segundo, no período imperialista do início do século XX e por fim, o consenso da Guerra Fria: o Japão como um “free-rider” comercial. Entre esses momentos históricos de consenso, existiram extensos debates em torno dos objetivos, da autonomia e do prestígio nacionais. Mesmo assim, o Japão tem sempre sido pragmático no palco internacional. A dependência dos EUA e as “normas pacifistas” aparecem como anomalias que o próprio Yoshida previa que teriam fim décadas atrás.

O início do século XXI traz um novo período para a história do Japão que foi chamado de “revisonismo japonês”. Logo no ano de 2001, percebe-se um divisor de águas, tanto como o 11 de setembro e a nova postura do mundo em relação ao terrorismo, quanto com a ascensão do primeiro-ministro Koizumi, uma liderança revisionista. Começa-se a aumentar capacidades e competências das Forças de Autodefesa, modernizando-as. Novas legislações são aprovadas, permitindo o envio de tropas para áreas de conflitos declarados e missões de paz, exercendo informalmente a autodefesa coletiva, contrariando a constituição e sua interpretação até o momento (HUGHES, 2005).

Alterações no cenário internacional também trouxeram novos constrangimentos externos, entre eles: a falta de confiança nos Estados Unidos, a ameaça nuclear norte-coreana e a ascensão militar chinesa. A China se torna um aspecto central na definição da política de defesa. Também há pressão de Washington pela normalização militar, para dividir os custos da estabilidade regional, mas não uma normalização total, uma vez que, como um Estado “normal”, o Japão poderia decidir por possuir armas nucleares, diminuindo a influência e ingerência norte-americana no leste asiático (WATANABE, 2016).

Pode-se dizer que o Japão vivencia o que Samuels (2013) classifica como a ascensão de um novo grande consenso, ou de uma nova identidade, no que se refere à política de segurança. Ele alterara, conseqüentemente, seus interesses e sua forma de projeção no sistema

internacional. Hughes (2005) defende que o Japão está, com certeza, seguindo uma trajetória para se tornar um poder “normal”. Se a transformação de alguma das fontes de instabilidade externa em ameaça clara e imediata ocorresse, o Japão rapidamente se revelaria uma potência militar plena.

Por outro lado, Akimoto (2013) afirma que a definição da identidade de segurança do Japão é complicada e paradoxal. Os desenvolvimentos recentes destacam o fato que o Japão não só está mantendo sua identidade de segurança como um Estado pacifista, como também está se tornando um Estado normal, com capacidades militares comensuráveis com seu poder econômico. Sendo assim, o problema em aplicar teorias de Relações Internacionais para analisar a política de segurança do Japão é que nenhuma delas, sozinha, é suficiente para prover uma perspectiva compreensiva e sistemática.

As teorias convencionalmente dominantes no campo, o realismo clássico e o neorealismo, explicam o porquê do começo da normalização e a aliança com os Estados Unidos, porém, não explicam completamente porque o Japão tem hesitado em completar sua normalização e a desenvolver armas nucleares. A teoria liberal e construtivista tem seu valor em elucidar os meios e razões da proibição do rearmamento por influência do pacifismo e da cultura antimilitarista pós-guerra. Entretanto, elas não são suficientes para explicar as mudanças do início do século XXI, o processo de normalização parcial e a continuada relevância da aliança militar com os Estados Unidos (AKIMOTO, 2013).

Ao mesmo tempo, as premissas do neoliberalismo explicam porque o pacifismo do Japão tem mudado de forma a permitir uma maior contribuição internacional focada na cooperação multilateral para a paz e segurança, mas falham em apontar os motivos pelos quais o Japão não pode participar de operações de paz anteriores à 1992 e porque ele apoiou as guerras norte-americanas no Afeganistão e no Iraque (AKIMOTO, 2013).

A teoria liberal também não explica porque o aprofundamento das relações econômicas e da interdependência não levou a melhora geral das relações no campo da segurança entre China e Japão, mesmo que limite a sua deterioração. As trocas culturais entre as sociedades, evidenciadas pelas ondas de intercâmbios estudantis e do turismo, também não melhoraram a percepção que as populações desses países têm uma da outra (ROSS, 2006).

Nessas condições, cada teoria é incompleta, provendo uma explicação parcial da identidade de segurança do Japão. Esse problema de análise pode ser resolvido, portanto, com uma abordagem teórica ampla, com atenção focada na questão central e não somente em um paradigma teórico. Ele explora construções de diferentes tradições de pesquisa, com uma abordagem eclética, como proposta por Katzenstein e Sil (2008).

Essa abordagem não deve ser confundida com uma simples síntese teórica. Ela permite o desenvolvimento de explicações complexas que podem revelar diferentes relações causais e ligações entre processos, por meio da expansão do repertório de pressupostos, de ferramentas analíticas, de conceitos teóricos e de dispositivos metodológicos. Dessa maneira, é possível expandir o diálogo, trazendo progresso para as tradições teóricas e benefícios para as formulações políticas (KATZENSTEIN; SIL, 2008).

Assim, a abordagem eclética, por sua característica de propor respostas criativas focadas no problema, e não na tradição teórica, dialoga com o método utilizado nesse estudo, facilitando a visualização das possibilidades futuras da estratégia de segurança japonesa e a definição dos caminhos que ela poderá seguir. Tendo problematizado a base teórica, para melhor entender e sistematizar essas possibilidades, será utilizado o método de construção de cenários, dentro dos estudos de prospectiva estratégica.

#### **1.4 Conhecendo a Prospectiva Estratégica**

Segundo Berger (1959), a prospectiva estratégica é uma atitude, antes mesmo de ser um método ou uma disciplina. Sua principal característica é direcionar e focar as atenções no que está por vir. Ela se diferencia das previsões por não se restringir ao curto prazo e ao fatalismo: a prospectiva implica ação. Isto é, constitui-se em uma forma de observar o presente a partir dos futuros possíveis e desejáveis, considerando que o futuro não é apenas aquilo que tem mais chances de acontecer, mas também, em parte, o que se gostaria que ele fosse.

Como bem nos assegura Godet (1994), a prospectiva estratégica é uma antecipação (pré-ativa e proativa) que elucida a ação presente à luz dos futuros possíveis e desejáveis. Reconhecer as mudanças possíveis não deve impedir que os atores envolvidos ajam de forma a criar as mudanças desejadas. E como a ação sem finalidade não tem sentido e a antecipação

motiva a ação, a "indisciplina" da prospectiva (o autor não a considera uma disciplina estritamente formal por reconhecer a complementariedade entre razão e intuição) se torna indissociável da estratégia.

Para Chorincas (2006), a prospectiva estratégica minimiza as incertezas e auxilia no processo de tomada de decisão de organizações e governos. Ela fornece ferramentas que facilitam a formulação de estratégias em um mundo cada vez mais globalizado e complexo. Tendo em conta que a prospectiva territorial é uma das expressões da prospectiva estratégica, pondera essa autora:

[...] pode-se afirmar que a prospectiva territorial é uma técnica de apoio à decisão política. Contrariamente à previsão, a prospectiva territorial tem como principal instrumento de simulação cenários e não modelos [...] A previsão constrói um futuro à imagem do passado, ao passo que na prospectiva o futuro é decididamente diferente do passado (CHORINCAS, 2006, p. 280).

Como se pode verificar nessa citação, ao diferenciar previsão e prospecção, as principais diferenças são a atitude em relação ao futuro e o envolvimento dos atores. A partir disso, a prospectiva territorial pode guiar decisões governamentais e políticas públicas de longo prazo, em âmbito nacional ou subnacional.

Em um contexto de descentralização e desconcentração dos serviços dos Estados, a partir da década de 70, a prospectiva se volta às análises mais regionais ou territoriais, dando origem aos estudos de prospectiva territorial. Certamente que a aplicação pode ser utilizada para que os representantes dos territórios possam tomar melhores decisões econômicas, com maior aceitação social e mais respeitosa ao meio-ambiente, mas também servindo como avaliação das políticas públicas territoriais (DURANCE; GODET, 2011).

Para orientar o processo de decisão, a prospectiva se utiliza de várias técnicas, a mais conhecida delas sendo uma proposta de planejamento estratégico com base em cenários. Pode-se definir cenários como uma “sequência hipotética de acontecimentos construída para pôr em evidência os encadeamentos causais e os nós de decisão” (KAHN; WIENER apud DURANCE; GODET, 2011, p. 28).

O método de cenários, como proposto por Durance; Godet (2011), passa por três processos: no primeiro, os analistas constroem a base do sistema e os cenários em uma reflexão coletiva; no segundo, há a preparação da decisão, que cabe aos decisores da

organização; e, por fim, a ação, ou seja, a operacionalização do planejamento. Os principais instrumentos para a construção dos cenários são a análise estrutural, a partir da qual se identificam as variáveis-chave; a análise das estratégias de atores, para estabelecer relações de forças e definir os seus desafios e objetivos estratégicos; a análise morfológica, que percorre o campo das possibilidades e apresenta os cenários do contexto; a probabilização, para reduzir a incerteza; e a análise multicritérios, para colocar em evidência os projetos mais coerentes para a organização dentre os cenários mais prováveis.

Cita-se, como exemplo de aplicação do método de cenários, estudos feitos nas áreas de construção de aeronaves, de energia nuclear, no setor de seguros, nos desenvolvimentos geopolíticos, nas redes de distribuição de poder, entre outros. Os casos também podem ser mais específicos, como é o caso de análises sobre a indústria automobilística europeia, o Banco da França ou as capacidades de construção de navios de Portugal (GODET, 1994).

Por um lado, destaca-se que, devido à complexidade dos estudos territoriais prospectivos, diversos autores recomendam a utilização de mais de um instrumento ou técnica, visto que nenhum deles atende perfeitamente a todas as necessidades do sistema. A combinação de conhecimentos explícitos e tácitos traz maior complementariedade aos estudos realizados (CHORINCAS, 2006).

Por outro lado, não é comum que a metodologia da prospectiva estratégica seja aplicada em sua totalidade. Os instrumentos são escolhidos e combinados conforme as demandas do problema posto, do contexto e das limitações da pesquisa. Isto é, não é obrigatória a aplicação completa e sequencial, como descrita anteriormente. O método de cenários pode ter uma abordagem modular e contingente (DURANCE; GODET, 2011).

A prospectiva estratégica oferece uma sistematização metodológica muito bem-vinda para os pesquisadores em um período de grandes incertezas e de acesso instantâneo e facilitado à informação. Nessa turbulência, sem as ferramentas certas, a definição de estratégias é uma tarefa difícil. Assim, dentre os benefícios do método, estão: a compreensão do ambiente, com uma visão global; a criação de redes de troca de informações; auxílio para lidar com as incertezas e a identificação de novas oportunidades estratégicas (MARCIAL; GRUMBACH, 2008).

Percebe-se, portanto, que a prospectiva estratégica, por meio do método de cenários, permite uma análise de longo prazo de questões com os mais diversos níveis de complexidade e diferentes abordagens. Mais ainda, ela se apresenta como uma forma de orientação aos tomadores de decisão em tempos de mudanças cada vez mais rápidas e em contextos políticos e econômicos crescentemente desafiadores.

### **1.5 A prospectiva no caso da “normalização” japonesa**

Ao tratar do processo de normalização militar do Japão, o presente estudo se restringirá ao primeiro processo do método de cenários prospectivos, ou seja, o desenvolvimento do sistema de forma reflexiva e analítica. Desse modo, permite-se construir as representações dos futuros possíveis e as sequências causais que conduziriam a eles.

Isso significa que o trabalho fará uma análise exploratória (que parte das tendências passadas e presentes e conduz a futuros verossímeis), com base nos princípios e métodos da prospectiva estratégica, que possa esclarecer o estágio atual e os aspectos mais importantes da “normalização” do Japão nos próximos 10 anos. Para isso, será elaborada a base para a formação de cenários. Isto é, tendo definido o sistema, serão identificadas as variáveis-chave e as interações entre os principais atores envolvidos.

Essa escolha foi feita com base no esclarecimento de Godet (1994, p. 71) de que, considerando as restrições de tempo e recursos de pesquisa, “[...]it is preferable to concentrate on the module which seems to be the most important<sup>2</sup>”. Ou seja, é sensato escolher as etapas do método que seriam mais relevantes para alcançar os objetivos propostos, sem prejuízos à qualidade final da análise.

O primeiro passo para a construção dos cenários é, então, a construção de sua base pela delimitação do sistema. Segundo Godet (1994), o sistema é visto como uma totalidade organizada em elementos e fenômenos interligados e interdependentes, que podem formar sistemas menores ou subsistemas daquele que está sendo considerado. Ele deve conter um título, uma filosofia, uma delimitação temporal e territorial, as variáveis e os atores (como no exemplo da Figura 1).

---

2 “é preferível se concentrar no módulo que pareça ser o mais importante [...]” (GODET, 1994, p. 71).

Figura 1: Exemplo de sistema e componentes dos cenários

Sistemas e componentes dos cenários		
Os futuros alternativos da Amazônia		
<b>Sistema regional e setorial</b>		
<b>Objetivo:</b> identificar as necessidades de energia elétrica da Amazônia num contexto socioeconômico, levando em conta o desenvolvimento da região		
<b>Horizonte temporal:</b> 22 anos — 1988-2010		
<b>Local:</b> Amazônia — Brasil		
Título e filosofia	Atores	Variáveis
<p><b>Integração ao projeto nacional</b> Rápido processo de integração nacional. Centro exportador de energéticos e minero-metalurgia. Rápido crescimento concentrado em grandes enclaves econômicos.</p> <p><b>Desenvolvimento e inserção regional</b> Crescimento médio acompanhando o nacional com integração moderada ao país. Articulação para a frente e para trás e dinamismo no mercado regional.</p> <p><b>Restrição ecológica e cultural</b> Modesto crescimento endógeno e ecologicamente orientado. Estanca processo de integração com a economia mundial.</p>	<input type="checkbox"/> Estado nacional <input type="checkbox"/> estatais <input type="checkbox"/> classe média <input type="checkbox"/> Banco Mundial <input type="checkbox"/> forças políticas regionais <input type="checkbox"/> governos estaduais <input type="checkbox"/> BNDES <input type="checkbox"/> Sudam/Basa <input type="checkbox"/> setores militares <input type="checkbox"/> Igreja <input type="checkbox"/> movimentos ecológicos <input type="checkbox"/> nações indígenas	<input type="checkbox"/> taxas de PIB nacional e de acumulação <input type="checkbox"/> restrições ambientais <input type="checkbox"/> política ecológica <input type="checkbox"/> percentual de demanda e preço das <i>commodities</i> <input type="checkbox"/> investimentos regionais <input type="checkbox"/> reforma agrária <input type="checkbox"/> mercado regional <input type="checkbox"/> restrições econômicas e culturais <input type="checkbox"/> fluxo de investimento para as regiões <input type="checkbox"/> tecnologia apropriada para a região

Fonte: Eletronorte, 1988.

Fonte: MARCIAL; GRUMBACH, 2008

Posteriormente, utiliza-se o instrumento da análise estrutural para descrever o sistema por meio de uma matriz que conecta todos os seus elementos. Seu objetivo é levantar as variáveis essenciais para o sistema, sejam elas influentes ou dependentes. A matriz mostrará como as variáveis influenciam umas às outras, seja direta ou indiretamente (GODET, 1994).

A delimitação começa com o recenseamento de todas as variáveis possíveis, sejam elas técnicas, econômicas, políticas, sociológicas, quantitativas ou qualitativas. Por variáveis entendem-se todos os elementos que tenham alguma inter-relação com o sistema em destaque. Obtém-se, a partir disso, uma visão geral do sistema e de seu ambiente. Para isso, diferentes pontos de vista devem ser adotados sobre os fatores que condicionarão a evolução do fenômeno estudado. Essas variáveis devem ser classificadas em internas e externas (GODET, 1994).

Em seguida, é feita a descrição das relações entre as variáveis usando a matriz de análise estrutural. Ela corresponde a um quadro matricial de dupla entrada que deve ser preenchido, de forma qualitativa, ao julgar se há alguma relação de influência direta entre

uma variável e outra. Se a resposta for não, é atribuída nota 0. Se a resposta for sim, atribuem-se diferentes valores, dependendo do grau de influência: 1, se for considerada potencial; 2, se for considerada fraca; 3, se for considerada média ou, finalmente, 4, caso seja considerada forte (DURANCE; GODET, 2011). Segue, no Quadro 1, um exemplo simplificado da matriz estrutural com seis variáveis.

Tabela 1: Exemplo de Matriz de Análise Estrutural

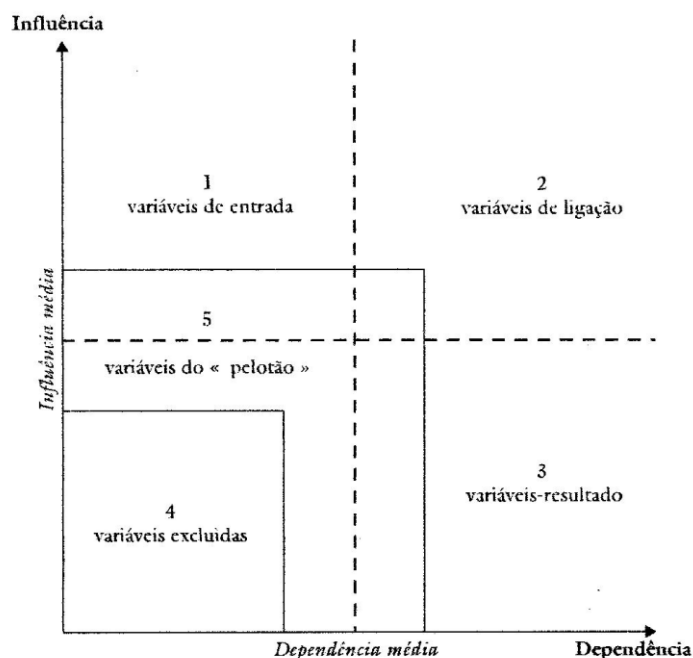
	X1	X2	X3	X4	X5	X6	Influência
X1	0	1	4	1	3	1	10
X2	1	0	1	1	2	0	5
X3	0	1	0	0	1	2	4
X4	0	0	0	0	1	2	3
X5	0	4	1	0	0	1	6
X6	0	1	0	0	1	0	2
Dependência	1	7	6	2	8	6	

Fonte: Elaboração própria

Finalmente, há a identificação das variáveis-chave, diminuindo a complexidade do sistema. Ela é feita com o uso do instrumento MICMAC, ou Matriz de Impactos Cruzados, que consiste em uma classificação direta e uma classificação indireta. Ela objetiva apontar as variáveis dependentes e independentes por meio dessa tipologia. Assim, a soma dos resultados da primeira linha, no quadro 1, representa o número de vezes que a variável X1 tem impacto no sistema. De modo similar, a soma dos valores da primeira coluna representa seu fator de dependência, isto é, quantas vezes essa variável foi influenciada pelas demais (GODET, 1994).

Os resultados, em termos de influência e de dependência, de cada variável podem ser representados sobre um plano axial em que o eixo das abcissas corresponde à dependência e o eixo das ordenadas à influência. Elas são desenhadas pelo cálculo dos pontos médios de influência e de dependência, obtidos a partir dos valores da matriz estrutural, como representado no gráfico 1 (DURANCE; GODET, 2011).

Gráfico 1: Os diferentes tipos de variáveis nos planos de influência e dependência



Fonte: DURANCE; GODET, 2011

Cada variável comporta um indicador de influência e um indicador de dependência. Pelo seu posicionamento, é possível classificar cinco tipos de variáveis. As variáveis de entrada (1), muito influentes e pouco dependentes, com função principalmente explicativa e condicionando a dinâmica de conjunto; as variáveis de ligação (2), que são ao mesmo tempo, muito influentes e muito dependentes e, portanto, muito instáveis. Toda a ação sobre elas terá, ao mesmo tempo, repercussões sobre outras variáveis e efeitos de retroação sobre elas próprias, modificando muito a dinâmica global do sistema (DURANCE; GODET, 2011).

O terceiro tipo são as variáveis-resultado (3), pouco influentes e muito dependentes, cuja evolução explica-se pelos impactos provenientes das variáveis anteriores. As variáveis excluídas (4) são aquelas que não tem influência nem dependência, sendo, assim, eliminadas da análise. As variáveis do pelotão (5) não têm grande influência nem dependência para que seja possível tirar uma conclusão sobre o seu papel no sistema. É válido notar que os valores da diagonal da matriz estrutural (quadro 1) são todos 0, já que as influências de uma variável

nela mesma não são consideradas (DURANCE; GODET, 2011). Com relação ao instrumento da análise estrutural, Godet (1994) afirma:

Our concern is to pinpoint the most influential and the most dependent variables. It is understood that the influential variables are those whose evolution will have the greatest effect on the system, while the dependent variables are those that are most sensitive to the evolution of the system (GODET, 1994, p. 96).<sup>3</sup>

De qualquer forma, o capítulo seguinte fará uma análise histórica da trajetória japonesa contemporânea para facilitar o entendimento dos conceitos de Estado “anormal” e seus desenvolvimentos recentes. Espera-se que, a partir dele, fiquem claros os motivadores e os constrangimentos das ações do Japão, como principal ator dentro dessa temática.

---

3 Nossa preocupação é apontar as variáveis as mais influentes e mais dependentes. É entendido que as variáveis mais influentes são aquelas cuja evolução terá o maior efeito sobre o sistema, enquanto as variáveis dependentes são aquelas que são mais sensíveis à evolução do sistema (GODET, 1994, p. 26).

## **2. A Trajetória Japonesa Contemporânea: de potência imperialista à potência “em normalização”**

O capítulo dois do presente estudo esclarece como o Japão se tornou uma potência “anormal”, após a Guerra do Pacífico, e o como isso vem mudando após a virada do milênio. Traça-se um histórico político, econômico, social e das relações exteriores iniciado na restauração *Meiji*<sup>4</sup> (1868-1912), pois o período esclarece os primeiros passos da Terra do Sol Nascente rumo a se igualar às potências ocidentais. Esse era um objetivo particularmente importante para os japoneses, tendo em vista as diversas interferências externas que marcaram a fase anterior de sua história, a partir do século XIX. Ele ajuda a esclarecer o militarismo e destaque econômico, características da trajetória e configuração social do Japão. O capítulo também descreve, de forma sucinta, as mudanças pelas quais o Japão é submetido ao entrar no século XXI, trazendo grandes alterações na sua política de defesa e visões sobre segurança.

### **2.1 O Japão Imperialista (1868-1912)**

Samuels (2013) afirma que relações externas sempre são, também, assuntos internos. Ao forçar o isolacionismo, por 250 anos, os governantes Tokugawa (1600-1868) regularam e reprimiram a cultura ocidental e o comércio com estrangeiros em território nacional. Quando a regulação falhou e o mundo se forçou sobre o Xogunato (forma de governo vigente, similar ao feudalismo), questões fundamentais sobre como lidar com as potências ocidentais e sobre autonomia estimularam o golpe de Estado que ficou conhecido como Restauração Meiji.

A Restauração Meiji foi, para o Japão, o começo da modernização de suas instituições e o período que lançou as bases para seu crescimento doméstico e expansão externa. Ela substituiu a anterior aristocracia feudal por uma aristocracia imperial, construindo as bases de um dos maiores impérios do mundo conhecido em questão de décadas, majoritariamente pelo uso da força (MEYER, 2009).

De acordo com Meyer (2009), a Restauração pode ser dividida em dois períodos. Nas primeiras duas décadas, houve foco em atingir a estabilidade política e um governo doméstico

---

4 Restauração, por trazer de volta a forma de governo imperial, e *Meiji*, significando “iluminação” (BORTHWICK, 2007).

unificado, além de consolidar órgãos políticos eficientes. Foram instituídas as indústrias modernas; os zaibatso<sup>5</sup> começavam a se formar e hábitos culturais ocidentais ganharam prestígio. Nas duas décadas finais, o Japão se torna uma potência. Na política, começava a se preocupar com o constitucionalismo, enquanto na economia, seguia o caminho da Revolução Industrial inglesa: após ter sucesso na área têxtil, inicia uma industrialização mais “pesada”.

A grande reforma educacional, liderada pelo Estado, transformou o Japão no primeiro país asiático de população amplamente letrada. Diversos líderes da época fizeram viagens para aprender com os modelos políticos e econômicos da Europa e dos Estados Unidos. Na visão de Meyer (2009), isso ajuda a explicar a rápida ascensão à potência industrial e militar. O intuito não era criar um sistema democrático e igualitário, mas sim prover cidadãos competentes para um Estado forte. A educação era um instrumento autoritário do Estado pelo bem do país, não dos indivíduos.

Afinal, o objetivo colocado pelos restauradores nunca tinha sido o bem-estar particular dos japoneses, mas sim o *fukoku kyohei*, isto é, o enriquecimento e fortalecimento da nação. Essa seria a forma como os japoneses evitaram as interferências externas e colonização pelas potências ocidentais, como acontecia com seus vizinhos. Para guiar o caminho e canalizar a energia do povo, os anos críticos da era Meiji contaram com líderes fortes, pragmáticos e de histórico militar (BORTHWICK, 2007).

Concomitantemente, volta-se a valorizar os costumes tradicionais. Os líderes Meiji utilizaram-se da antiguidade do trono para forçar a modernização. No centro disso, havia ainda um monarca esclarecido, que saiba exatamente quem poderia ser confiado, de forte conexão com o exército e com a tradição samurai. O código de conduta *samurai*<sup>6</sup> foi transmitido ao exército como uma série de direcionamentos morais, em busca da excelência militar, mesmo a classe já tendo sido formalmente abolida (JANSEN, 2002).

---

5 Conglomerados industriais controlados por famílias ricas, funcionando como cartéis. Os quatro maiores zaibatsu eram a Mitsui, Mitsubishi, Sumitomo e Yasuda (BORTHWICK, 2007).

6 Um samurai era um homem de armas, geralmente leal ao correspondente de um senhor de terras (*daymio*) no Japão feudal. O bushido, código de honra seguido pelos samurais, valorizava a lealdade, o respeito aos superiores, o senso de honra, a benevolência, a retidão e a simplicidade (JANSEN, 2002).

É fácil perceber, desse modo, que o primeiro Estado moderno asiático foi criado de uma mistura entre a experimentação de novos métodos e a preservação de valores tradicionais, mas, acima de tudo, de um desejo de se equiparar ao Ocidente, conforme Meyer (2009).

Desse modo, desde o início da Restauração, buscou-se terminar os tratados desiguais com o Ocidente. Em 1894, foram assinados tratados com a Grã-Bretanha e os Estados Unidos que aboliam a extraterritorialidade e as cláusulas da nação mais favorecida<sup>7</sup>, prevendo direitos recíprocos de viagem, residência, navegação e religião. Em 1899, a nação asiática foi a primeira a se livrar de todos os aspectos judiciais da extraterritorialidade e, em 1911, a tomar completo controle de suas tarifas comerciais (MEYER, 2009).

Isso aconteceu porque os europeus e norte-americanos haviam sido impressionados pela modernidade dos sistemas legal e administrativo japoneses e seu sucesso em duas guerras. Sob essa ótica, as guerras com a China (1894-1895) e com a Rússia (1904-1905) ganham particular relevância, ambas relacionadas ao processo de anexação da Coreia. Pode-se dizer que o contínuo acúmulo militar da Era Meiji permitiu o começo das aquisições na Ásia continental e nas ilhas ao seu redor. Trata-se, inegavelmente, do início do imperialismo japonês. A primeira conquista japonesa foram as ilhas Ryukyus, no Mar do Leste da China (MEYER, 2009).

A Coreia, por sua vez, era uma nação isolada e conservadora, aberta apenas à China, sua secular suserana. Os interesses do Japão na península coreana eram estratégicos, econômicos e ideológicos: por conta de sua geografia; por seu valor em potencial de produção de bens primários e absorção dos primeiros produtos industriais japoneses; e, por fim, por sua situação política instável e vulnerabilidade face à interferência das potências ocidentais, respectivamente (BORTHWICK, 2007).

---

<sup>7</sup> A extraterritorialidade pode ser entendida como a extensão da jurisdição de um Estado fora de suas fronteiras. Em tratados internacionais, significa que os cidadãos do Estado favorecido estão isentas da jurisdição local, como se elas carregassem consigo a lei de seu país de origem mesmo dentro do território estrangeiro. Isso dificulta a responsabilização dos estrangeiros pelos seus atos, que devem ser negociados diplomaticamente. A cláusula da nação mais favorecida, por sua vez, prevê que quaisquer concessões, direitos ou privilégios concedidos a um país em algum tratado teriam de ser automaticamente concedidos aos demais (REICHERT, 2015).

Incomodada com a crescente influência japonesa nos assuntos internos da Coreia, a China aumenta sua presença militar no país. As hostilidades chegaram ao estopim em 1894, após as duas potências asiáticas enviarem tropas para ajudar a lidar com uma revolta interna na península. Os navios japoneses iniciaram os ataques, atirando contra os chineses, ao que declarações formais de guerra se seguiram. A guerra foi breve e demonstrou a superioridade militar do Japão. Dentro de nove meses, a frota chinesa era destruída e o Japão capturava as bases navais de Lushun (Port Arthur), na Manchúria e de Weihaiwei, na península de Shandong (MEYER, 2009).

Em abril de 1895, após as negociações de paz, a China reconhece a independência da Coreia. Ela também cede ao Japão a península de Liaodong, Taiwan, e um pequeno grupo de ilhas próximas a Taiwan, paga indenizações e concede benefícios comerciais. No entanto, Alemanha, França e Rússia se juntam para demandar que o Japão não tome Liaodong, pois a presença japonesa ali seria uma ameaça a Pequim e à independência da Coreia. Tal demanda foi interpretada como uma ameaça e como a maior humilhação diplomática japonesa anterior à Segunda Guerra Mundial (MEYER, 2009).

Após a derrota chinesa, a Rússia substituiu a China como maior obstáculo aos interesses japoneses no nordeste asiático. Entre 1895 e 1904, os interesses e influência dos russos cresceram, tanto na Manchúria quanto na Coreia. Ao mesmo tempo, a Rússia se aproximava de Pequim. Em 1896, russos e chineses haviam assinado um tratado de concessões comerciais que forneceria proteção aos chineses. A Rússia também conseguiu concessões territoriais que lhe garantiram a base naval de Lushun, território que o Japão havia sido coagido a devolver apenas três anos antes (MEYER, 2009).

Após as dificuldades em negociar com os russos, em 1902, os japoneses voltaram seus esforços diplomáticos para a Grã-Bretanha, assinando um tratado de segurança mútua. Finalmente, em 1904, as posições conflitantes sobre a hegemonia na Coreia e na Manchúria irromperam em guerra com um ataque japonês à frota russa. Após dezoito meses de combates, os japoneses aceitam a oferta do presidente norte-americano, Roosevelt, para mediar negociações de paz. Os russos concordam e, em 1905, é assinado o Tratado de Portsmouth, que refletia a situação militar estagnada da guerra: os russos tiveram perdas consideráveis, mas o Japão não seria capaz de sustentar a vantagem por muito mais tempo (MEYER, 2009).

Meyer (2009) deixa claro que, ainda que as demandas do Japão não tenham sido completamente atendidas pelo Tratado, sua posição no continente asiático foi fortalecida e, a partir disso, ele ganha o status de uma potência militar e política. O Japão conquistou parte de Sakhalina e da Manchúria, além do reconhecimento da soberania coreana pelos russos. Após ter entrado na guerra como a parte mais fraca, mas emergindo com prestígio, o autor argumenta que o Japão “[...] fired the imagination of colonial Asia, for there at last was an Asian power fighting a white power on an equal basis and ‘defeating’ it”<sup>8</sup> (MEYER, 2009, p. 173).

Com os chineses e os russos fora do caminho, no mesmo ano, é assinado o tratado que transforma a Coreia em protetorado. O Japão se torna administrador de suas relações externas e promotor de reformas. Em 1907, ele assume todos os maiores assuntos de Estados e debanda o exército coreano, fazendo sua anexação formal em 1910. A Coreia experimenta tempos de lei, ordem e prosperidade, porém, em benefício dos interesses do colonizador, excluindo os coreanos do processo de modernização e gerando ódio entre as nações (MEYER, 2009).

A Era Meiji termina em 1912 com a morte do Imperador. Apesar das críticas, os líderes Meiji adequaram o Japão às tendências da época, em um âmbito global: as potências europeias e os Estados Unidos estavam consolidando seus Estados-nação e, nesse contexto, um modelo de crescimento capitalista centrado no Estado não era nada anormal. A balança de poder na Ásia também começa a mudar. Enquanto se preparavam para a primeira grande guerra, as potências europeias se afastam e os EUA entram em cena, tendo anexado o Havaí e as Filipinas apenas dois anos antes (BORTHWICK, 2007).

O Japão imperial, entre a morte do Imperador Meiji e o fim da 2ª Guerra Mundial, foi uma história de sucesso político transmutada em fracasso militar. Devido à sua fragilidade, o Imperador se torna mais simbólico e tem menor influência real nas tomadas de decisão. Uma liderança maior e mais diversa substitui a unificada oligarquia Meiji (MEYER, 2009).

Durante o período Taisho (1912-1926), de acordo com Borthwick (2007), os processos e instituições de uma democracia parlamentar ganharam espaço. Os primeiros-ministros

---

8 “[...] atçou a imaginação da Ásia colonial, visto que havia, finalmente, uma potência asiática enfrentando uma potência branca de igual para igual e “derrotando-a” (MEYER, p.173, 2009).

passaram a formar suas bases de poder a partir de partidos políticos. O sistema político, entretanto, não havia amadurecido o suficiente para lidar com a crescente onda de intolerância por parte de extremistas, mesmo que a visão política da maioria fosse moderada. O debate mais inflamado, nesse contexto, era sobre a natureza e papel do Imperador. Ele representava, nas mentes dos japoneses, a própria essência da nação. Um ser de qualidades místicas, acima do Estado.

O início do século XX também trouxe um novo balanço entre o Japão rural e urbano, visto que a distribuição populacional estava mudando. A população cresceu rapidamente desde o início da Restauração, passando de 35 milhões em 1873 para 52 milhões em 1913, principalmente nas cidades. O aumento da população e da necessidade de alimentos levou às emigrações. A Coreia e Taiwan eram destinos vistos como uma forma natural da expansão japonesa, mas o público geral ainda era bem mais atraído pelo sonho de terras e riqueza em terras norte-americanas. A massa de imigrantes japoneses na Costa Oeste logo assustou políticos e cidadãos americanos, gerando discriminação e tensão entre os países (JANSEN, 2002).

Até os primórdios da Primeira Grande Guerra, o Japão havia garantido apoio da Grã-Bretanha, França e Alemanha à sua expansão no continente asiático. A Rússia também não era mais um problema. As relações com os Estados Unidos, por outro lado, começavam a se complicar. Anteriormente considerado como um aliado, os EUA passavam a ter uma postura agressiva em relação ao Japão. Os interesses das duas potências começavam a colidir, em especial em se tratando da China (MEYER, 2009).

Ademais, a economia japonesa continuava a se expandir, apesar das flutuações. Na virada do século, já havia uma base sólida para o desenvolvimento industrial e as novas colônias e territórios ajudaram a sustentar o crescimento econômico. Porém, a realidade da dependência econômica externa ficava mais e mais clara com o passar das décadas. À medida que se industrializava, o Japão ficava mais dependente do comércio internacional, experimentando o fenômeno de booms e recessões do capitalismo moderno. Em parte, por conta do excesso de investimentos industriais e governamentais, em 1913, a economia japonesa estava tropeçando (MEYER, 2009).

Como defende Meyer (2009), o advento da I Guerra Mundial (1914-1918) ajudou a tirar o país da estagnação. Sua participação militar limitada permitiu tanto expandir a produção para mercados asiáticos quanto fazer incursões nos mercados europeus e africanos. Durante a guerra, passou de devedor a credor no comércio internacional. O tratado anglo-japonês foi utilizado como argumento para sua entrada na guerra. Entretanto, não se tratava apenas de ir em “socorro” da Grã-Bretanha, que não solicitou a intervenção. Ao ocupar os territórios germânicos em Shandong e nas ilhas Marianas, Carolinas e Marshalls, no Pacífico central, o Estado japonês agiu unilateralmente para estender seus interesses asiáticos (MEYER, 2009).

O tratado de Versalhes, determinando a paz e a criação da Liga das Nações, trouxe esperanças de independência para a Coreia. Esperanças essas, como coloca Jansen (2002), rapidamente frustradas. Em março de 1919, então, líderes nacionalistas organizaram uma demonstração não violenta pela independência coreana. As autoridades japonesas responderam com extraordinária brutalidade. As referências ao ocorrido nos livros de história japoneses é motivo de desentendimentos entre ex-colônia e ex-colonizador até a atualidade.

Além disso, o tratado também gerou ressentimentos nos japoneses, em consequência da recusa por parte da maioria das nações presentes em acrescentar uma declaração de igualdade racial em seu texto final. Porém, mesmo não tendo conquistado tudo o que queria, foi bem-sucedido considerando seu pequeno engajamento militar na guerra (MEYER, 2009).

Em seguida, a década de 20 trouxe a clareza de que o Japão, a Grã-Bretanha e os EUA eram as três maiores forças navais do mundo. Buscando evitar uma corrida armamentista pelo controle dos mares, as três potências se reúnem na Conferência de Washington (1921-1922). Ela substituiu a Aliança Anglo-japonesa e os países conseguem estabelecer um equilíbrio de poder no Pacífico (BORTHWICK, 2007).

Graças aos tratados assinados, as tensões entre japoneses e norte-americanos foram apaziguadas até meados dos anos 30. Contudo, no final, a Conferência satisfez a todos, menos ao Japão: o país perde um aliado exclusivo e concorda com uma frota menor que a das outras duas, em uma proporção de 5-5-3. Além disso, o tratado não previa nenhum sistema de controle (sanções ou mediação) (BORTHWICK, 2007).

Entretanto, desde o fim da Primeira Guerra, as atenções do Japão estavam, definitivamente, voltadas para a Ásia continental. Boa parte dos investimentos e importações de matérias-primas industriais dos zaibatsu estavam ligados à Manchúria e à China. A instabilidade política da queda da dinastia Manchu, na China, ameaçava esses empreendimentos e os privilégios japoneses no mercado chinês. Senhores da guerra assumiam o poder em uma república nominal, mas não tinham controle sobre a totalidade do território (MEYER, 2009).

No aspecto doméstico, os anos 20 foram marcados por uma grande ansiedade. Enquanto os índices econômicos caíam, o radicalismo político aumentava. Permanece a dicotomia entre avanços democráticos e ações autoritárias por parte de representantes governamentais. A paranoia e hostilidade para com grupos políticos de esquerda, ademais a xenofobia contra coreanos e chineses, se torna uma histeria coletiva após o terremoto de Kanto, em 1923. O terremoto provoca incêndios por toda Tóquio e causa mais de 100 mil mortes (BORTHWICK, 2007).

Os setores militares mostravam cada vez mais descontentamento com os rumos das políticas interna e externa. Após o período da chamada Intervenção Shandong (1927-1929), ficou extremamente difícil manter o controle civil sobre o exército. Nesse episódio, o Japão manda tropas duas vezes para ajudar a evitar a unificação da China (BORTHWICK, 2007).

Meyer (2009) aponta que a espiral de eventos consolidando o autoritarismo no Japão parte de um jovem grupo de oficiais do exército de Guandong, atuante no sudeste da Manchúria. O exército era inicialmente responsável por guardar a Rodovia do Sul da Manchúria (South Manchurian Railroad). Ainda na década de 20, eles começaram a agir de forma independente, sem responder às autoridades civis ou militares em Tóquio, e a crescer em números. Eles, assim como outros grupos de ativistas políticos, supostamente agiam em nome do imperador.

Em 1931, os oficiais de Guandong armaram o assassinato do senhor da guerra manchu e criaram uma desculpa para tomar toda a região. O acontecimento foi chamado de Incidente Manchu (1931-1932), que consistiu no bombardeio de uma ferrovia japonesa pelos soldados de Guandong. Eles, por sua vez, culpavam os chineses e entraram em conflito com as tropas locais. Em questão de meses, toda a Manchúria estava sob controle japonês e foi estabelecido

o “Estado-fantoches de Manchukuo” (“Puppet State”). A Liga das Nações condenou a invasão japonesa, fato ao qual o Japão respondeu saindo da Liga, em 1933 (BORTHWICK, 2007).

Já em 1936, o fascismo tinha se tornado a nova forma de governo no Japão. O suporte ao militarismo, tácito ou explícito, vinha da burocracia, das classes médias e de um número crescente de grupos civis conservadores. Desenvolvimentos econômicos contribuíram para o crescimento de operações militares centralizadas. Os interesses dos cartéis japoneses na Manchúria incentivam o aumento dos gastos militares, considerados a solução para a Depressão por um governo sob controle militar (MEYER, 2009).

As forças armadas permitiam lideranças civis, mas a tomada de decisão recaía em larga escala sobre os oficiais do exército, em uma ditadura de mais de um indivíduo. A alocação dos gastos militares passou de 31% do orçamento nacional em 1931 para 47% em 1936, dobrando o déficit do Estado. Esse cenário fez com que, ao final do mesmo ano, os tratados de Washington sobre o equilíbrio naval caducassem. Isso gerou, também, uma enorme expansão da indústria pesada. Logo, o Japão estaria industrialmente autossuficiente e preparado para a guerra (MEYER, 2009).

É importante observar, portanto, que o frágil equilíbrio entre um Japão razoável e democrático e um Japão autoritário e militarista foi mantido até meados da década de 30. Após esse período, a balança pendeu para o segundo lado. E isso foi, entre outros fatores, uma das causas do envolvimento japonês na Segunda Grande Guerra. Nesse sentido, Jansen (2002, p. 495-6) afirma:

Japan achieved success in joining the Great Powers and reached imperial status just as the territorial grabs that distinguished nineteenth-century imperialism came to an end, and its image changed with dramatic swiftness from that of newly founded empire to stubborn advocate of imperial privilege. [...] World War I and its aftermath, together with the great Tokyo earthquake of 1923, brought profound changes in social, intellectual, and urban consciousness. In some ways, these years brought a growth in democracy and a setback in civil rights, and both found support within Japanese society.<sup>9</sup>

---

9 “O Japão atingiu sucesso em se juntar às grandes potências e alcançou o status imperial justamente quando as aquisições territoriais que distinguiram o século XIX terminaram, e sua imagem mudou drasticamente de um império recém-fundado para a de um ferrenho defensor dos privilégios imperiais. [...] O pós-primeira guerra mundial, em conjunto com o terremoto de 1923, trouxeram profundas mudanças na consciência social, intelectual e

## **2.2 A Guerra no Pacífico e a Rosa de Hiroshima (1937-1945)**

Pode-se dizer que a Segunda Guerra Mundial significou para o Japão a chegada ao ponto mais alto de sua escalada imperial, seguido de uma queda repentina ao precipício. Foi uma experiência decisiva para as décadas que se seguiram, tendo em vista que a derrota moldou boa parte das decisões político-econômicas internas. E, também, como a memória da expansão japonesa impacta, até hoje, as relações com seus vizinhos no sudeste asiático e os países da Ásia oriental.

Nos anos anteriores à entrada do Japão na guerra, sua industrialização avançava a passos largos e ele era, sem dúvidas, a maior potência do Extremo Oriente. Em tamanho absoluto, não obstante, sua economia ainda era bastante modesta – 2,5% da produção mundial no fim da década de 20. Os japoneses tinham forte consciência de sua vulnerabilidade como um país ao qual faltavam praticamente todos os recursos naturais industriais e cujas importações e exportações estavam à mercê de interferências de marinhas estrangeiras e dos Estados Unidos. A saída, contudo, não estava tão distante. A criação de um império territorial próximo na China encurtaria as linhas de comunicação japonesas e as tornaria menos vulneráveis (HOBSBAWM, 1995).

Dessa forma, em 1937, há uma nova guerra sino-japonesa, também conhecida como Incidente da China. O conflito começou com uma troca de tiros entre soldados japoneses e chineses perto da ponte Marco Polo, nos arredores de Pequim. Os primeiros rapidamente tomaram a capital. No fim do mesmo ano, o ataque ordenado por Tóquio à Nanquim ficou marcado na memória dos chineses. O Massacre de Nanquim matou mais de 100.000 pessoas, entre soldados e civis. Encontrando pouca resistência, os soldados, ressentidos por baixas anteriores, pilhavam, estupravam e matavam indiscriminadamente (BORTHWICK, 2007).

Entre 1937 e 1941, sem nenhuma declaração formal de guerra, o Japão avançou sobre a China. Apesar das condenações internacionais, o país fortalecia sua posição. Ao final de 1938, os japoneses já haviam conquistado boa parte da costa chinesa. Tomando diversas

---

urbana. Em alguns aspectos, esses anos trouxeram um aumento na democracia e um retrocesso nos direitos civis, e ambos encontraram suporte na sociedade japonesa”.

cidades, incluindo Cantão, próximo de Hong Kong, eles infringiram os direitos dos tratados desiguais e provocaram as demais potências. Em pouco tempo, os invasores haviam instaurado outro governo fantoche, controlavam boa parte da economia, direta ou indiretamente, e reestruturavam a administração e o sistema educacional chinês a seu favor (MEYER, 2009).

Em se tratando de política interna, ao contrário da Alemanha, o Japão se movia em direção ao expansionismo e à guerra por uma cooperação espontânea dos partidos, não por influência de um líder carismático. Em outubro de 1940, instigados pelo primeiro-ministro Konoe, todos os políticos se aliaram a um só partido. A partir daí, não se encontravam mais debates ou oposição política significativa pois, de acordo com Borthwick (2007, p. 203), “democracy in Japan was dead”<sup>10</sup>. Políticos e jornalistas alinharam seus discursos para agradar líderes militares, deixando os japoneses com uma imagem distorcida do mundo.

Após a queda da França em 1940, o Japão se alia com o Eixo, Alemanha e Itália, no Tratado Tripartite, mas as relações entre eles não eram das melhores. Na realidade, os acordos multilaterais não teriam tanta serventia prática, visto que as partes preferiram seguir seus próprios caminhos e não compartilhavam planos e estratégias básicas (MEYER, 2009).

De qualquer forma, os triunfos de Hitler na Europa até 1941 haviam causado um vácuo de poder imperial no Sudeste asiático, sendo preenchido rapidamente pelo Japão. Ele afirmou um protetorado sobre a Indochina, que havia pertencido à França, e tomou a Indonésia dos holandeses (HOBSBAWM, 1995).

Suas novas fronteiras passam a ser ameaçadas por uma União Soviética hostil ao norte e por tropas britânicas e norte-americanas no sul. Tendo isso em vista, em 1941, o Japão assina um pacto de não-agressão com a União Soviética. Como enuncia Borthwick (2007), a estratégia fazia parte do plano pan-asianista de se estabelecer como um centro de poder em uma “Nova Ordem na Ásia” (*New Order in Asia*), incorporando as colônias europeias ao império japonês e eliminando as influências ocidentais. A ideia foi posteriormente renomeada “Grande Esfera de Coprosperidade da Ásia do Leste” (*Greater East Asia Coprosperity Sphere*).

---

10 “[...] a democracia no Japão estava morta”.

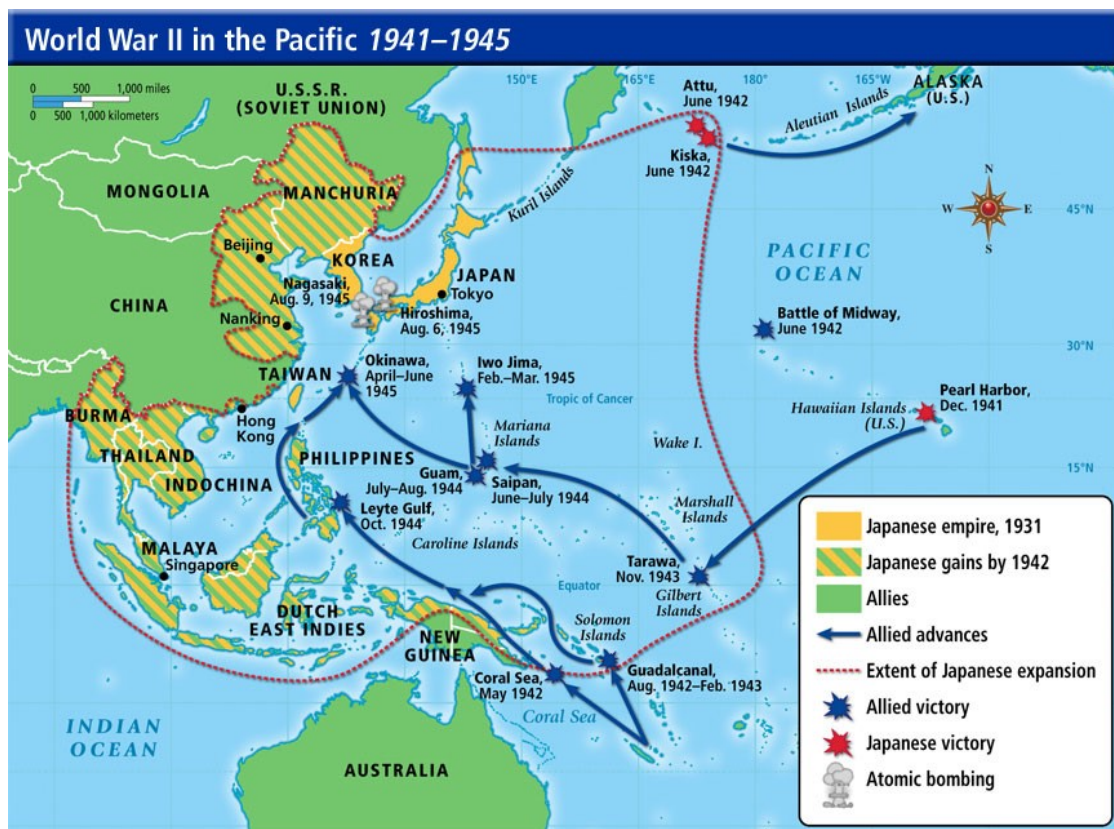
Os EUA consideraram essa expansão de poder do Eixo inaceitável. Os Incidentes na Manchúria e na China, a partir da década de 30, apresentavam ameaças à sua posição econômica e cultural privilegiada, o que, por si só, não era suficiente para levá-lo a entrar no conflito de fato. Sua insatisfação era demonstrada, inicialmente, de forma retórica e com financiamento para a luta dos chineses contra os japoneses. Porém, conforme ficava mais claro para os norte-americanos o que Borthwick (2007) chamou de “conexão europeia”, a situação se agravava. Isto é, os analistas norte-americanos passaram a identificar a relação entre a guerra na Europa e a guerra na Ásia e a proximidade ideológica das potências do Eixo.

A política de isolacionismo não se sustentaria por muito mais tempo. As reprimendas tomam carácter econômico: a cada nova investida do Eixo ou do Japão, eram acrescentados novos embargos (de proibições de exportação de matérias-primas e petróleo até o congelamento total dos bens japoneses). A potência norte-americana acreditava que as sanções evitariam a guerra (BORTHWICK, 2007).

O Japão, por sua vez, desacreditava que os EUA o retaliariam de fato. Mesmo com forças armadas de menor número, esperava sair bem-sucedido de uma guerra limitada com um exército americano enfraquecido pela participação na guerra europeia. Sua ação teria de ser rápida, visto que seu comércio e abastecimento dependiam das comunicações marítimas. Caso contrário, teriam sua economia estrangulada de um dia para o outro pelo embargo americano total, que aconteceu, de fato, nos pós invasão nazista à URSS, em meados de 1941 (BORTHWICK, 2007).

O ataque a Pearl Harbor, base naval norte-americana no Havaí, ao final de 1941, mudou os rumos da guerra. Com ele pretendia-se enfraquecer os americanos o suficiente para levá-los à negociação e à retirada dos embargos. O efeito, não obstante, foi precisamente o inverso. A opinião popular nos Estados Unidos, antes contrária à guerra, agora não aceitaria nada menos que uma rendição completa. Mesmo com boa parte da frota destruída, tudo o que restava, incluindo porta-aviões, foi restaurado e colocado em uso de imediato (BORTHWICK, 2007).

Mapa 1: Segunda Guerra Mundial no Pacífico 1941-1945



Fonte: Mapping World History

A partir disso, dentro de poucos meses, os japoneses tomaram quase todo o Sudeste Asiático, continental e insular, ameaçando invadir a Índia a partir da Birmânia no oeste e o norte da Austrália a partir da Nova Guiné. As bases britânicas em Cingapura e Hong Kong foram tomadas e atacaram também as Filipinas (HOBSBAWM, 1995).

Esse sucesso inicial, afirma Meyer (2009), teve grande impacto no psicológico dos asiáticos. O mito da invencibilidade do homem branco havia sido novamente desafiado pelo Japão. Houve esperanças de autogoverno para as ex-colônias europeias. Porém, com o passar do tempo, os japoneses se tornaram tão descreditados quanto os colonizadores anteriores, por sua brutalidade e desorganização.

Em 1942, a situação começa a se reverter. Por um misto de estratégia pouco imaginativa e má sorte, a marinha japonesa falha em assegurar o Porto Moresby na Batalha do Mar de Coral (Coral Sea, no mapa 1), teve mensagens militares decodificadas pelos norte-americanos e perdeu quatro de seus melhores porta-aviões na Batalha de Midway (Battle of Midway, no mapa 1) (MEYER, 2009).

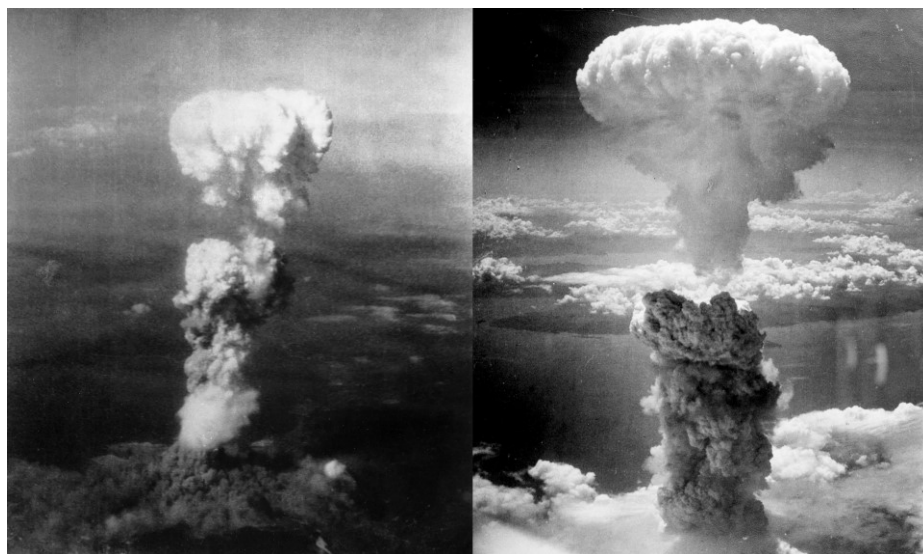
Ao sul do Pacífico, nas ilhas Salomão, a frota japonesa falha em sua missão de cortar as linhas de abastecimento entre os EUA e a Austrália. Já em 1943, a campanha dos Aliados avançava em direção ao norte, retomando ilhas, sob comando do general MacArthur, para recuperar as Filipinas (MEYER, 2009).

Após a queda de Saipan, Guam e a perda das Marianas (Mariana Islands, no mapa 1), o Japão se tornou um alvo fácil de bombardeios. Enfim, as forças aliadas se reúnem, em outubro de 1944, nas Filipinas. As campanhas finais em Iwo Jima e Okinawa, na primeira metade de 1945, serviram de áreas de preparação para a invasão ao Japão. Navios mercantes japoneses tinham dificuldade em obter matérias-primas e comida, enquanto todos os esforços nas ilhas tinham se voltado da agricultura para a guerra. O cerco estava se fechando e, a despeito dos japoneses falarem sobre derrota, alguns líderes ainda consideravam a possibilidade de uma paz negociada (MEYER, 2009).

Com o fim da guerra na Europa, os Aliados exigiam rendição completa na Ásia. Em Potsdam, eles reiteraram negociações feitas durante a guerra e delimitaram as zonas de ocupação dos territórios japoneses. Eles seriam divididos entre os norte-americanos, os soviéticos, os chineses e os britânicos. Os termos da declaração de Potsdam foram enviados a Tóquio, onde se debateu sobre sua aceitação ou não, até o lançamento das bombas nucleares (MEYER, 2009).

Dentro da literatura sobre as causas da Segunda Guerra, há um consenso: os agressores foram, sem dúvidas, a Alemanha, o Japão e, de forma mais hesitante, a Itália. Mas, mesmo ansiando pela guerra, nem a Alemanha nem o Japão tiveram a guerra que queriam. Hobsbawm (1995) afirma que eles precisavam de uma ofensiva rápida e é bem provável que o Japão teria preferido alcançar seus objetivos – em essência, criar um império oriental-asiático – sem uma guerra geral.

Figura 2: Bombas de Hiroshima e Nagasaki



De fato, as rosas atômicas de Hiroshima e Nagasaki aceleraram o fim da guerra, mesmo sendo incerto se os japoneses se renderiam em breve ou não. Ao mesmo tempo, fica claro que, se as demandas dos Aliados não exigissem a rendição total e reversão do território japonês ao do período Tokugawa, muito provavelmente, as negociações mudariam o desfecho dos acontecimentos. De todo modo, a destruição da guerra foi ampla. Embora a quantidade de bombardeios no Japão tenha sido consideravelmente menor que na Alemanha, a vulnerabilidade de suas cidades, com diversas construções em madeira, fez com que o impacto fosse gigantesco. A isso, Meyer (2009, p. 216) acrescenta:

Japan was defeated, militarism was eradicated, and, for the first time in modern Asian history, there appeared the spectacle of a weak, occupied Japan. [...] But like the proverbial phoenix rising from the ashes, Japan, in the ensuing postwar decades, in a striking irony of the terrible war years, reached greater heights of affluence, economic strength, and international respect, but this time, the success story was based on peaceful foundations.<sup>11</sup>

---

11 “O Japão foi vencido, o militarismo foi erradicado e, pela primeira vez na história moderna da Ásia, apareceu o espetáculo de um Japão fraco e ocupado. [...] Mas, como a proverbial fênix renascendo das cinzas, o Japão, nas décadas seguintes ao pós-guerra, em uma impressionante ironia dos terríveis anos de guerra, atingiu grandes alturas em riqueza, força econômica e respeito internacional, embora, dessa vez, a história de sucesso tenha se baseado em fundações pacíficas.”

### 2.3 A ocupação norte-americana: perda da autonomia militar (1945-1952)

O que se seguiu foi um curto período de sete anos de ocupação das forças Aliadas, no qual novamente os japoneses tiveram de se adaptar às reformas com um aspecto moderno enquanto, ao mesmo tempo, buscavam preservar a essência de sua cultura. A ocupação do Japão, sob comando do general norte-americano e Supremo Comandante das Potências Aliadas (SCAP), Douglas MacArthur, apesar das críticas, é considerada triunfante em seus propósitos. Durante esses anos, foram construídas as bases para a grande aversão japonesa a armamentos e ao seu uso, além da atitude amigável nas relações externas com Estados Unidos. Esses aspectos durariam por muitas décadas após sua construção, mesmo em contextos que colocavam em cheque sua viabilidade, como destacado na seguinte citação:

[...] the memory of the experience remains amusing and sad, prideful and embarrassing. In a sense, the experience was too strong, too heady. It fostered in both people an attitude and a relation to each other which was not, in the long run, healthy, but which took a long time to die. History will probably record that, on balance, those years reflect credit on both players in the game<sup>12</sup> (GIBNEY, 1975, p. 9).

Em todo caso, vale a pena destacar que o sucesso do período se deve, em montantes similares, à administração externa e à cooperação japonesa. Ao entrarem no país, com recursos limitados e sem conhecimento da língua local, as forças de ocupação norte-americanas encontraram uma estrutura política civil ainda em funcionamento. A burocracia, já estabelecida, foi amplamente utilizada. A decisão de manter o Imperador como uma figura simbólica foi vital: um governo indireto já era algo com que os japoneses haviam se habituado. A única diferença é que, agora, as ordens vinham de um estrangeiro. Mesmo assim, as respostas japonesas não foram simplesmente passivas. O primeiro-ministro Yoshida Shigeru, por exemplo, se mostrou um esperto manipulador dos norte-americanos (BORTHWICK, 2007).

---

12 “[...] a memória da experiência permanece --- e triste, orgulhosa e envergonhada. De certa maneira, a experiência foi forte demais, arrebatadora. Ela fomentou nos dois povos uma atitude e uma relação uns com os outros que não foi, no longo prazo, saudável, mas que levou muito tempo para morrer. A História provavelmente vai se lembrar, em um balanço retrospectivo, que esses anos refletem créditos aos dois atores”.

Yoshida guiou a política japonesa, entre 1946 e 1953, por cinco mandatos, mais do que qualquer outro líder político na história moderna do Japão. Ele liderou o Japão durante reconstrução, até a Conferência de São Francisco, que devolveria a soberania japonesa. Pode-se dizer que seu papel foi tão importante quanto o de MacArthur no processo. Ainda nos primeiros anos de gabinete, Yoshida afirma que, ao perder a guerra, o Japão conquistou a paz. Sua estratégia de segurança para o pós-guerra, seguida por muitos anos após seu tempo, ficou conhecida como Doutrina Yoshida (JANSEN, 2002).

Entretanto, os Estados Unidos eram, claramente, os principais articuladores das reformas da ocupação. Ela teve alguma participação dos outros vencedores da guerra, por meio de agências multilaterais nominais, mas nas quais a voz norte-americana predominava. Como maior ator na guerra no Pacífico, o governo norte-americano ganhou a prerrogativa de administrar o Japão sem muitas complicações (MEYER, 2009).

Os principais objetivos das reformas, realizadas entre 1945 e 1948, eram desmilitarizar e democratizar o Japão. Borthwick (2007) afirma que o primeiro compromisso de MacArthur foi com a eliminação da grande quantidade de armamentos, munição e outros recursos militares remanescentes do período imperialista. Isso incluiu os grandes navios de guerra. Após utilizados para trazer parte da população do ex-Império de volta às ilhas centrais, foram dados como espólios aos Aliados, ou destruídos.

Foi instaurado em Tóquio um Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente (Internacional Military Tribunal for the Far East, ou IMTFE) para punir os japoneses considerados criminosos de guerra, militares ou civis. De acordo com Meyer (2009), 25 líderes foram condenados, 7 foram enforcados e cerca de 200 mil burocratas, nas melhores condições de ajudar a reconstruir o país, foram afastados de seus cargos. As decisões do Tribunal foram altamente controversas. Mesmo sendo baseadas em tratados internacionais, elas tinham carácter *ex post facto* (as leis só foram feitas após os crimes terem sido cometidos, sendo aplicadas retroativamente) e apenas foram julgados os crimes de guerra cometidos pelas nações perdedoras.

A propaganda da Ocupação e os administradores da reforma fizeram todos os esforços possíveis para que os japoneses sentissem o peso e remorso pelas ações do seu país durante a guerra. De todos os bodes expiatórios, os militares foram os maiores alvos de abuso, como os

samurai haviam sido um século antes. Dessa forma, não foi difícil para os japoneses desviar o olhar enquanto seus líderes recentes eram expurgados (JANSEN, 2002).

As reformas do SCAP também enfatizaram a extensão, liberalização e equalização das oportunidades educacionais. A reforma no sistema educacional japonês removeu a propaganda nacionalista dos livros didáticos, substituiu cursos, padronizou os níveis de educação para todos (independente do gênero) e proliferou instituições de ensino superior e universidades. Presumia-se que aumentar o nível educacional geral da população era um dos pilares para uma democracia duradoura. Afinal, para que as novas ideias perdurassem, era necessário envolver as novas gerações (MEYER, 2009).

Como bem nos assegura Borthwick (2007), àquela época, começava a ganhar prestígio a teoria de que regimes democráticos não ameaçam a paz. Isto é, esperava-se que, ao aumentar a justiça social e liberdades civis, também se alcançaria um comportamento político racional, evitando a guerra. Sendo assim, a reforma política e constitucional de 1947 era central para alcançar os objetivos da ocupação. Substituindo a Constituição Meiji, a nova constituição previa, entre outros direitos, o sufrágio universal e igualdade legal para as mulheres.

A promulgação da constituição de 1947 fazia do Japão um Estado parlamentar, ainda que monárquico. O Imperador se torna meramente um símbolo de Estado, representando a unidade da nação, mas renunciando à ideia de divindade. Os poderes legislativos passam a ser responsabilidade da Assembleia (Dieta), composta por duas câmaras. O judiciário, antes subordinado ao Ministério da Justiça, agora é independente. As relações entre o governo central e as unidades políticas muda, dando maior autonomia às últimas (MEYER, 2009).

Meyer (2009, p. 221-222) aponta, entretanto, que “[...]reforms implemented by the United States that were favorable to concepts already initiated by the Japanese tended to be more enduring, while others were eventually discarded”<sup>13</sup>. Conforme a ocasião surgia, após a Ocupação, os japoneses considerariam certas provisões como não vinculantes ou alteráveis. Como exemplos disso, há a restauração da centralização política, em contraste à autonomia recebida pelos poderes locais na Ocupação. Isso significa que um dos pontos fracos da nova

---

13 “[...] reformas implementadas pelos Estados Unidos que eram favoráveis a conceitos já iniciados pelos japoneses tendiam a ser mais duradouras, enquanto outras foram eventualmente descartadas.”

constituição foi, justamente, ter levado pouco em consideração os processos e tradições dos japoneses.

Ainda mais controverso, o Artigo Nono da “Constituição da paz” previa a renúncia permanente do instrumento da guerra e do uso de forças armadas. A cláusula foi posteriormente revisada, mas permanece até hoje nas leis japonesas. Sua interpretação geral, tanto dos americanos quanto dos japoneses, é de que a lei permite manter forças armadas para a autodefesa nacional individual (BOTHWICK, 2007).

As autoridades da ocupação também não mediram esforços para acabar com os zaibatsu, sob dois pretextos: primeiro, de que os cartéis estiveram aliados com os imperialistas militares e, segundo, que tal acúmulo de riqueza atrapalharia o desenvolvimento de uma democracia. Os planos iniciais, de acordo com Jansen (2002), previam o desmantelamento de grupos industriais em suas partes constituintes, custódia e revenda de ações e promulgação de leis controlando monopólios.

Finalmente, uma das maiores transformações do período foi a reforma agrária. Assumia-se que a estrutura semi-feudal, com grandes latifúndios pertencendo a poucos donos de terras, também inviabilizava a democracia. Houve a venda forçada das terras arrendadas aos seus antigos inquilinos. Nova legislação foi aprovada estabelecendo limites para a posse de terras, e cerca de cinco milhões de acres de terras aráveis foram redistribuídas dentro de dois ou três anos (MEYER, 2009).

Ainda em 1947, a filosofia da ocupação começa a mudar. No âmbito interno, a recuperação econômica passa a ser a prioridade, o que, por vezes, conflitava com as políticas de democratização inicialmente implementadas pelo SCAP. Alguns líderes dos zaibatsu puderam voltar aos seus postos. O direito de greve é abolido pela Assembleia. Radicais de esquerda foram perseguidos, inclusive comunistas (MEYER, 2009).

Pela falta de controle do crédito, a inflação atormentou a recuperação por muitos anos. Em 1948, Washington envia o banqueiro Joseph Dodge para revitalizar a economia japonesa. Ele prescreveu medidas de austeridade. Em 1949, visando reduzir gastos governamentais, mais de 100 mil trabalhadores são demitidos, aumentando os conflitos com os movimentos trabalhistas, que haviam sido encorajados na primeira fase da Ocupação (BORHTWICK, 2007).

Quando as tensões pareciam prestes a explodir, houve um boom econômico, impulsionado pela Guerra na Coreia, em 1950. Industriais de diversos tipos encontram um mercado nos esforços de guerra dos Estados Unidos. Os produtos eram pagos em dólares, trazendo para a economia as tão demandadas divisas estrangeiras. As empresas aproveitaram a oportunidade para se modernizar e expandir sua produção (BORTHWICK, 2007).

Ainda sim, as relações trabalho-indústria atingiram um ponto crítico com a greve da Nissan, em 1953. Ela foi extensa, mas a empresa estava preparada para uma longa greve e ganhou a barganha. O resultado, entretanto, mudou o carácter dos grandes negócios exportadores do Japão (BORTHWICK, 2007).

Foi feito um acordo informal: os sindicatos não seriam mais nacionais, mas sim relacionados à sua respectiva indústria, e os trabalhadores desistiram de boa parte da sua independência. Em troca, não haveriam mais demissões. O conceito de “emprego vitalício” mudou a perspectiva dos empregadores, passando a tratar os trabalhadores como valioso capital humano, e não como custos de produção. Porém, isso não se aplicava aos trabalhadores de firmas menores e as mulheres ainda recebiam menos que os homens, comparativamente (BORTHWICK, 2007).

No âmbito externo, com a tomada, pelos comunistas chineses, da Manchúria em 1948 e da China em 1949, e na emergência da Guerra Fria, o papel do Japão é reavaliado. Ele agora é visto como um aliado para ajudar a conter os avanços do comunismo no Pacífico. Assim, os Estados Unidos começam as preparações para um tratado de paz que devolveria a soberania ao Japão (MEYER, 2009).

Em setembro de 1951, o texto final do tratado, escrito pelos norte-americanos e britânicos, foi apresentado na Conferência da São Francisco. O Tratado de São Francisco foi um tratado de conciliação. Sem carácter discriminatório ou punitivo, dentre suas determinações estavam: o fim do Estado de guerra com o Japão; reconhecimento da soberania do povo japonês; renúncia do uso da força, exceto para autodefesa; renúncia dos direitos e privilégios na China e reconhecimento da independência da Coreia. Ele também previa a entrada do Japão nas Nações Unidas e compromisso com os ideais de liberdade e direitos humanos, embora esse processo só tenha se completado após reconhecimento diplomático pela URSS, em 1956 (MEYER, 2009).

As disposições territoriais do tratado de paz eram vagas. Prevaleceu, então, a declaração de Potsdam, na qual o Japão manteria suas quatro ilhas centrais e algumas outras menores. As ilhas Ryukyus e Bonins, ainda sob soberania japonesa, são utilizadas como complexos militares norte-americanos. A ratificação da maioria dos participantes se seguiu, garantindo a independência do Japão em 1952 (MEYER, 2009).

No mesmo dia da assinatura do Tratado em São Francisco, os Estados Unidos e o Japão finalizam um tratado de segurança próprio. Hughes (2005) esclarece que o Tratado de Segurança bilateral foi a principal forma de realização da Doutrina Yoshida. O caminho militar em que Yoshida colocou o Japão, a partir daí, foi de alinhamento, não necessariamente uma aliança com os EUA. Isso significaria que sua atuação se limitaria ao suporte logístico às estratégias regionais norte-americanas. Mesmo assim, não se descartou o rearmamento em larga escala e a reemergência do Japão como uma potência militar independente, quando as circunstâncias permitissem.

No tratado, o Japão se comprometia em prover bases para a projeção do poder militar norte-americano na Ásia e com uma parte da responsabilidade pela sua defesa nacional. Isso incluía um leve rearmamento, que resultou na emergência das Forças de Autodefesa Japonesas (Japanese Self-Defence Forces ou FAD), criadas em 1954 (HUGHES, 2005).

Em troca, o Japão receberia garantias de proteção militar, incluindo o envio de tropas e extensão do guarda-chuva nuclear dos Estados Unidos. Ao aceitar esses termos, o Japão se livrou da Ocupação, ganhou acesso privilegiado ao mercado norte-americano, ajuda econômica e entrada nas novas instituições internacionais, sem se comprometer com exigências de segurança coletiva (HUGHES, 2005).

Por fim, pode-se constatar que os resultados atingidos com o período da Ocupação ultrapassaram as expectativas dos norte-americanos e do mundo. Borthwick (2007) vê esse espanto, que se repetiria nos anos posteriores, com a recuperação econômica, como consequência do parco conhecimento sobre a história e a cultura do país ocupado. Eles se mostraram largamente ignorantes quanto à tradição japonesa de “empréstimo cultural consciente”, se adaptando às demandas externas sem abrir mão da própria essência.

## 2.4 Uma potência “anormal”

A seguir, busca-se detalhar os porquês de o Japão ser considerado uma poder “anormal” (HUGHES, 2005), ou uma “superpotência frágil” (GIBNEY, 1975). Esse status foi adquirido no período pós-ocupação, em decorrência dos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial. Para definir os conceitos, criados para o caso japonês, são necessários três entendimentos: 1) as condições da nova ascensão econômica japonesa; 2) as ideologias permeando sua política interna; e 3) as questões de segurança envolvendo os vizinhos asiáticos e os Estados Unidos.

Desse modo, pode-se definir o chamado “milagre” econômico japonês, entre meados dos anos 50 e o final dos anos 80, como um período de acelerado crescimento econômico, acompanhado pelas correspondentes mudanças sociais. Jansen (2002) destaca que, nele, o Japão alcançou, em ternos, em aproximadamente 40 anos, o que não havia conseguido alcançar em uniformes militares por mais de meio século. O que não significa a conquista de uma dominação regional, mas ao invés disso, o país se alçou à posição de superpotência econômica global. Sua economia estava atrás apenas da economia estado-unidense até, aproximadamente, a virada do novo século.

O primeiro e mais importante passo em direção ao objetivo de aumento da riqueza nacional era a industrialização. O foco era as industriais de base: energia, carvão, aço e naval. O processo contou com uma decisiva intervenção estatal em diversas frentes, seja por meio dos bancos financiados pelo Estado (fornecendo empréstimos de longo prazo com juros baixos), com destaque para o Banco de Desenvolvimento Japonês, seja pelas isenções tarifárias, pelo controle de importações ou pelos incentivos às exportações (BORTHWICK, 2007).

Na primeira década após a retomada da soberania, investimentos massivos geraram um efeito em cadeia e foram rapidamente absorvidos pelo crescimento da economia. Com falta de divisas, o governo controlava a aquisição de tecnologia, encorajando os setores de maquinaria e eletrônicos e também incentivando a produção nacional. A reversão da lei antimonopolista garantiu a proteção durante as breves recessões, quando se limitavam os investimentos para ajustar a balança de pagamentos. A produtividade rural também aumentou, devido a novos métodos de produção de arroz (BORTHWICK, 2007).

Com apoio norte-americano, agora o Japão tinha acesso total às matérias-primas dos países asiáticos, exceto a China, com que havia lutado e falhado em dominar. Novos padrões de transportes ajudaram a diminuir as desvantagens da falta de recursos primários, integrando os esforços de industrialização ao foco exportador. As plantas industriais eram estabelecidas em cidades portuárias, que passaram a crescer exponencialmente. Ainda na década de 50, o Japão já era líder mundial no setor de construção naval (JANSEN, 2002).

Borthwick (2007) explica que, durante esses primeiros anos de crescimento, o Japão tira proveito da sua expertise pré-guerra, da intervenção estatal, de estratégias corporativas agressivas, de relações laborais cooperativas e do acesso à alta tecnologia e amplos mercados, em grande parte, norte-americanos. O que levaria a anos de crescimento acelerado, com destaque para as décadas de 1960 e 1970.

Os períodos de 1955-1960 e 1965-1970 foram de “booms” de crescimento, com taxas de mais de 12% ao ano, intercalados por uma leve desaceleração nos cinco anos de 1960-1965. Todos os setores se desenvolveram, assim como as demandas de consumo. A nova prosperidade levou a uma revolução no consumo, na cidade e no campo, com altas vendas de produtos eletrodomésticos, eletrônicos e outros benefícios da vida moderna (MEYER, 2009).

Durante os anos 70, as crises do petróleo colocaram um freio no crescimento. As indústrias japonesas se voltam para fontes alternativas, visando reduzir a dependência do petróleo e balancear os custos sociais da industrialização (entre eles, o êxodo rural e a poluição) (MEYER, 2009).

A manutenção de uma taxa de câmbio fixa e moeda desvalorizada, estratégia elaborada por Dodge, ainda nos anos da Ocupação, favorecia as exportações, mas começa a ser um problema nos anos 70. No início, o mercado americano era capaz de competir. Com as recuperações europeia e japonesa, o presidente Nixon estabelece restrições à importação e passa a exigir o estabelecimento do câmbio flutuante das economias recuperadas. O Japão foi, eventualmente, capaz de controlar sua economia. Mas, com isso, vai terminando a era de rápido crescimento, dando lugar a uma era de crescimento lento e estável (BORTHWICK, 2007).

Chegando aos anos 80, o Japão se torna o maior credor do mundo. Rico em capital, ele passa a investir no déficit de outros países, inclusive dos Estados Unidos. Juntos, os dois

países compartilhavam mais de 40% da economia global, sendo altamente interdependentes (MEYER, 2009).

Ao mesmo tempo, o nacionalismo econômico japonês era visto como um grande problema. Fricções começavam a surgir com seus parceiros comerciais por conta de seus massivos superávits comerciais acumulados nas últimas décadas. O mundo dificilmente conseguia competir com os baixos custos de produção japoneses ou acessar seus mercados. Por pressões nas negociações com os Estados Unidos, começa-se a investir esse capital em infraestrutura para melhorar a qualidade de vida da população, entre outras reformas, com diferentes graus de adoção (BORTHWICK, 2007).

Mesmo com as medidas tomadas, as fricções com os parceiros comerciais permaneciam. Uma das reclamações mais frequentes se referia à estrutura e operações dos grandes conglomerados industriais, ou keiretsu. Eles eram similares aos zaibatsu, mas sem uma empresa matriz (holding company). O Japão se defendeu, argumentando que o problema não é a estrutura de sua economia, mas os déficits orçamentários e baixas poupanças nos demais países. Ademais, seu percentual de importações de manufaturados aumenta de 30% em 1985 para 50% em 1989, ao mesmo tempo que abria espaço para empresas externas (BORTHWICK, 2007).

É importante notar que a estabilidade política, garantida pela nova constituição e pela Doutrina Yoshida, teve um papel importante no desenvolvimento “milagroso” da economia japonesa. Havia uma forte ligação de políticos e burocratas com os grandes empresários e com os bancos, facilitando a ascensão econômica, em um sistema de dominação de um partido, até quase o fim do século (MEYER, 2009).

A partir da Ocupação, a política japonesa começa a funcionar, de fato, como uma democracia parlamentar. Isto é, o líder do partido político com maior número de assentos na dieta, eleita por sufrágio universal, formaria o gabinete. Nesse momento, um ponto importante é o início da política de coalizões. Para poder indicar um primeiro-ministro e formar um gabinete, um partido precisaria de apoio de outros partidos dentro da casa dos representantes (câmara baixa). O gabinete é liderado pelo primeiro-ministro, eleito pela maioria da câmara baixa. A câmara baixa, contudo, pode ser dissolvida pelo primeiro-ministro a qualquer momento, de acordo com a constituição (WATANABE, 2016).

O papel do primeiro-ministro, não obstante, é visto como institucionalmente fraco e reativo pela literatura especializada, dependendo de muitos fatores para fazer valer suas políticas. Entre as democracias desenvolvidas, o Japão é um dos países que mais presencia à queda ou à renúncia do chefe de governo. Isso acontece porque suas competências formais não são mais fortes do que as influências de outros setores na política japonesa. O conjunto desses setores é denominado burocracia (WATANABE, 2016).

A burocracia japonesa compreende os funcionários públicos de carreira, que defendem interesses de seus ministérios ou instituições, com poder de impedir legislações ou políticas contrárias seus interesses. Eles exercem, de forma legítima, suas atividades, com qualificação técnica e com esferas de competências definidas. A burocracia tem um papel fundamental na interpretação das leis, sem representar uma barreira legal, mas com amplo poder de dissuasão. Ela tem poder de veto nas aplicações de diferentes interpretações constitucionais sobre o Artigo 9º e sobre o significado da defesa nacional (WATANABE, 2016).

Considera-se, então, que o Japão não tem liderança, uma vez que é governado por diferentes grupos (burocracia, partidos, facções, grupos de interesse, etc), pelo menos, até o final da década de 90. Esses grupos, em conjunto, formam um “sistema”. Qualquer mudança pretendida que contrarie os interesses de algum componente do sistema, torna o primeiro-ministro incapaz de cumpri-la (WATANABE, 2016).

Desse modo, as eleições de 1949 simbolizaram a emergência de uma nova hegemonia conservadora. Nos anos seguintes, a união dos partidos de esquerda leva também à união dos partidos conservadores. Formam-se dois grandes partidos, o Partido Socialista do Japão (PSJ) e o Partido Liberal Democrático (PLD), liderado por Yoshida. Entre 1955 e 1993, a política japonesa foi marcada pelo embate bipartidário entre o PLD e o PSJ. O primeiro, como dominante e o segundo, como uma oposição fraca. Esse período ficou conhecido como “Sistema de 1955”, remetendo ao tempo em que o PLD ficou no poder, com governos vistos como “inevitáveis” (WATANABE, 2016).

Watanabe (2016) explica que, após a sua formação, o PLD se dividiu internamente em grupos que são comumente chamados de facções, institucionalizadas em 1956. Um governo é mantido com a cooperação e com o apoio das facções, que podem, a qualquer momento, ir contra o primeiro-ministro. As facções tornaram o partido flexível e eclético. Seus membros apresentavam divergentes opiniões sobre certos assuntos, como remilitarização, reforma

constitucional e reformas econômicas. A ideologia que os unia, contudo, era o anticomunismo e o apoio a aliança com os Estados Unidos.

O Sistema de 1955 foi caracterizado pela liderança do PLD, pelo crescimento econômico e por uma Burocracia poderosa e coesiva. Michael Green (2003) afirma que, além da questão econômica, o alinhamento com os EUA (questões políticas e de segurança) deve ser considerado também para discriminar o período. [...] O partido alcançou seu maior sucesso ao promover o reestabelecimento da importância do Japão na arena mundial quase inteiramente por meios econômicos (WATANABE, 2016, p. 48).

Assim, os grandes negócios não eram apenas um grupo de interesse, mas os beneficiários primários e, virtualmente, a razão de ser do sistema. Durante esses anos, eles se tornaram quase indistinguíveis da política. A intenção era reconstruir o Japão economicamente e livrá-lo da dependência de ajuda dos Estados Unidos e essas prioridades ajudaram a manter o PLD no poder (BORTHWICK, 2007).

O PSJ, por outro lado, passa a ser visto como um mero opositor aos excessos do PLD, entre eles, a corrupção. Corrupção essa que se deve, essencialmente, ao “triângulo de ferro”, isto é, a relação dos políticos do PLD com as grandes corporações e bancos para favorecer o setor do ferro. O partido opositor se manteve, de forma geral, contra a reforma constitucional, a energia nuclear e a remilitarização, o que impediu o partido de aumentar seus assentos na Dieta (WATANABE, 2016).

Enquanto o PLD esteve no poder, a facção dominante, com uma orientação que Michishita e Samuels (2012) denominam de realismo mercantil, conspirava com a minoria pacifista para manter os revisionistas (ou “normal-nacionalistas”), cuja maioria também fazia parte do PLD, em cheque. Os mercantilistas se preocupavam com mais com uma reação eleitoral negativa da opinião pública contrária à guerra do que com responder às pressões para compartilhar as responsabilidades de segurança regional com os Estados Unidos.

Dessa maneira, eles impuseram restrições ao poder militar do Japão. Os gastos com defesa foram limitados a 1% do PIB, a exportação de armas foi banida e o Partido Liberal se recusava a comprar armas consideradas “ofensivas”, como bombardeiros de longo alcance e mísseis balísticos intercontinentais (MICHISHITA; SAMUELS, 2012).

Essas decisões foram fruto de debates internos entre pacifistas e realistas no Japão, que frequentemente tomam um carácter legalista, enfocando o constrangimento constitucional para a ação militar. A questão central do debate é se a noção de dissuasão é aceita ou não. A

oposição pacifista nos debates parlamentares, sempre minoritária, argumenta que “rearmar” o Japão, criando as Forças Japonesas de Autodefesa e, até mesmo, manter o Tratado de Segurança com os Estados Unidos é anticonstitucional (KAWASHIMA, 2003).

Os pacifistas rejeitam a noção de dissuasão. Muitos japoneses acreditam que a tentativa de dominação Mongol no século XIII foi a última guerra que o Japão travou que não foi iniciada pelo próprio Japão (à exceção da Primeira Guerra). Caso ele se abstenha de provocações militares, uma invasão externa a um Japão inofensivo seria altamente improvável. O risco de aprisionamento pela aliança com os Estados Unidos e criação das Forças de Autodefesa (FAD) é considerado comparativamente maior (KAWASHIMA, 2003).

O sistema de 1955 funcionou bem desde o pós-guerra, enquanto os japoneses eram os únicos participantes e o crescimento era acelerado. Porém, sempre que os japoneses eram forçados a lidar com problemas internacionais ou se conformar com padrões que não eram seus, o sistema falhava. Foi o caso da revisão do Tratado de Segurança com os EUA, na década de 60, da normalização das relações com a Coreia, em 1965, da normalização das relações com a China, em 1972, e nas tentativas de abrir seus mercados internos ao comércio internacional, todos eles gerando instabilidade política (BORTHWICK, 2007).

No que toca as relações externas, a política de segurança japonesa no período pós-ocupação seguiu a receita da Doutrina Yoshida, cujos principais ingredientes eram: a cooperação econômica e política com os EUA para favorecer o crescimento econômico; pequeno gasto nacional com defesa; e dependência do “guarda-chuva” nuclear de segurança estadunidense em troca da permanência de bases militares em seu território (BORTHWICK, 2007).

O governo norte-americano foi convencido, ainda no início dos anos 50 dos benefícios estratégicos em apoiar a reconstrução do Japão. Ele abriu seus mercados produtos manufaturados baratos do Japão e facilitou sua entrada no GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio). A perda do mercado chinês, responsável por cerca de um terço do comércio japonês no pré-guerra, foi muito danosa. Assim, Yoshida também trabalhou em prol da retomada do comércio com a República Popular da China (KAWASHIMA, 2003).

A trajetória estratégica do Japão permaneceu a mesma durante os primeiros anos da Guerra Fria, com pequenos ajustes. Esses ajustes, eventualmente, levaram a revisão do Tratado de Segurança com os EUA, na década de 60. Para negociar suas cláusulas (como o

direito de intervenção militar dos EUA em revoltas internas japonesas e a falta de garantias explícitas de defesa), o Japão oferece injetar maiores graus de reciprocidade no acordo (HUGHES, 2005).

Apesar disso, os tomadores de decisão japoneses continuaram a tentar minimizar seus compromentimentos de segurança com os Estados Unidos. Eles reiteraram que não seriam enviadas tropas japonesas para fora de seu território, negociaram o poder de veto sobre a passagem de armas nucleares em portos japoneses e limitaram a abrangência geográfica do suporte japonês às ações militares norte-americanas. Com o início da retirada norte-americana da Guerra do Vietnã, em 1969, aumentaram-se as expectativas dos Estados Unidos para que os seus aliados asiáticos tomassem uma posição mais ativa. Demandava-se, particularmente do Japão, uma maior responsabilidade sobre sua segurança nacional e regional (HUGHES, 2005).

À medida que a Guerra Fria avançava, mais ajustes foram feitos. A estratégia de détente dos Estados Unidos em relação à URSS minimizou as possibilidades de envolvimento do Japão em um conflito regional. Ao mesmo tempo, temia-se a perda da parceria com os EUA, seja pelas fricções bilaterais geradas na ascensão econômica ou pelos limites da hegemonia militar dos EUA na região após a Guerra do Vietnã. Nos anos 70 e 80, com o aumento da ameaça soviética no leste asiático, há uma convergência de interesses japoneses e norte-americanos. Os aliados começam a cooperar melhor. As capacidades militares do Japão são aumentadas, sob o princípio da autodefesa nacional, com capacidades complementares às forças norte-americanas. Os políticos japoneses se mostravam cada vez mais dispostos em transformar o Tratado de Segurança em uma aliança, ainda que mantivessem as ressalvas anteriores, querendo evitar o risco de aprisionamento nas estratégias de segurança norte-americanas (HUGHES, 2005).

No que tange as restrições às ações militares em âmbito interno, as principais questões eram definir o que significa o uso da força (ações militares pelas FAD) e autodefesa individual (lutar contra forças externas engajadas em ataques armados contra o Japão). Debate-se se é legal ou não, por exemplo, fornecer apoio logístico a forças aliadas, o que passou a acontecer no final da década de 90, com aprovação de leis relativas a esse assunto. O governo foi autorizado a engajar as FAD em várias atividades de suporte, não-combativas. A necessidade dessas definições, entretanto, perde-se caso a constituição passe a ser interpretada

de forma a aceitar o exercício da autodefesa coletiva (defesa de aliados, por exemplo) (KAWASHIMA, 2003).

É importante notar que o aprofundamento da cooperação com os EUA não foi seguido por um aprofundamento em seu papel em redes de segurança multilaterais. Por mais que esperasse atingir uma política de segurança centrada nas Nações Unidas, essa se mostrou ineficiente em controlar a competição entre as superpotências na Guerra Fria. Não era provável que fosse capaz de, efetivamente, deter agressões e substituir a aliança bilateral com os Estados Unidos. Ainda sim, o Japão se tornou um importante apoiador, político e financeiro, das operações de paz, mesmo estando impedido, constitucionalmente, de mandar forças (HUGHES, 2005).

A mesma relutância é percebida quanto às organizações regionais. As opções de segurança militar multilateral estavam limitadas desde a “constituição da paz”, impedindo o Japão de participar de iniciativas de segurança coletiva. Ademais, um regime de segurança coletiva no leste asiático não fornecia as mesmas garantias. Muitos dos possíveis parceiros seriam nações que ainda guardavam ressentimentos contra o Japão e os tomadores de decisão japoneses não acreditariam em sua eficácia (HUGHES, 2005).

Na era Meiji, os líderes japoneses acreditavam que uma nação rica necessitava de um exército forte. Na recuperação pós-guerra, eles acreditavam no exato oposto: o caminho da nação para a reconstrução e para a riqueza dependia de um exército fraco ou inexistente. Como consequência, o Japão resistiu às insinuações dos Estados Unidos para que ele voltasse a se armar contra o comunismo durante a Guerra Fria. É certo que a posição “pacifista” teve calculados benefícios econômicos, mas a tragédia da guerra deixou um legado real de aversão ao militarismo na população japonesa (BORTHWICK, 2007).

Ainda sim, Yoshida e seus sucessores optaram pela estratégia de um “Estado mercantil levemente armado”. A essência da política de defesa do Japão era o estabelecimento de relações de segurança com os Estados Unidos e a eventual criação de um pequeno contingente de Forças de Autodefesa. Essa estratégia é considerada como realista, uma vez que permite a manutenção de uma dissuasão efetiva para a segurança do Japão, apesar da oposição pacifista. A opinião popular no Japão tem sido cada vez mais compreensiva dessa noção realista de segurança, assumida pelo governo do PLD. Ainda sim, sempre que alguma ação legislativa é

empreendida para a manutenção da dissuasão ou do papel das FAD, debates com grande carga emocional emergem (KAWASHIMA, 2003).

O conjunto dessas estratégias e circunstâncias, portanto, formaram o status de potência “anormal” para o Japão durante a Guerra Fria. A partir disso, a doutrina Yoshida, desenhada para um mundo bipolar, tem se dissolvido sem um substituto claro, com a chegada a nova ordem pós-Guerra Fria. A nova grande estratégia japonesa tem estado em debate já há algum tempo, mas é evidente que os Estados Unidos e a China têm, nela, um papel central. Tornar o Japão uma potência “normal” é um dos discursos que tem ganhado força e um elemento central das estratégias de defesa, muito embora ainda não esteja claro o que isso significa (MICHISHITA; SAMUELS, 2012).

## **2.5 O processo de “normalização” do Estado japonês**

Em decorrência das explicações da seção anterior, considera-se que a “normalização” do Japão é um processo em andamento. Ele ganha desenvolvimentos importantes a partir da década de 90, por uma mistura de acontecimentos internos e externos. Experimenta-se, simultaneamente, uma grande crise econômica, mudanças políticas internas e novos rumos no cenário internacional. Tais eventos exigiram, inevitavelmente, alterações nas visões e políticas de segurança.

Borthwick (2007) afirma que, na década de 90, no Japão, ocorre a maior recessão econômica desde o pós-guerra, cuja a responsabilidade pode ser facilmente endereçada às políticas e instituições governamentais. Entre as crises do petróleo e o final da década de 80, a economia japonesa vinha passando por um crescimento constante, apenas um pouco maior do que o dos Estados Unidos. De meados da década de 80 à 1991, houve uma nova expansão econômica, com taxas de crescimento de aproximadamente 4,9% ao ano. As firmas japonesas aproveitaram a base forte para fazer aquisições em outros países, adicionando altas expectativas à economia japonesa.

Entretanto, as fundações dessa expansão eram bem frágeis. Os preços de imóveis no Japão, já supervalorizados há anos, atingem níveis surreais no final dos anos 80. Em 1990, por má regulação governamental, foram feitos muitos empréstimos de risco nesse setor. Quando os preços imobiliários caíram, criou-se uma crise financeira e política de duração e

severidade sem precedentes, no início de 1991. Ela atingiu os maiores bancos, gerando um efeito em cadeia. O iene (moeda japonesa) se valorizou tanto que os produtos japoneses começaram a ser muito caros na maioria dos mercados externos e, assim, as exportações não impediram o crescimento do PIB de cair para menos de 1% ao ano (BORTHWICK, 2007).

A crise se estendeu por toda a década de 1990. Ela enfraqueceu e expôs a críticas a burocracia, por sua grande responsabilidade em manejar a economia. A recuperação, a partir dos anos 2000, se deveu a uma grande intervenção monetária do governo e expansão fiscal, levando à depreciação do iene e à retomada das exportações, impulsionadas pelo aumento da demanda vindo da China (BORTHWICK, 2007).

Ao longo dos anos 2000, entendeu-se que as intervenções estatais do período de crescimento haviam escondido setores pouco competitivos, como têxtil, agropecuário, financeiro, entre outros, no sucesso dos setores exportadores de automóveis e eletrônicos. Assim, esses setores sofreram severas penalidades com a abertura econômica. O Japão tem começado a reestruturar sua economia, em um processo lento e difícil, mas com potencial para ser um novo período de mudanças significativas (BORTHWICK, 2007).

Além disso, em 1993, o Sistema de 1955 entra em colapso. Desde o fim da década de 1980, houve demandas populares pela mudança do sistema eleitoral e eliminação do sistema distrital para, assim, diminuir as disputas entre facções e a corrupção estrutural partidária. Contudo, com o receio de que a reforma poderia dificultar a reeleição, os gabinetes no poder decidiram adiar a revisão da lei eleitoral (WATANABE, 2016).

Entre as eleições de 1990 e 1993, houve diversos escândalos de corrupção e a criação de novos partidos. Em 1993, esses novos partidos se uniram em uma coligação com o Partido Socialista do Japão, agora mais moderado. Eles terminaram com 38 anos de supremacia política do PLD. A coalização formada elegeu Hikosawa, do Partido Novo do Japão (PNJ), como primeiro-ministro. O estilo de governar de Hikosawa era novo e sua popularidade era alta, não apenas no Japão. Hikosawa foi o primeiro líder japonês a se desculpar pelas atrocidades cometidas contra os países asiáticos dominados durante seu período imperialista (WATANABE, 2016).

A coligação acreditava que deveria ser definida uma nova posição para o Japão na comunidade internacional e a relação com os Estados Unidos deveria ser reavaliada. Importantes membros do partido começavam a advogar pela “normalização” da política de

defesa do Japão. Porém, a coalização era frágil, pois seu principal ponto de convergência era sua oposição ao PLD. Ela se divide em 1994. A única realização do gabinete Hosokawa foi a aprovação da reforma política, mudando o sistema eleitoral (WATABANE, 2016).

Entre 1994 e 1996, nenhum governo durou mais do que alguns meses, até que o Partido Socialista do Japão se junta ao Partido Liberal Democrático para nomear um primeiro-ministro, contrariando os princípios do partido. O novo gabinete declarou que as Forças Armadas eram constitucionais e que o tratado com os EUA era indispensável. Mesmo com o primeiro-ministro apontado pelo PSJ, esse período significou uma retomada do poder pelo PLD, o que levou o PSJ à beira da extinção nas eleições seguintes. Novos partidos também continuavam a surgir, ameaçando sua hegemonia, entre eles, o Partido Democrático do Japão (PDJ) (WATANABE, 2016).

O colapso do sistema de 1955 reduziu a oposição efetiva da esquerda na questão da revisão constitucional. Isso se deveu, especialmente, à perda da posição do PSJ de principal oposição, depois de abdicar de sua plataforma original: as Forças de Autodefesa e a aliança com os Estados Unidos são inconstitucionais. Sua força na dieta foi desintegrada (HUGHES, 2006).

A política japonesa da década de 90 sofreu grandes mudanças. A lei do Gabinete, criada em 1947, impedia que o primeiro-ministro tomasse decisões sem ter apoio unânime de seu gabinete e, portanto, sem o aval da burocracia dentro dos ministérios, não se podia propor novas políticas. Ao final da década de 1990, houve uma reforma na Lei do Gabinete, enfraquecendo a burocracia e dando ao primeiro-ministro mais autonomia. Além disso, as lealdades dos eleitores começam a mudar. Entre 1997 e os primeiros anos após a virada do século, o PDJ passa a ser visto como uma boa alternativa e consegue bons resultados nas urnas contra o PLD (WATANABE, 2016).

O PDJ é amplamente centrista e contém uma parte importante dos antigos membros do Partido Socialista. Mas sua herança de membros dissidentes do PLD, combinada com a ascensão de um jovem grupo de conservadores, significa que ele também está propenso a convergir com o PLD em assuntos de segurança e na necessidade de uma revisão constitucional (HUGHES, 2006).

As eleições de 2000 mostraram tanto os prejuízos para a relação do PLD com partidos parceiros, por conta da estagnação econômica, quanto que o PDJ conseguia receber votos sob

o novo sistema de representação proporcional. Ainda sim, graças a uma coalizão, o candidato do PLD, Koizumi Junichiro, tornou-se primeiro-ministro em 2001. Ele era altamente popular e politicamente forte, conseguindo liderar com base na confiança popular e habilidade pessoal de manejar os componentes da política japonesa. Koizumi tinha um discurso emotivo e se aproveitou da crise financeira japonesa para promover mudanças drásticas, uma vez que a população se encontrava mais aberta a isso (WATANABE, 2016).

Figura 3: Junichiro Koizumi visita o Santuário Yasukuni



Fonte: People, 2006

A partir dele, a figura do primeiro-ministro passou a ser importante e determinante, mostrando ser possível suplantando as influências de certos atores com poder de veto (os partidos políticos de oposição e coligação, as facções do próprio partido, a burocracia e a sociedade civil) no sistema político japonês. Da mesma forma, a partir de Koizumi, a diplomacia passou a ter maiores influências do Kantei (residência e escritório oficial do gabinete), aproveitando-se da conjuntura nacional e internacional (WATANABE, 2016).

Em 2006, após a Dieta ter reprovado sua proposta de revisão dos serviços postais (que também incluíam financiamentos e seguros e eram uma base eleitoreira de uma facção do PLD), ele desfez a câmara baixa e convocou novas eleições. Ajudado pela mídia, ele

conseguiu fazer com que a nova câmara tivesse dois terços dos seus membros vindos do seu partido, eliminando a oposição interna (HUGHES, 2007).

Entre 2001 e 2006, Hughes (2006) afirma que o Japão embarcou em um rápido e radical desenvolvimento em sua política de defesa sob o primeiro-ministro Koizumi. A reforma constitucional e a eliminação do Artigo 9º entraram, definitivamente, na agenda política do país. Embora não tenha se efetivado, a tradição de reinterpretações do Artigo 9º é intensificada em uma série de novas legislações.

As leis criadas na década de 1990 e, principalmente, no pós-11 de setembro aumentam as capacidades dadas às FAD e dão credenciais internacionais ao Japão para pleitear um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Para isso, foi usado o discurso da ameaça terrorista. Para combater na “guerra ao terror”, foram aprovadas a Lei Antiterrorismo (2001), para o Afeganistão, e a Lei sobre a Ajuda Humanitária (2003), para o Iraque. A Lei de Emergência (2003), permitindo o uso da força em casos de ataque, foi aprovada por conta das ações hostis da Coreia do Norte. Foi desenvolvido, ainda, um sistema de defesa de mísseis balísticos (BMD) em conjunto com os EUA (WATANABE, 2016).

É certo que fatores externos pressionaram o governo japonês a adotar novos compromissos, como a Guerra do Golfo de 1991 (pressão norte-americana), e a crise da Coreia do Norte, que passou a realizar testes balísticos também na década de 1990, ameaçando diretamente o território japonês. O marco temporal da presente análise não é exatamente a virada do século, mas um evento próximo que causou um impacto profundo na política japonesa no que se refere à Defesa: os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 (WATANABE, 2016, p. 131).

Em 2004, o governo anuncia uma nova Doutrina de Defesa, representando uma significativa alteração da estratégia japonesa. As novas ameaças são nomeadas: além do terrorismo, que torna o Japão um alvo a partir da cooperação com os Estados Unidos, as FAD devem ser capazes de lidar com uma Coreia do Norte nuclearmente armada e uma China em ascensão militar, a fim de repelir ou diminuir qualquer dano ao território japonês (WATANABE, 2016).

Esse contexto compeliu o Japão a uma maior participação internacional, diferentemente do período de Guerra Fria. Com a impossibilidade de se reformar o Artigo 9º da Constituição, o governo passou a utilizar o preâmbulo da Lei Maior a fim de justificar o maior destaque do país nas relações internacionais em temas de segurança. As Forças de

Autodefesa ganham permissão para realização de missões em zonas de combate e em operações de segurança coletiva. A partir desse momento, assuntos anteriormente evitados entram em discussão, como a questão nuclear, o uso militar do espaço e a proibição de compartilhamento de tecnologia militar e de exportação de armas (DANTAS, 2014).

Como exemplo disso, em 2007, a antiga Agência de Defesa, subordinada aos demais ministérios, torna-se um Ministério de Defesa, com maior autonomia. Em seguida, em 2008, há a aprovação da Lei Básica do Espaço, permitindo o desenvolvimento de satélites para o sistema BMD (WATANABE, 2016).

Nessa mesma linha, Tanter (2005) defende que, começando em 1989, o Japão entra em um processo de remilitarização. Esse processo inclui orçamentos militares expandidos, modernização e expansão das capacidades militares, legitimação e legalização do uso das forças militares fora do território japonês, cogitação de soluções militares para problemas internacionais e expansão do poder coercitivo doméstico do governo (TANTER, 2005).

É possível afirmar, então, que a Doutrina Bush foi bem recebida em um Japão que já se encontrava em processo de remilitarização, funcionando apenas como um acelerador. Ou seja, em um contexto interno de ondas de legislação que enfraquecem a interpretação original do Artigo 9º, o Japão passa a participar da estratégia de segurança norte-americana como um aliado mais ativo (TANTER, 2005).

Para melhor ou para pior, após Koizumi, o Japão transformou sua atitude reativa, já que agora o poder decisório vinha mais de cima para baixo (top-down) do que ao contrário, isto é, se baseia muito mais na força da personalidade do primeiro-ministro. Ao mesmo tempo que os Estados Unidos deram as boas-vindas a uma participação japonesa mais ativa em termos de segurança, o Japão também mostra que tem caminhado para se tornar um parceiro determinado e inconstante, pronto para assumir posições mais autônomas relativamente aos vizinhos asiáticos e, até mesmo, aos Estados Unidos. Isso, justamente, porque os primeiros-ministros só podem perseguir uma política mais dura apoiados pela opinião pública, significando que o Japão pode não cumprir promessas importantes para a aliança com os Estados Unidos (HUGUES, 2007).

Michishita e Samuels (2012) alegam que cada um dos sucessores de Koizumi, começando com Abe Shinzo, agiu como uma Goldilock, isto é, buscou uma posição central, mais desejável e vantajosa possível. Eles agiram visando promover um balanço efetivo nas

relações com seus vizinhos e seus parceiros de segurança. Os autores dizem que isso pode significar a emergência de um novo grande consenso na estratégia de segurança japonesa: os esforços para “acertar o ponto”, ou manter a distância correta, especialmente nas relações com a China e com os Estados Unidos.

Hughes (2007) concorda com essa visão, dizendo que Abe Shinzo, sucessor de Koizumi, assumiu uma posição mais proativa para melhorar as relações com a China e a Coreia do Sul, ao mesmo tempo em que buscava fortalecer os laços de segurança bilaterais com os Estados Unidos, visando bloquear a Coreia do Norte. Ele também continuou o debate de revisão constitucional começado pelo seu antecessor.

Em 2009, não obstante, os eleitores japoneses acabaram com a dominância do PLD, colocando o PDJ no poder com uma maioria esmagadora na Casa dos Representantes. Mesmo que a liderança tenha durado pouco, ela simbolizou uma transformação significativa: não mais o Japão era governado por um partido só. Seus candidatos prometeram relações mais igualitárias com os Estados Unidos e um foco maior para a Ásia em sua política externa (MICHISHITA; SAMUELS, 2012).

Em grande medida devido às tensões geradas com os Estados Unidos e com a população pelas tentativas fracassadas de rever as condições e localização das bases militares estadunidenses, entre 2009 e 2012, nenhum primeiro-ministro do PLD ficou mais do que um ano no poder. Em 2010, a administração Hatoyama cancelou o suporte logístico às forças norte-americanas no Afeganistão, uma operação ativa desde 2001 (MICHISHITA; SAMUELS, 2012).

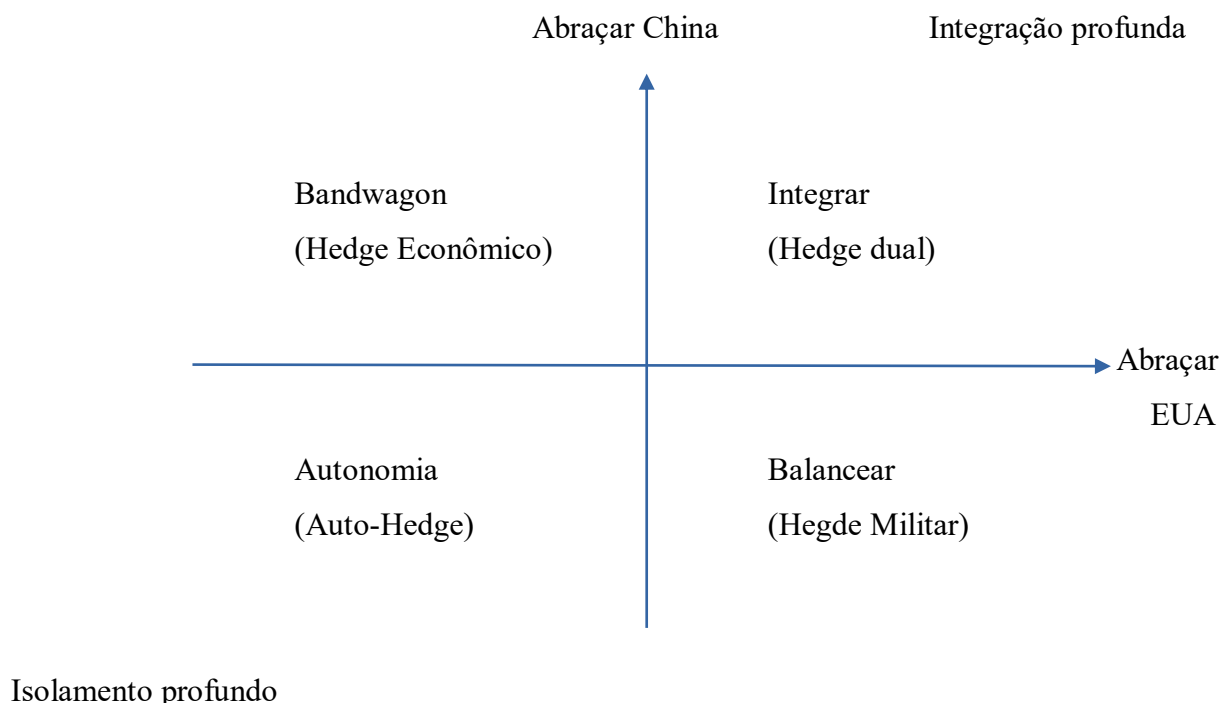
Nesse meio tempo, as relações com o leste asiático também têm passado por mudanças, tanto no campo econômico quanto militar. Apesar da contínua dependência dos Estados Unidos, um sistema financeiro e de comércio asiático tem sido debatido sem a liderança e, por vezes, sem a participação dos norte-americanos. No campo militar, as transformações são comparáveis. A diminuição das tropas americanas em locais estratégicos é vista como um sinal do declínio no comprometimento da potência com a segurança regional na Ásia (MICHISHITA; SAMUELS, 2012).

No que tange as relações com a China, após o fim da era Koizumi, os governos japoneses se esforçaram para evitar tensões políticas em assuntos particularmente sensíveis, como as visitas oficiais ao Santuário Yasukuni (local de homenagem a muitos soldados e

grandes personalidades do militarismo japonês da Segunda Grande Guerra). Porém, as relações sino-japonesas desde os anos 2000 são comumente definidas pelo epíteto “economia quente, política fria”. Ou seja, mesmo que, em 2007, a China tenha se tornado o maior parceiro comercial do Japão, a competição militar e por liderança regional e as disputas territoriais têm complicado os esforços de reconciliação dos dois poderes asiáticos (MICHISHITA; SAMUELS, 2012).

Ainda sim, encontrar a distância certa entre a China em ascensão e os Estados Unidos em relativo declínio é a escolha estratégica mais importante para o Japão hoje. Os três representam as maiores economias do mundo, sendo os principais parceiros comerciais uns dos outros e com uma interdependência cada vez maior. Michishita e Samuels (2012) resumem o debate interno da política externa japonesa em quatro principais alternativas, que variam ao longo de dois eixos: a aproximação dos EUA e/ou aproximação da China, como pode-se verificar no gráfico 2.

Gráfico 2: Modelo pós-Guerra Fria



Fonte: Michishita e Samuels, 2012, p. 167 (tradução própria)

A estratégia do primeiro quadrante, denominada bandwagon, advoga por uma aproximação da China, minimizando as ameaças militares e o risco de trapaça, enfatizando os benefícios de uma relação econômica bilateral robusta com o novo gigante econômico global. Dessa forma, o Japão contribuiria para a construção de um bloco econômico do leste asiático centrado na China, agindo como seu parceiro regional. No longo prazo, o impacto global dessa estratégia seria uma aceleração de um consenso econômico pós-Washington e da multipolaridade global. Essa é uma posição, no geral, assumida pelo PDJ, mas de forma heterogênea. Figuras relevantes no partido acreditam que tornar as relações sino-japonesas mais sólidas ajudaria a resolver os problemas com os EUA (MICHISHITA; SAMUELS, 2012).

A seguir, o quadrante dos autonomistas reúne tanto pacifistas quanto gaulistas. Ambos defendem que o Japão reganhe soberania total e não dependa nem da China nem dos Estados Unidos. Eles divergem, no entanto, na escolha dos meios para tal fim: os primeiros preveem uma estratégia não-militarista e os segundos, argumentam que o Japão deve cuidar de si mesmo em um mundo de “autoajuda” utilizando diversos recursos de dissuasão. No quadrante superior direito, os integradores representam a estratégia Goldilock, isto é, melhorar as relações econômicas com Pequim não precisa acontecer às custas das relações com Washington. Essa estratégia protegeria o Japão da predação econômica norte-americana e da coerção chinesa (MICHISHITA; SAMUELS, 2012).

O PLD tem preferido, de forma geral, uma estratégia balanceadora, isto é, uma visão menos entusiasmada dos benefícios econômicos da relação com a China e mais preocupada com a ameaça militar. Para eles, as capacidades de defesa chinesas são muito mais fortes do que o necessário para sua própria defesa. Na sua visão, a manutenção do status quo no qual Washington se mantém como o ator dominante no sistema internacional é preferível, e o Japão estará mais seguro mantendo uma aliança robusta com esse parceiro. Desde 2012, o PLD retorna ao poder no Japão, tendo Abe Shinzo como primeiro-ministro (MICHISHITA; SAMUELS, 2012).

Figura 4: Abe Shinzo se encontra com Donald Trump em Washington



Fonte: Select All, 2017

Por fim, Dantas (2014) defende que, de 1990 a 2005, o Japão persegue um papel de poder civil global centrado na ideia de segurança humana. Isso leva a um grande avanço das FAD e ao maior suporte para o uso da força, podendo ser utilizada em casos de ataque ou suspeita de ataque, assim como em operações de paz. De 2005 em diante, contudo, ela identifica uma gradual consolidação de seu papel como potência “normal”. No capítulo seguinte, serão analisados, com mais profundidade os principais aspectos dessa “normalização” de forma a identificar os fatores variantes mais relevantes para o sistema. A partir disso, serão traçadas as perspectivas desse novo papel que vem sendo assumido pelo Japão e seus impactos para as relações com os Estados Unidos e para a segurança regional no leste asiático.

### 3. O novo normal japonês: a estratégia de segurança japonesa e suas perspectivas

Neste último capítulo, a análise será focada no momento atual e nas perspectivas futuras da “normalização” do Japão, trabalhando com o método de construção de cenários da prospectiva estratégica. Para tal, utilizaram-se opiniões e análises de especialistas no assunto, dados relativos à segurança, mapas, pesquisas de opinião, documentos oficiais dos governos e declarações de figuras relevantes. Para iniciar esta etapa, é definido o sistema e, em seguida, são levantadas todas as variáveis possíveis para, por fim, identificar as variáveis-chave do sistema e propor quatro tipos de cenário para a normalização japonesa.

#### 3.1 O sistema

Tabela 2: O sistema

<b>Título:</b> A “normalização” do Estado japonês		
<b>Objetivo:</b> determinar como o processo de “normalização” afeta a estratégia de segurança do Japão e as relações com principais parceiros estratégicos japoneses		
<b>Horizonte temporal:</b> 13 anos (2017-2030)		
<b>Local:</b> Japão		
<b>Título e Filosofia</b> <i>Expansão das capacidades militares japonesas</i> As capacidades das Forças de Autodefesa Japonesas têm sido expandidas tanto em suas capacidades táticas quanto em seu papel estratégico para a política de segurança japonesa.	<b>Atores</b> Japão PLD China EUA Coreia do Norte Coreia do Sul ASEAN	<b>Variáveis-chave</b> <i>Internas</i> -A política doméstica japonesa e as estratégias de segurança -O antimilitarismo da população japonesa -Capacidades das Forças de

*Manutenção da aliança de segurança com os EUA*

A manutenção da parceria de segurança com os Estados Unidos é altamente necessária para a segurança do Japão hoje, e tende a permanecer relevante, mesmo com a opção japonesa por uma normalização autônoma.

*Contexto regional instável e ameaças externas*

Em 2010, a China se tornou a segunda maior economia do mundo, ultrapassando o Japão. Essa ascensão econômica foi acompanhada de um aumento não só em seus investimentos militares, como em sua assertividade diplomática nas questões territoriais e de segurança, ameaçando o Japão com recorrentes incursões em seu espaço territorial. Além disso, outra principal causadora de instabilidade regional é a Coreia do Norte e suas cada vez mais alarmantes ameaças nucleares.

Autodefesa

- Aliança com os Estados Unidos
- As bases militares norte-americanas e a soberania japonesa
- Os princípios não-nucleares e a nuclearização do Japão
- Prosperidade econômica
- A curva demográfica japonesa e a crise de poupança
- Política energética japonesa
- Recursos escassos e conflitos globais
- Nacionalismo japonês

*Externas*

- Nacionalismo chinês
- Ascensão econômica e militar da China
- Disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu
- Conflitos fronteiriços no Mar do Sul da China
- Política doméstica chinesa
- Política doméstica norte-americana
- Dinâmicas conflitivas na

		península coreana. -Os armamentos nucleares e a doutrina militar norte-coreana -Zonas de livre comércio -Fortalecimento da ASEAN e seus fóruns: cooperação multilateral regional -Coalizões bilaterais e trilaterais: outros parceiros
--	--	--

Fonte: Elaboração própria

### 3.2 As variáveis

Na etapa 1, levantam-se todas as variáveis possíveis identificadas para o sistema, internas ou externas a ele. Para cada variável, há uma ficha indicando sua definição, as evoluções passadas, a caracterização da sua situação atual e as tendências ou rupturas futuras. Nesse trabalho, serão apresentadas 28 variáveis. Em seguida, com base nas descrições apresentadas, é feita a matriz de análise estrutural, com as relações de influência e dependência entre as variáveis.

#### *Variáveis internas*

##### Variável 1: Política doméstica japonesa e as estratégias de segurança

Essa variável esclarece o atual mainstream do debate na política japonesa sobre os aspectos que concernem a segurança do Estado e suas estratégias futuras. Durante mais de 30 anos de governo de apenas um partido, tendo como visão predominante o realismo mercantil, a Doutrina Yoshida prevaleceu como estratégia de segurança japonesa em boa parte do pós-guerra. Com a virada do século, o ritmo do debate sobre uma “normalização” militar se acelera. Michishita e Samuels (2012) argumentam que houve uma migração da grande

estratégia japonesa no pós-Guerra Fria: antes, havia uma estratégia centrada em se tornar “normal” e um aliado melhor para os Estados Unidos e, agora, há uma estratégia de normalização mais ostensiva, muito por conta da liderança do primeiro-ministro Koizumi Junichiro. Após os “excessos” de Koizumi em forçar o Japão a assumir um maior papel maior no cenário global, o governo do PDJ, que se seguiu, optou pela promoção das relações regionais. Em 2012, porém, a escalada das tensões com a China e com a Coreia do Norte faz com que se volte a privilegiar a aliança com os Estados Unidos. Os confrontos levantaram os ânimos nacionalistas e ajudaram o PLD a retornar ao poder (EUROPEAN UNION, 2015). Isto é, os rumos da estratégia de segurança japonesa dependem muito tanto do estado das relações internacionais quanto do gabinete vigente e o estado dos debates políticos domésticos. Akimoto (2013) argumenta que apenas com uma revisão constitucional, com eliminação ou reinterpretação do Artigo 9º o Japão poderá se tornar uma potência normal. Watanabe (2016) defende que um primeiro-ministro forte pode ter uma influência determinante na mudança institucional. É certo que, pelo processo da democracia parlamentarista, o primeiro-ministro sempre deverá ter uma base forte para governar. Resta saber se, em um futuro próximo, o Japão terá algum primeiro-ministro tão forte quanto foram Yoshida ou Koizumi para liderar as mudanças necessárias na estratégia de segurança japonesa. De 2012 até os dias atuais, o presidente do PLD, Abe Shinzo, tem atuado como primeiro-ministro japonês pela segunda vez (seu primeiro termo durou de 2006 a 2007, após Koizumi). Nos últimos anos, o primeiro-ministro foi capaz de reorientar a política de segurança do Japão, seguindo o rumo revisionista iniciado por Koizumi. A nova Estratégia de Segurança Nacional, aprovada em dezembro de 2013, declara que o Japão precisa fortalecer o poder de dissuasão necessário para manter a paz e a segurança, para garantir a sobrevivência japonesa e melhorar o ambiente de segurança na região da Ásia-Pacífico pelo fortalecimento da aliança com os Estados Unidos. Ele também defende a construção de uma sociedade internacional capaz de manter a segurança internacional baseada em normas e regras universais. Sob essa nova estratégia, o Japão estaria pronto para ir de uma posição de “pacifismo ativo baseado na cooperação internacional” para outra de “contribuições ativas para garantir a paz e segurança globais” (EUROPEAN UNION, 2015, p.13). Por outro lado, os discursos de política externa de Abe têm se baseado muito em valores como a democracia, governança global e direitos humanos, o que levanta suspeitas em Pequim de uma estratégia

de contenção. Essa posição de alienação da China é arriscada, pois a falta de confiança entre os dois impede a melhora da situação de segurança no leste asiático (SAKAKI, 2015). O orçamento de defesa foi aumentado pela primeira vez em uma década, a proibição na exportação de armas foi afrouxada e, em 2015, Abe aprovou uma série de leis controversas através da dieta controlada pelo PLD. Elas trazem uma nova interpretação da constituição, permitindo que o Japão participe da autodefesa coletiva em ajuda a algum aliado, sob três circunstâncias de interpretação aberta: caso a “sobrevivência” do Japão esteja ameaçada, se não houver outra opção e em situação em que o uso da força seja o “mínimo necessário” (CSIS, 2016). Abe sabia que era improvável que ele conseguisse as majorias necessárias, no parlamento ou por referendo popular, para revisar fundamentalmente a constituição, mas esse continua sendo o maior objetivo de sua estratégia. Em 2015, à época da aprovação do pacote legislativo de Abe, suas taxas de aprovação foram menores que as taxas de reprovação pela primeira vez e 58% dos entrevistados se opunham às reformas (EUROPEAN UNION, 2015). Contudo, de acordo com o jornal japonês de alta circulação, Yomiuri Shimbun, a aprovação do gabinete de Abe cresceu de 56% para 60% desde a última pesquisa e a desaprovação caiu de 33% para 29% (THE JAPAN NEWS, 2017).

#### Variável 2: Antimilitarismo da população japonesa

A repulsa ao militarismo é uma variável que constrange mudanças políticas internas no Japão e o excessivo aumento de suas capacidades militares. Ela ainda é um trauma da Segunda Guerra Mundial, que levou o país não só à derrota, mas também a duas tragédias nucleares e uma ocupação estrangeira. O artigo 9º da constituição permanece como pilar do antimilitarismo e do pacifismo antinuclear. Partidos de oposição e intelectuais pacifistas buscam proteger a constituição e contribuem para a formação da imagem do Japão como um Estado pacifista. Em 1990, eles impediram o envio das FAD para uma missão de paz no Golfo Pérsico, apesar da aprovação de legislação que permitiria a ação. Esses fatores indicam que o antimilitarismo constrange as ações de “normalização” do Estado e permanecerá influente até que o Artigo 9 seja revisado ou excluído da constituição (AKIMOTO, 2013). Pelas consequências do militarismo e influência das autoridades da ocupação pós-guerra, muitos tendem a assumir que há uma relação inversa entre a força militar e a força dos valores democráticos, o que, por si só, é um contraste com a visão de outras democracias, como os

próprios Estados Unidos, nos quais as forças armadas são percebidas, de forma geral, como garantidoras dos valores democráticos. A questão importante a ser posta nesse sentido é se a democracia japonesa é tão fraca que não se manteria caso a nação fosse capaz de se defender autonomamente (KAWASHIMA, 2003). Esse aspecto cultural gera problemas de recrutamento e outras limitações para as FAD. Durante os anos 2000, a comparação das pesquisas de opinião dos três maiores jornais japoneses, o Yomiuri Shimbou, o Asahi Shimbou e o Nikkei apontam um aumento do apoio popular às revisões constitucionais, mas esse apoio vem caindo novamente após as novas legislações do gabinete Abe. Em 2016, de 37% à 49% dos participantes das pesquisas desses jornais apoiam a revisão constitucional e entre 50% e 55% se opõem (COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, 2016). Pode-se concluir, então, que a norma antimilitarista ainda existe, com uma adesão ligeiramente menor. Porém, quando há habilidade política, há oportunidades para que as lideranças resistam ao sistema e ajam de forma a promover mudanças em temas controversos, aproveitando-se de períodos de crises (WATANABE, 2016). Dantas (2014) afirma também que o Japão tem se utilizado de uma estratégia de soft power, o discurso de segurança humana, para reforçar os aspectos militares de sua segurança nacional. Isso permite a expansão das FAD sem acentuar o carácter coercitivo de sua capacidade militar. É uma negação discursiva de seu poder militar, facilitando a sua sobrevivência regional e inserção internacional.

### Variável 3: Capacidades das Forças de Autodefesa

As Forças de Autodefesa surgiram na década de 50, em um contexto de Guerra da Coreia, no qual os Estados Unidos retiraram boa parte das tropas estacionadas no Japão e receavam o avanço comunista na região. Ainda sim, elas surgiram com o propósito de servir exclusivamente para a defesa do território japonês e estando submetidas ao controle civil. Em 1954, as FAD contavam com 165 mil membros e sua atuação assemelhava-se com a das forças policiais. Suas principais preocupações eram legitimar a própria existência como instituição diante do povo japonês. Em 1992, uma pesquisa do Yomiuri Shimbun mostrou que 56% dos entrevistados acreditavam que o envio das FAD para atividades militares externas era inconstitucional, enquanto 34% acreditavam que operações das FAD para manutenção da paz eram constitucionais. De toda forma, a partir da década de 90, o contexto interno e externo se transforma, assim como o papel das FAD. Elas são enviadas para fora do Japão

pela primeira vez, ganhando um papel mais ativo e maior visibilidade social. Hoje, as FAD possuem capacidades navais e aéreas dentre as mais avançadas da região asiática, porém em desvantagem numérica em relação aos seus vizinhos do leste asiático (à exceção da Coreia do Sul) e aos Estados Unidos. Dentre suas fraquezas, também estão a falta de controle operacional efetivo para conduzir operações conjuntas, o excessivo controle civil (que inibe seu carácter ofensivo, mas não necessariamente seu crescimento), bases industriais de defesa fracas, falta de equipamentos e treinamentos e o foco na autodefesa. Mesmo com um dos maiores orçamentos militares do mundo em 2011, o Japão só se destaca em termos marítimos, estando entre os dez Estados com maior arsenal de submarinos (sem possuir submarinos nucleares) (DANTAS, 2014). O crescimento do orçamento nos últimos anos foi motivado pelo iene fraco, por altos custos de pessoal e pelo aumento nas despesas com o plano de realocação da base aérea norte-americana em Futenma. Removendo as despesas, o gasto real com defesa é de aproximadamente 4,93 trilhões de ienes (41,4 bilhões de dólares), que é quase o mesmo gasto de 2002 (CSIS, 2016). As forças terrestres não têm capacidade para proteger o Japão por longos períodos de tempo, sendo ainda muito dependentes das forças norte-americanas, mesmo tendo feito avanços nesse aspecto. Nota-se que as forças terrestres mantêm uma função majoritariamente policial no território japonês e de suporte a operações de paz, enquanto as forças aérea e marítima têm carácter mais militarizado, com destaques à última por conta do cenário estratégico regional. As FAD também se encontram em processo de fortalecimento em termos tecnológicos e operacionais, fazendo exercícios militares conjuntos com outras nações, embora mantendo a aura do pacifismo. As forças terrestres estão passando por ajustes nos sistemas de armamentos, perdendo tanques e artilharia, mas avançando nas habilidades de combate urbano e atividades antiterroristas, com armas mais leves. A preferência é por capacidades de aspecto defensivo, mas o Japão possui também instrumentos com capacidade ofensiva, como submarinos de propulsão diesel/elétrica, navios anfíbios, aeronaves de longo alcance (P-3C-Orion), porta-aviões, entre outros (DANTAS, 2014). Atualmente, o Japão possui aproximadamente 151 mil membros ativos em suas forças armadas e 8 mil na reserva. Na revisão das Diretrizes para o Programa de Defesa Nacional, o gabinete de Abe planeja estabelecer uma força marítima para operações anfíbias, treinada pelos Estados Unidos, para a retomada de ilhas em casos de invasão; aumentar a defesa do ciberespaço e a cooperação antimísseis com os Estados Unidos e aumentar as capacidades de

inteligência (NDPG, 2014). O Japão dispõe, ainda, de uma Guarda Costeira bem equipada, composta por 13,200 homens, com previsões de expansão e com orçamento de aproximadamente 183 bilhões de ienes. Entre os principais objetivos da política de defesa de Abe estão a melhoria das capacidades de vigilância e reconhecimento, a preparação das FAD para reagir mais rapidamente e com maior flexibilidade, garantir superioridade aérea e marítima e preparar o Japão para ataques retaliatórios ou preventivos à Coreia do Norte. Para isso, estão previstos aumentos na frota de submarinos a diesel (de 16 para 22), construção de dois destróieres Izumo com capacidade de transporte de helicópteros e de repelir ataques de submarinos, aquisição de mais dois destróieres Aegis para a defesa antimíssil e uma modernização da força aérea com 42 aviões de combate multifuncionais F-35, além da compra de aeronaves e veículos para as operações anfíbias. Em 2014, o Japão começou a construção de uma estação com radar e base militar em sua ilha mais próxima de Taiwan e das ilhas Senkaku. Também serão adquiridos três drones Global Hawk (SAKAKI, 2015). O relatório independente do Deloitte (2016) classifica o Japão como um dos países “economizadores” dentro do contexto de gastos com defesa na Ásia, muito por conta da estagnação econômica. Mesmo com seu comprometimento de reservar 1% do produto interno bruto para gastos com defesa, os gastos reais com defesa têm uma projeção de declínio até 2020.

#### Variável 4: Aliança com os Estados Unidos

O Tratado de Segurança com os Estados Unidos tem sido um dos pilares da estratégia de defesa do Japão desde o final da ocupação pós-guerra. Como parte da Doutrina Yoshida, ele permitiu uma atuação militar reduzida durante toda a Guerra Fria, mas também gera riscos de aprisionamento ou abandono e tensões internas, relacionadas às bases militares. O Tratado foi revisado diversas vezes após sua versão original (Tratado de Cooperação e Segurança Mútua), de 1952, com destaque para as revisões dos anos 60 e 70, nas quais o Japão passa a ser considerado um parceiro na preservação da paz na Ásia. A partir da década de 90, o Japão passa a cooperar como um aliado mais ativo para evitar o fim ou enfraquecimento da aliança, dando suporte político e financeiro às iniciativas militares norte-americanas em vez de se remilitarizar de forma autônoma (WATANABE, 2016). Em 2002, a aliança ganha novas dimensões com o desenvolvimento conjunto de um sistema de defesa de mísseis balísticos

(BMD), se tornando um dos principais laços da aliança. Ele deixa o Japão dependente do suporte tecnológico dos Estados Unidos em situações de crise e implica o Japão nos usos da defesa norte-americana contra os vizinhos japoneses (TANTER, 2005). As versões recentes das Diretrizes para Cooperação entre EUA e Japão, de 2010 e 2014, reafirmam os objetivos pacíficos do Japão sob o “guarda-chuva” nuclear dos Estados Unidos, mas reconhecem uma mudança global na balança de poder e uma relativa mudança na influência estadunidense na Ásia. Eles também afirmam que não há, atualmente, nenhuma ameaça séria de invasão ao Japão, mas delineiam os riscos de as disputas e os confrontos regionais poderem levar a uma guerra aberta. O documento se compromete a evitar a deterioração da segurança japonesa e com a cooperação na segurança espacial e cibernética. O Japão vem gradualmente ganhando novas responsabilidades militares e a cooperação foi expandida geograficamente de forma indefinida para “as áreas nos arredores do Japão” (EUROPEAN UNION, 2015, p. 8). A retirada das restrições à exportação de armas, medida recente do governo Abe, permitirá ao Japão aumentar a participação no desenvolvimento e produção conjuntos de sistemas de armamentos, um dos maiores objetivos da medida. O Japão trabalhará com os Estados Unidos e outros países em segurança espacial e cibernética, assim como em avanços das tecnologias de defesa (CSIS, 2016). Embora a maioria do público japonês veja de forma positiva a manutenção da aliança com os Estados Unidos ao longo do tempo, cerca de metade dos entrevistados vê o poder e influência da superpotência como uma ameaça para o Japão e uma parte ainda maior (61%) acredita que ela esteja em declínio (PEW, 2016). Ainda sim, mesmo no caso de uma revisão constitucional e aumento da autonomia militar japonesa, é extremamente improvável que a aliança entre Estados Unidos e Japão deixe de existir (AKIMOTO, 2013).

#### Variável 5: As bases militares norte-americanas e a soberania japonesa

Pode-se afirmar que o povo japonês nutre certo ressentimento em alguns aspectos de sua relação com os Estados Unidos. Atualmente, um dos principais pontos de tensão são as bases militares norte-americanas. Elas são previstas pelo Tratado de Segurança, que foi assinado em um contexto de relação hierárquica desvantajosa para o Japão, causando um problema de soberania nesses locais. Essas percepções são agravadas pelos crimes e acidentes provocados pelo pessoal norte-americano estacionado em bases no Japão, se tornando um

ponto de concordância entre pacifistas e nacionalistas: ambos defendem um afastamento dos Estados Unidos em prol de esforços mais autonomistas (MICHISHITA; SAMUELS, 2012). Inicialmente, o tratado não deixava claro de quem seria a jurisdição em casos de infrações ou crimes cometidos nos territórios japoneses sob administração norte-americana. Apenas em 1972, com a revisão do Tratado de Segurança, o território de Okinawa retornou ao controle administrativo japonês, mas as instalações militares, que cobrem um quarto da ilha, permaneceram (MEYER, 2009). Atualmente, é difícil perceber uma exacerbação desses sentimentos, porém, principalmente desde o período do PDJ no poder, as províncias que recebem as bases norte-americanas têm sido mais vocais quanto aos problemas dessa presença militar estrangeira em solo japonês (MICHISHITA; SAMUELS, 2012). Além disso, a manutenção das bases norte-americanas em Okinawa, desde o 11 de Setembro de 2001, custaram ao Japão mais de 30 bilhões de dólares (CARVALHO, 2010). Torna-se cada vez mais desafiador para os gabinetes eleitos negociar com os Estados Unidos e com a prefeitura de Okinawa sobre a presença das bases. A prolongada oposição da prefeitura em realocá-las faz com que se torne difícil manter as promessas com os EUA, mesmo com as pressões norte-americanas. É necessário que Abe saiba manobrar a opinião pública para fazer valer seus intentos políticos sem causar problemas para a aliança (HUGHES, 2007). Abe tem tentado resolver a questão insistente da realocação da base aérea de Futenma, acordada com Washington ainda em 1996, de uma área densamente povoada na cidade de Ginowan para uma área costeira em Henoko. A implementação dos acordos, no entanto, encontra a oposição da maioria da população de Okinawa, que não quer a construção de uma nova base, por conta de seus efeitos negativos na qualidade de vida local (contaminação ambiental, poluição sonora, restrições por conta das zonas militares, entre outros). Em 2014, sob enorme pressão do gabinete, o governador de Okinawa finalmente cedeu aos planos de realocação em troca de uma ajuda econômica de 30 bilhões de ienes até 2021 (SAKAKI, 2015). Porém, é improvável que a realocação se complete em um futuro próximo, considerando os protestos populares contra a medida e as tentativas dos governos locais em retardar as obras da nova base (THE JAPAN TIMES, 2017).

#### Variável 6: Os princípios não-nucleares e a nuclearização do Japão

A recusa histórica do Japão em lidar com armamentos nucleares próprios é um debate intimamente ligada tanto à ameaça norte-coreana quanto à aliança com os Estados Unidos, que atende suas necessidades de defesa com o sistema BMD. Desde 1967, a política nuclear do Japão tem sido limitada por três princípios não-nucleares, embora não sejam leis vinculantes: não produzir, não possuir e não introduzir armas nucleares em seu território. No entanto, a partir das mudanças e novos debates introduzidos na década de 90, o status não-nuclear do Japão passa a ser publicamente questionado de ambos os lados do pacífico, considerando que o país tem capacidades para desenvolver armamentos nucleares próprios. Apesar de os governos norte-americanos se mostrarem contrários, o apoio midiático e de analistas respeitados passam a defender o desenvolvimento de armas nucleares pelo Japão. Essa percepção foi reforçada pela falha dos Estados Unidos em conter a proliferação norte-coreana e pela aplicação de um padrão duplo: apoio para iniciativas nucleares de alguns (Israel) e repúdio para outras (Índia, até recentemente, Paquistão, Coreia do Sul, entre outros). Ao mesmo tempo, a capacidade técnica do Japão de desenvolver e utilizar armamentos nucleares cresceu rapidamente desde a década de 90, tendo sido indubitavelmente capaz de produzi-los já em 2004 (TANTER, 2005). A posição fica ainda mais confusa com a ascensão de Trump à presidência. O novo presidente declarou que os parceiros norte-americanos devem dividir melhor os custos da segurança mundial e que não se oporia ao desenvolvimento de armas nucleares pelo Japão e pela Coreia do Sul (MUNICH SECURITY REPORT, 2017). Por outro lado, Carvalho (2010) alega que o Japão não necessita de poder nuclear para ter poder político. Apesar de não fabricar armas nucleares, ele possui a capacidade de poder ser nuclear e, como um Estado nuclear em potencial, em matéria de defesa e diplomacia, isso se traduz numa capacidade dissuasória elevada. Ainda sim, um Japão nuclear é muito improvável, pois conduziria ao aumento das tensões com os vizinhos e à provável proliferação nuclear regional. O único cenário no qual a nuclearização seria uma possibilidade plausível seria o de uma escalada drástica das tensões com a Coreia do Norte e com o afastamento dos Estados Unidos.

#### Variável 7: Participação ativa em operações de paz da ONU

O Preâmbulo da Carta da ONU e o da constituição japonesa compartilham normas similares. Ambos buscam a paz internacional baseada nos direitos humanos e no direito de

viver em paz. A participação do Japão em operações de paz é, portanto, consistente com o pacifismo internacional representado nos dois preâmbulos e com o discurso de segurança humana, em uma perspectiva altruísta, que foi utilizado para justificar as participações na década de 90 (AKIMOTO, 2013). Contudo, a participação do Japão em PKOs (operações de peacekeeping) contribui, ainda, para a realização de seus interesses nacionais. É possível conceber que o governo japonês está buscando maior prestígio na comunidade internacional, especialmente um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, fazendo contribuições para as operações de paz (CARVALHO, 2010). A atuação das FAD, por outro lado, está restrita a cinco regras: a existência de um acordo de cessar-fogo entre as partes em conflito armado, o consentimento do país receptor e das partes do conflito armado, a manutenção da imparcialidade nas operações de paz, a possibilidade de retirada das FAD em caso de descumprimento dos requisitos para sua atuação e a restrição do uso de armas ao mínimo necessário para a proteção à vida. Ainda sim, a partir de 1992, o Japão tem tido uma participação ativa e diversificada, em termos da região, seja por meio de operações de peacekeeping, assistência humanitária ou ajuda em caso de desastres. Uma participação mais ampla nessas operações e na agenda de segurança coletiva da ONU necessitaria de uma revisão constitucional e maiores avanços na “normalização” militar (AKIMOTO, 2013). As reformas constitucionais aprovadas em 2015 removem a burocracia para o despacho das FAD para suporte logístico a forças multinacionais, aumentam as possibilidades do uso da força em operações de peacekeeping e possibilitam a participação, em conjunto com outros países, em interceptações necessárias para operações de paz internacionais (EUROPEAN UNION, 2015, p. 19). Portanto, percebe-se uma tendência à facilitação da participação japonesa nas operações de paz, de modo a acelerar o processo de “normalização”, utilizando-se do discurso da segurança humana (DANTAS, 2014).

#### Variável 8: Prosperidade econômica

Os rumos da economia são determinantes para se repensar a grande estratégia do Japão para o século XXI. Uma crise ou estagnação econômica longa pode significar a desaceleração do processo de “normalização”. De fato, não é possível a nenhuma potência fazer prevalecer sua vontade militar no longo prazo e em larga escala sem capacidade econômica (CARVALHO, 2010). O Japão passou por grandes períodos de crescimento

econômico acelerado no século passado, em especial, dos anos 60 aos anos 80, impressionando todo o globo e gerando tensões com seus principais parceiros comerciais por conta dos desequilíbrios nas balanças de pagamentos. A apreciação forçada do iene durante a década de 80 gerou um fluxo sem precedentes de investimentos externos do Japão, uma vez que o aumento dos preços das exportações forçou várias empresas japonesas a deslocarem sua produção (SOLÍS, 2014). Ao final do século, contudo, a experiência de uma “década perdida” no quesito econômico expôs as vulnerabilidades da economia japonesa, desacelerando os ritmos de crescimento desde então. A produtividade no Japão ainda é abaixo da média ao ser comparada com a de outros grandes países industrializados, embora ainda seja proeminente em alguns setores de manufaturados. Ficou claro, desde a crise da década de 90, que o Japão precisa mudar o foco de sua economia dos esforços exportadores para o aumento da demanda interna, tendo em vista sua vasta capacidade produtiva e baixo poder de compra da sua moeda no resto do mundo (BORTHWICK, 2007). Durante os anos 2000, cortes de gastos forçaram a retração das assistências ao desenvolvimento, retirando o Japão do ranking dos maiores fornecedores de ajuda e crédito no mundo. Em 2011, o orçamento para ajudas externas foi apenas 49% do orçamento de 1997, tendência intensificada após o triplo desastre de 2011 (terremoto, tsunami e crise nuclear). De qualquer forma, o país tem mostrado um maior ativismo em assegurar arranjos institucionais internacionais, mantendo em parte seu poder de barganha no caso de maiores declínios econômicos (SOLÍS, 2014). Nos últimos anos, o país tem mantido um crescimento modesto de aproximadamente 2% ao ano, à exceção de 2016, cujo crescimento foi de 1,1%. No início de 2013, após duas décadas de estagnação econômica, o primeiro-ministro lançou um amplo programa econômico para reviver a economia japonesa de forma sustentável, mantendo disciplina fiscal. O programa ficou conhecido como “Abenomics”, com três principais pilares: política monetária agressiva, política fiscal flexível e uma reforma estrutural como estratégia de crescimento, que inclui reformas no estilo de trabalho e aumento da força de trabalho em meio a mudanças demográficas (THE GOVERNMENT OF JAPAN, 2017). Apenas 30% do público japonês, de acordo com o centro de pesquisas PEW, acreditam que a economia está em bom estado, enquanto 68% acreditam que a situação atual é ruim (PEW, 2016). Previsões da OCDE para 2017 e 2018 dizem que a taxa de crescimento do PIB se manterá entre 1% e 1,4%, com aumento da inflação e do déficit primário. A organização argumenta que, para sustentar a

confiança nas finanças japonesas, será necessário continuar as reformas estruturais, incentivar as taxas de consumo e reduzir a proteção ao setor agrário, integrando ainda mais o Japão na economia global (OCDE, 2017). Outras previsões são menos otimistas: a Trading Economics prevê uma queda da taxa de crescimento do PIB para 0,5% em 2020, com aumento da inflação e das taxas de desemprego (TRADING ECONOMICS, 2017).

#### Variável 9: Curva demográfica japonesa e a crise de poupança

Sharma (2016) aponta que, em todos os países, o crescimento econômico têm falhado em voltar às suas taxas pré-crise de 2008 e um dos fatores mais importantes para isso é a desaceleração no crescimento da força de trabalho. Liu e Westelius (2017) argumentam que, no Japão, o envelhecimento da população em idade ativa teve impactos significativos na produtividade do país e também em suas taxas de inflação. O Japão sempre foi conhecido no mundo por ter uma das maiores taxas de poupança doméstica entre os países industrializados. Porém, com o envelhecimento populacional, as altas taxas de poupança nacionais vão sendo gastas, significando que ele não terá mais tantos recursos para investir e emprestar ao mundo (BORTHWICK, 2007). Pesquisas recentes apontam que os jovens japoneses estão mais interessados no consumo presente e menos preocupados com o futuro do que as gerações anteriores. A potencial combinação entre os altos déficits fiscais com a diminuição das poupanças sinaliza que Japão está caminhando para uma crise de poupança, com impactos negativos para o próprio país e para o mundo. Com a diminuição das poupanças, o Japão perde a capacidade de ser um grande exportador de capital (FELDSTEIN, 2010). Como as poupanças domésticas contribuem para as poupanças nacionais, a diminuição das poupanças significa uma diminuição das ajudas e investimentos financeiros e, conseqüentemente, o Japão pode perder parte de sua influência regional e global. Além do mais, uma população envelhecendo e baixas taxas de natalidade também oferecem constrangimentos para as forças armadas em seu aspecto terrestre, deixando o Japão mais dependente de suas alianças de segurança e das bases militares norte-americanas. Previsões de Curtis, Lugauer e Mark (2017) mostram uma diminuição alta nas poupanças domésticas do Japão entre 2015 e 2030, desconsiderando o advento de futuras reformas da previdência ou booms de crescimento populacional. O declínio das taxas de poupança anteriores à 2015 são atribuídos aos aposentados do pós-Segunda Guerra Mundial (geração baby boom). Após 2030, os filhos

dessa geração estarão se aposentando, causado uma diminuição ainda maior nas poupanças. A população em idade ativa e as taxas de suporte previdenciário se manterão baixas e a tendência é que as poupanças dos trabalhadores em idade ativa também continuem diminuindo. Essas mudanças também determinam parcialmente o futuro do crescimento econômico baseado em investimentos, que tende a desacelerar. Os autores prevêem, ainda, um futuro similar para a China, embora em um horizonte temporal maior.

#### Variável 10: Política energética japonesa

O Japão, como uma das maiores economias do mundo, é também o terceiro maior consumidor e importador de petróleo (atrás apenas da China e dos Estados Unidos), o maior importador de gás natural e o segundo maior importador de carvão. Essas três commodities correspondem a 93% de seu consumo energético, apesar dos esforços governamentais em diversificar suas fontes de energia e de sua liderança mundial em eficiência energética (FURFARI, 2017). As crises do petróleo na década de 70 deixaram clara a importância da segurança energética e da dependência japonesa de um comércio internacional livre e estável, em especial com os fornecedores no Oriente Médio, que correspondem a quase 90% de suas importações energéticas (UMBACH, 2014). Após os acidentes nucleares em Fukushima, o país substituiu a barata energia nuclear, com o fechamento das plantas nucleares, majoritariamente por gás natural, aumentando os seus preços pelo aumento da demanda. Nesse sentido, a estratégia dos governos, desde 2014, tem sido uma “diplomacia de recursos” com os países exportadores, mas também uma diversificação de fontes e fornecedores. Ainda sim, com a diminuição das exportações da Indonésia, o país ficou mais exposto aos riscos geopolíticos do Oriente Médio, considerando que mais de 80% de suas importações de petróleo provém da região. Tendo isso em vista, as tendências mais recentes apontam para uma lenta retomada da energia nuclear, para diversificar e baratear o consumo energético do arquipélago. Além disso, Tóquio não tem hesitado em dizer que, se necessário, fará intervenções nas áreas de fornecimento energético com uma “diplomacia agressiva” (FURFARI, 2017).

#### Variável 11: Recursos escassos e conflitos globais

O Japão é um país formado por conjuntos de ilhas isoladas em um vasto oceano, limitando o seu acesso a recursos naturais. Essa dependência afeta seu desenvolvimento econômico, sua segurança alimentar e impossibilita sua autonomia energética. Então, não é exagero afirmar que ele vive em função de suas relações externas e do comércio internacional. A exportação de produtos manufaturados foi considerada essencial para assegurar o fluxo de recursos e materiais essenciais de outros países desde a Era Meiji. Hoje, a obsessão com a vulnerabilidade externa continua, especialmente por conta do petróleo e da busca de mercados que absorvam a capacidade produtiva japonesa. Nesse sentido, as crises dos preços do petróleo em 1973 e 1979 apenas intensificaram esse senso de vulnerabilidade. A formação de blocos que restrinjam o comércio internacional é uma possibilidade assustadora para o Japão (KAWASHIMA, 2003). Para o processo de “normalização”, isso significa que a autonomia japonesa na produção e manutenção de recursos militares próprios pode ser parcialmente restringida. Aeronaves, navios e outros instrumentos militares ainda utilizam muito combustíveis fósseis. Dentro da nova definição de autodefesa coletiva introduzida pelo gabinete de Abe, de interpretações vagas, o primeiro-ministro indicou que sérias interrupções ao fornecimento de energia são potencialmente suficientes para se enquadrar no requerimento de “risco claro à sobrevivência do Japão ou dos cidadãos japoneses” (EUROPEAN UNION, 2015, p. 16). Concomitantemente, grande parte das previsões aponta para um aumento da demanda energética global em cerca de 50% até 2030, majoritariamente de combustíveis fósseis. Algumas previsões apontam que, nesse mesmo ano, o mundo chegará ao pico de produção de petróleo e, a partir disso, haverá um declínio progressivo da produção. Observa-se que, em um mundo de potências em ascensão e recursos em declínio, o aumento da competição é inevitável. Boa parte das tensões geopolíticas são geradas pelas alianças energéticas bilaterais entre Estados, que enfraquecem a ação global coletiva para reduzir essas ameaças à segurança (USAID, 2010). Conflitos envolvendo o Oriente Médio ganham destaque, uma vez que as sequelas da má divisão das fronteiras permanecem e que os governos nessa região estão enfraquecidos há décadas, com legitimidade vinda majoritariamente de fora por conta dos petrodólares. Portanto, há a possibilidade de que essa dependência externa leve o Japão a um envolvimento maior em conflitos globais caso percebam-se riscos à sua segurança energética. (EURASIA GROUP, 2017).

### Variável 12: Nacionalismo japonês

O nacionalismo japonês é um fator histórico e foi especialmente incentivado durante o período imperialista, muito relacionado com a devoção ao Imperador e às tradições. Entretanto, ele é um dos problemas que mais tem impedido o bom relacionamento do Japão com a China, e também com as Coreias. Os japoneses, apesar de seu status atual de potência industrial moderna, ainda carregam um sentimento de inferioridade com relação às tradições e a cultura milenar chinesa (TAKAHARA, 2008). Os maiores problemas com os vizinhos não se tratam, no entanto, de pedidos de desculpas ou compensações às vítimas do militarismo japonês antes e durante a Segunda Grande Guerra. Eles se dizem mais preocupados sobre se os japoneses realmente aprenderam a lição da história, para prevenir o retorno do militarismo. Toda vez que eles começam a suspeitar que haja alguma glorificação desse passado, como uma posição oficial do governo, há repúdio por parte das nações asiáticas vizinhas do Japão. Nesse sentido, sempre que há visitas oficiais ao santuário Yasukuni, há também protestos na China e nas Coreias, além de repúdio diplomático. Essas manifestações são cada vez menos compreendidas pelas novas gerações de japoneses, que não vivenciaram as circunstâncias da guerra e acreditam que o Japão já se retratou demasiadamente (KAWASHIMA, 2003). Os incidentes de 2010 relacionados às ilhas Senkaku/Diaoyu levantaram os fervores anti-China no Japão. No final do mesmo ano, a opinião pública japonesa em relação à China foi a mais desfavorável desde 1978 (MICHISHITA; SAMUELS, 2012). As pesquisas de opinião recentes dos maiores jornais em circulação no Japão mostram que as percepções partilhadas por chineses e japoneses uns sobre os outros ainda são arrogantes, violentas e, em vários graus, nacionalistas. Embora tenha havido uma leve melhora nas percepções nos últimos anos, elas continuam esmagadoramente negativas (THE ASAHI SHIMBUN, 2016). Mais de 70% dos japoneses tem uma visão negativa da China. O governo japonês, em alguma medida, acumula uma parte importante da responsabilidade em alimentar o nacionalismo, frequentemente por razões domésticas e/ou eleitorais (EUROPEAN UNION, 2015). Já em 2016, 86% dos japoneses viam os chineses de forma negativa (PEW, 2016). O aprofundamento das relações econômicas e os intercâmbios estudantis entre os países não geraram a melhora nas relações em geral. As disputas históricas persistirão por uma falta de empatia de ambos os lados: o Japão precisa confrontar melhor certos aspectos do seu passado e a China precisa parar de usar o assunto para o explorar ganhos políticos de curto prazo

(YAHUDA, 2006). No meio tempo, o nacionalismo tem o potencial de gerar aumento nos investimentos no setor militar em tempos de paz e instigar conflitos por territórios disputados (DANTAS, 2014).

### *Variáveis externas*

#### Variável 13: Nacionalismo chinês

Por mais de um século, o nacionalismo tem sido uma característica persistente da política chinesa. Nas décadas de 60 e 70, um nacionalismo ideológico instigado pelas lideranças maoístas levaram a política externa chinesa a se aproximar dos EUA. Após a era Mao, as lideranças usaram o nacionalismo, inclusive o nacionalismo anti-japonês, para sustentar a legitimidade do partido (ROSS, 2013). O crescimento econômico na China proveu as bases para o aumento do sentimento de amor e orgulho pela nação chinesa especialmente a partir da década de 90. Esse orgulho, por vezes, assume uma expressão nacionalista agressiva. Esse sentimento foi, sem dúvida, um dos motivadores dos líderes da China moderna e foi usado para facilitar a integração nacional, unindo diferentes etnias e fazendo-as trabalhar para a construção de um socialismo com características chinesas. Outro fator agravante da educação patriótica por parte do governo é a preocupação com as influências externas ocidentais e japonesas. Em relação aos japoneses em específico, há um sentimento duplo de superioridade com relação às tradições, mas de inferioridade relativamente à economia e ao desenvolvimento social. A mídia chinesa também tem tido um papel importante, trazendo informações erradas ou exageradamente negativas sobre o vizinho insular (TAKAHARA, 2008). Com a expansão da internet na China, ao final dos anos 2000, facilitou-se a organização de protesto nacionalistas em larga escala, frequentemente contra países estrangeiros, mas também contra o governo, quando os protestantes acreditam que o governo falhou em resistir adequadamente às pressões externas (ROSS, 2013). As diferentes opiniões que os governos da China e do Japão têm da história da II Guerra Mundial, especificamente quando o Japão romantiza seu passado imperialista e agressivo nos livros de história, são as maiores fontes de ressentimentos (CARVALHO, 2010). Os incidentes de 2010 relacionados às ilhas Senkaku/Diaoyu também levantaram os fervores anti-japoneses na China (MICHISHITA; SAMUELS, 2012). O nacionalismo chinês reflete a crença popular de que a

China é uma grande potência e que não mais teria que fazer concessões ao Japão (ROSS, 2013). Em 2014, em uma pesquisa que questionava sua percepção sobre os japoneses, 90% dos chineses afirmaram guardar uma visão negativa do Japão. A responsabilidade por esse fato pode ser associada, em parte, aos líderes chineses, que usaram o nacionalismo para incentivar a legitimidade do Partido Comunista quando ameaçado por pressões democráticas. Simultaneamente, o governo chinês tenta impedir que as reações do público deteriore demasiadamente as relações econômicas e prejudiquem os investimentos japoneses (EUROPEAN UNION, 2015). Embora o nacionalismo seja incentivado pelas lideranças apenas para manter seu poder, tendências domésticas na China, desde 2010, sugerem que o nacionalismo continuará influente nas formulações políticas, o que tende a gerar instabilidade em suas relações regionais (ROSS, 2013).

#### Variável 14: Ascensão econômica e militar da China

A ascensão econômica da República Popular da China, ao mesmo tempo que apresenta novas possibilidades para o comércio bilateral, começa a ser problemática na medida em que seu crescimento fornece condições de competição com a economia japonesa. No quesito militar, a modernização das capacidades do exército chinês é caracterizada como uma ameaça pelo Ministério das Relações Exteriores do Japão e levanta dúvidas sobre as intenções do país. A China passa a ser considerada uma ameaça militar pela primeira vez em 2005 (MICHISHITA; SAMUELS, 2012). Não obstante, os mútuos benefícios comerciais e de investimento direto estrangeiro atenuam os conflitos. As relações sino-japonesas intensificaram-se após a crise financeira da década de 90, contribuindo para a integração econômica regional. Em 2003, o volume de comércio da China com o Japão atingiu o recorde de 132.4 bilhões de dólares (CARVALHO, 2010). Nas últimas duas décadas, a China ganhou notoriedade na comunidade internacional por conta de seu rápido crescimento econômico e seu engajamento progressivo em assuntos internacionais. Ela é a segunda maior economia do mundo, mas considera-se que apenas em 2050 ela poderá ser considerada um país modernizado e medianamente desenvolvido. Uma vez que isso aconteça, há duas principais especulações sobre os caminhos de sua política externa. A primeira diz que ela buscará aumentar seu poder e desafiar a ordem global vigente. A segunda defende que ela buscará a interdependência e, portanto, uma integração estável ao sistema internacional (WATANABE,

2016). Gries (2006) argumenta que o discurso da “ameaça chinesa” preocupa a China e tem sido o principal motivador dos esforços chineses em assegurar os seus vizinhos e o mundo de suas intenções benignas, tentando diminuir o dilema de segurança na região. O aumento do poder relativo estimula um Estado a demandar um volume maior de benefícios, mas, no caso da China, Feng (2008) diz que a obtenção desses benefícios adicionais será constrangida pelo poder norte-americano. A China continuará buscando aumentar o próprio poder, mas ela não pode adotar medidas drásticas de expansionismo militar para evitar a criação de uma aliança opositora à sua ascensão. Isso sem mencionar as restrições econômicas e políticas domésticas que ela precisa superar para continuar crescendo. Yahuda (2006) diz que os problemas nas relações sino-japonesas se devem muito à falta de experiência histórica em conduzir relações com base no princípio da igualdade e de instrumentos para discutir acordos bilaterais em profundidade. Em contraste, os gastos de defesa chineses têm aumentado em uma taxa de mais de 10% ao ano, com um orçamento oficial de aproximadamente 102 bilhões de dólares em 2014, quase três vezes o orçamento japonês. Mesmo que as forças japonesas sejam tecnologicamente superiores, essa distância está diminuindo, e as previsões são que a China atinja uma grande superioridade militar no futuro próximo, podendo até ultrapassar os Estados Unidos em gastos militares por volta de 2030 (SAKAKI, 2015). A falta de transparência sobre as intenções e estratégias por trás do rápido aumento de suas capacidades militares e as constantes incursões chinesas em águas territoriais japonesas impedem o desenvolvimento de uma maior confiança entre os dois países (TAKAHARA, 2008).

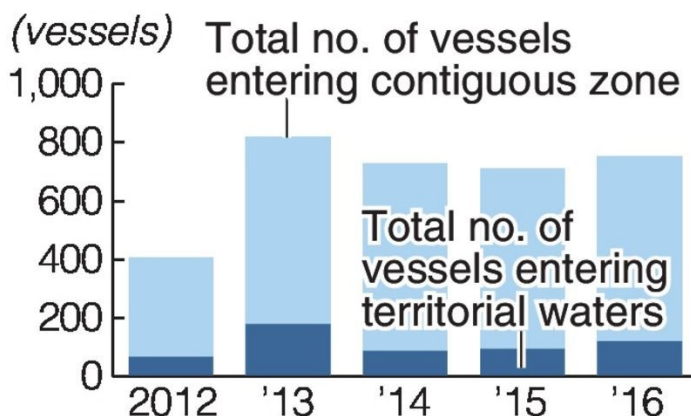
#### Variável 15: Disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu

A soberania sobre ilhas Senkaku (para os japoneses) ou Diaoyu (para os chineses), que estão próximas tanto de Taiwan quanto de Okinawa, é uma questão delicada, em especial, por seu carácter militarizado (MICHISHITA; SAMUELS, 2012). O controle das ilhas, mesmo que pequenas e inabitadas, significa o controle de uma das regiões pesqueiras mais ricas do mundo e de depósitos de petróleo e gás natural. Atualmente, o Japão tem a posse e administra as ilhas, mas a China as reclama para si. Entre 2010 e 2013, eventos como a compra de três das ilhas de proprietários privados pelo governo japonês e a como a captura e prisão de um capitão chinês que havia adentrado águas territoriais japonesas escalaram as tensões. Protestos eclodiram e o governo japonês sofreu críticas internas pela liberação do capitão sem um

juízo, após a China aplicar sanções políticas e comerciais ao Japão por pressões nacionalistas. Os Estados Unidos, por sua vez, têm apresentado uma posição ambígua quanto à questão da soberania sobre as ilhas. Os documentos oficiais não deixam claro como eles reagiriam a um ataque chinês para tomar as ilhas à força. Independentemente de o Tratado de Segurança entre EUA e Japão obrigar o primeiro a ajudar na defesa das Senkaku/Diaoyu, qualquer incidente armado colocaria sérias pressões sobre a aliança (CRONIN; DUBEL, 2013). Em 2016, o primeiro-ministro japonês, Abe Shinzo, anunciou um aumento do orçamento da guarda costeira e os navios de patrulha na região, em reação às incursões mensais chinesas em águas territoriais japonesas (THE CABLE, 2016). Da perspectiva chinesa, as ações do Japão são uma violação de sua soberania, respondidas com demonstrações militares de poder. Ela faz incursões no espaço aéreo e nas águas territoriais japonesas perto das ilhas com frequência cada vez maior (figura 5). Por enquanto, a força aérea e guarda costeira têm conseguido monitorar e neutralizar as incursões chinesas, embora qualquer pequeno erro possa levar a um conflito violento (THE DIPLOMAT, 2017). Uma guerra sino-japonesa advinda desse conflito em particular é improvável, mas os analistas japoneses consideram que a possibilidade de um conflito armado limitado às ilhas não pode ser excluída. Caso Washington mostre sinais de estar resoluto a agir com restrições e não se engajar contra a China, pode ser que ela tente adquirir controle sobre o território disputado por meios militares convencionais. Isso é particularmente problemático para o Japão, já que tanto as ilhas principais quanto as ilhas ao redor são muito pequenas para acomodar um sistema de defesa antiaéreo (SAKAKI, 2015).

Gráfico 3: Incursões de navios chineses nas águas territoriais ao redor das ilhas Senkaku

### Incursions by Chinese government vessels into waters around Senkaku Islands



\* Source: JCG materials

### Variável 16: Taiwan

Primariamente habitada por povos austronésios, Taiwan recebe imigrantes Han pela primeira vez durante a dinastia Ming, no século XVII. Em 1895, ela é ocupada pelo Japão e assim permanece pelos próximos 50 anos. O Japão apenas renunciou aos direitos territoriais sobre Taiwan em 1951, pelo Tratado de São Francisco. Taiwan caiu sob controle nacionalista chinês após a Segunda Guerra Mundial, sendo que os nacionalistas fugiram para a ilha após a vitória comunista na China. Durante os anos 70, as autoridades no poder gradualmente democratizaram e incorporaram a população local ao regime anteriormente autoritário. Logo, Taiwan passa a ser considerado um dos “Tigres asiáticos” pela sua ascensão econômica. Em 1996, houve a primeira eleição presidencial na ilha. Ainda sim, a soberania de Taiwan é uma questão não resolvida e delicada na região, uma vez que a China comunista a considera parte indivisível de seu território (CIA, 2017). As relações japonesas com Taiwan foram um entrave para a reaproximação sino-japonesa até a década de 70, pois nem a China comunista nem a China nacionalista aceitariam uma solução que dividisse os territórios reclamados. Inicialmente, o Japão apoiava a independência de Taiwan e sua entrada em organizações internacionais nas quais a condição de Estado fosse uma condição essencial. Depois que o presidente norte-americano Richard Nixon visitou a China comunista, em 1972, o Japão também voltou a estabelecer laços diplomáticos com ela, alegando que entendia e respeitava a perspectiva chinesa sobre Taiwan (MEYER, 2009). Os Estados Unidos oficialmente reconhecem apenas a China comunista, porém, Washington está obrigado pelo Ato de Relações com Taiwan, de 1979, a ajudar na defesa da ilha contra a China, incluindo através da venda de armas. A China, por sua vez, já fez várias ameaças de intervenções armadas caso os Estados Unidos tentem intervir na questão de Taiwan (THE NEW YORK TIMES, 2005). A simpatia japonesa para com Taiwan causa desconfianças nas relações com a China, sendo um dos pontos mais voláteis no leste asiático (MICHISHITA; SAMUELS, 2012). A grande questão que se coloca são as ameaças chinesas de reintegrar a ilha pelo uso da força. Na década de 90, um dos fatores que levou o Japão a revisar sua política de segurança foi a crise no

estreito de Taiwan. Durante testes nucleares, um dos quatro mísseis disparados pela China, em 1996, caiu no mar na costa de Taiwan, a 60 km do Japão, afetando a indústria pesqueira da região (CARVALHO, 2010). Embora os dois normalmente tenham boas relações, em 2012, Taiwan e Japão se engajaram em um conflito marítimo por conta das ilhas Senkaku, reivindicadas também por Taiwan, independentemente da China comunista. Negociações se seguiram, com uma proposta de Taiwan para uma zona pesqueira compartilhada na área disputada (CRONIN; DUBEL, 2013). Ainda hoje, a política japonesa de reconhecimento de “duas Chinas” é vista com maus olhos pelo governo chinês (EUROPEAN UNION, 2015). Com o governo Trump, há uma menor hesitação para manter o diálogo aberto com a China nacionalista, abandonando a postura distante das três últimas décadas e levando ao aumento das tensões com a China comunista, que tende a reagir com demonstrações de força sobre a ilha que ela considera como seu território. Ademais, é correto afirmar que a deflagração de um conflito armado por conta de Taiwan envolvendo os Estados Unidos atrairia também o Japão, pela aliança de segurança que eles mantêm com o segundo (FORBES, 2017).

#### Variável 17: Conflitos fronteiriços no Mar do Sul da China

Disputas marítimas ameaçam de forma crescente a paz e estabilidade do Pacífico ocidental. Os principais conflitos são no Mar do Sul da China, entre a China e cinco de seus vizinhos marítimos (Vietnã, Filipinas, Malásia, Indonésia e Brunei). As questões específicas e circunstâncias variam, mas as causas básicas dos conflitos são o aumento da competição global por recursos naturais escassos, como áreas de pesca e reservatórios de petróleo e gás natural (CRONIN; DUBEL, 2013). A China, há muito tempo, vem considerando grandes partes do Mar do Sul da China como seu território marítimo soberano e mantém essa posição, apesar das determinações recentes das Cortes Internacionais de Arbitragem e da comunidade internacional, cujas indicações favorecem as Filipinas e outros de seus vizinhos em suas demandas (MUNICH SECURITY REPORT, 2017). Como mostrado no Mapa 2, o território marítimo reclamado pela China é muito maior que aquele recomendado pela CNUDM (Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar). As definições de fronteiras marítimas no Mar da China Meridional são um complicador para uma maior aproximação nas relações sino-japonesas. As disputas por recursos aumentam as suspeitas de ambos os lados, a despeito de ambos serem importadores de energia e se beneficiarem da estabilidade nas linhas

marítimas e do uso eficiente de recursos naturais (MICHISHITA; SAMUELS, 2012). Especialistas japoneses afirmam que a estratégia chinesa consiste em rotineiramente buscar pretextos para expandir e consolidar seu controle sobre os territórios disputados e áreas marítimas nos arredores e associam essa prática de evitar a beligerância explícita tanto aos conflitos no Mar do Sul da China quanto aos conflitos pelas ilhas Senkaku (SAKAKI, 2015). Os conflitos também implicam os Estados Unidos, na medida em que eles mantêm alianças de segurança com diversas partes envolvidas, têm interesses nacionais em manter abertas as linhas marítimas e prezam pela manutenção de uma ordem estável e regulada internacionalmente na região (CRONIN; DUBEL, 2013). Há alguns anos, esses conflitos têm sido discutidos no âmbito da ASEAN, encorajando a cooperação e a resolução pacífica das disputas no Mar do Sul da China. Algum progresso foi atingido, mas devido ao grande valor dos comprovados e potenciais recursos energéticos da região, avanços são difíceis (FURFARI, 2017). Por conta da interdependência econômica significativa e dos interesses mútuos, não é provável que esses conflitos atingiam intensidades e perigo similares aos da Guerra Fria. Entretanto, o número de incidentes perigosos no mar tem aumentado, acompanhado do aumento das paixões nacionalistas, o que afasta as partes da negociação. Concomitantemente, os interesses dos vizinhos da China têm se alinhado cada vez mais com os dos Estados Unidos. Em um futuro próximo, o gerenciamento das disputas parece mais provável que uma solução diplomática produtiva. A falta de resolução pode colocar em risco décadas de integração econômica regional (CRONIN; DUBEL, 2013).

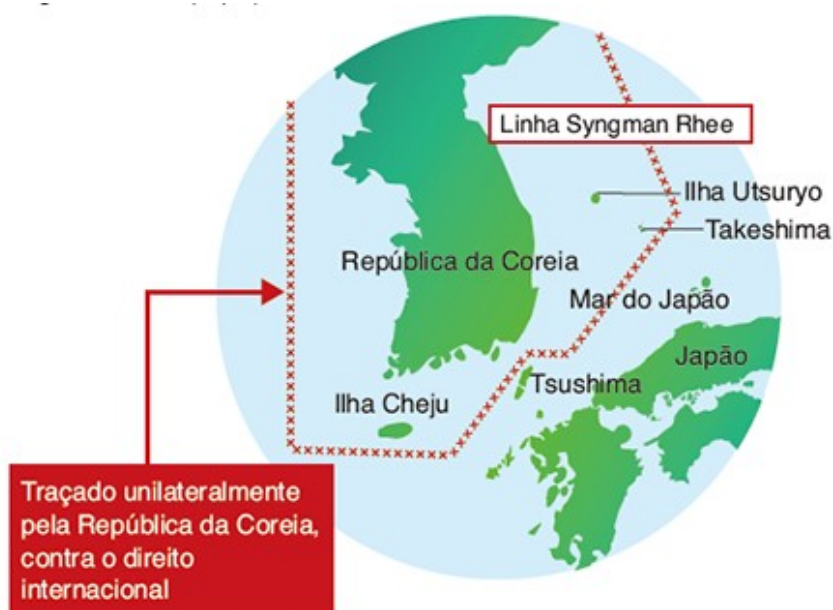
Mapa 2: Disputas no Mar do Sul da China



### Variável 18: Soberania sobre as ilhotas Dokto/Takeshima

O domínio das pequenas ilhas Dokto/Takeshima, conhecidas também como rochas Liancourt, tem sido disputado pela Coreia do Sul e pelo Japão por centenas de anos. Em 2012, a disputa antiga atinge um pico com a visita do presidente sul-coreano, Lee Myung-bak, à maior das ilhotas controladas pela Coreia do Sul, em ocasião de sua campanha eleitoral. Os sentimentos nacionalistas ainda remanescentes por conta do imperialismo japonês e seu tratamento brutal dos coreanos durante a ocupação da península, além de interpretações conflitantes do Tratado de Segurança entre Estados Unidos e Japão, farão com que a disputa provavelmente permaneça por um longo tempo. Mesmo com a baixa possibilidade de conflito, um incidente sério complicaria as relações dos Estados Unidos com ambos os parceiros e a questão tem sido um obstáculo na promoção de uma maior cooperação trilateral de defesa (CRONIN; DUBEL, 2013). Como apresentado no mapa 3, as ilhotas estão mais próximas de território coreano do que de território japonês.

Mapa 3: Ilhotas Dokto/Takeshima



Fonte: MOFA, 2017

### Variável 19: Política doméstica chinesa

A China pós-Mao teve suas políticas internas e externas focadas no que foi chamado de “ascensão pacífica”, inspirada pela visão de Deng Xiaoping de que a China deveria buscar não chamar demasiada atenção internacional nem assumir liderança durante sua ascensão (ROSS; FENG, 2008). Em um possível caso de democratização chinesa, uma das consequências iniciais poderia ser o hipernacionalismo, considerando a falta de instituições bem estabelecidas em uma nova democracia. A tendência de médio e longo prazo seria uma China mais moderada e confiante em suas relações com outros países; porém, esse não é um cenário muito provável (ROSS, 2006). O governo do Presidente Hu Jintao, a partir de 2004, buscou pôr em prática a diplomacia de “ascensão pacífica”, pretendendo afastar o clima de desconfiança ou a crença sobre a ameaça chinesa no exterior (CARVALHO, 2010). Entre 2009 e 2010, entretanto, uma série de iniciativas diplomáticas iniciaram uma nova tendência na política chinesa. A China passou a ser mais agressiva em suas negociações bilaterais e multilaterais, em especial quando envolviam sua segurança e disputas territoriais, criando demasiada tensão sobre assuntos relativamente pequenos e contrastando com a moderação dos últimos 30 anos. Como essa mudança não foi motivada por nenhuma grande alteração no cenário de segurança regional ou global, nem em um crescimento considerável das capacidades militares chinesas, Ross (2013) acredita que elas provieram do contexto interno chinês. Durante os anos 2000, o Partido Comunista se tornou exponencialmente preocupado com desafios à sua legitimidade, que aumentaram exponencialmente com o maior uso da internet para expor a corrupção e outros problemas do país. Entre 2008 e 2010, o número de usuários da internet aumentou em 60% e o número de protestos de larga escala foi de 120,000 em 2008 para mais de 180,000 em 2010. A má gestão política da crise de 2008 trouxe a alta inflação, o desemprego e o crescimento das desigualdades como fontes de instabilidade, agravando a situação. As mudanças radicais na situação econômica e política nesse período também trouxeram maior força para o nacionalismo, se espalhando por diversos setores e utilizando-se da internet para a organização de protestos (ROSS, 2013). O atual chefe de Estado e líder do Partido Comunista chinês desde 2013, Xi Jinping, tem usado o crescente nacionalismo anti-japonês para ganhar apoio popular para a sua política externa intransigente e, ao mesmo tempo, distrair as atenções de problemas domésticos, como a corrupção, a

degradação ambiental e a diminuição da velocidade do crescimento econômico (SAKAKI, 2015). Ainda nos primeiros anos de seu governo, Xi consolidou o poder, marginalizou oponentes e centralizou os processos de decisão tão rapidamente que muitos se perguntam se a tradição de governo por consenso ainda se aplica na China. Ele sente necessidade de responder decisivamente em questões-chave do interesse nacional chinês, com possibilidades de confronto em diversas áreas: nas relações norte-americanas com Taiwan, na crescente ameaça nuclear da Coreia do Norte e em tensões econômicas sobre moedas, propriedade intelectual e comércio. O presidente vê a política de “América primeiro” de Trump como uma oportunidade para buscar os interesses de segurança chineses pela Ásia e os interesses econômicos pelo mundo, como exemplificado pelo seu discurso no Fórum Econômico Mundial (primeira participação por um presidente chinês) e pelo seu apoio ao novo secretário-geral da ONU (EURASIA GROUP, 2017).

#### Variável 20: Política doméstica norte-americana

A política doméstica dos Estados Unidos pode afetar diretamente a forma como, na política interna no Japão, se percebe a aliança bilateral de segurança entre os dois Estados. Caso as lideranças norte-americanas se mostrem demasiadamente voláteis, pode-se voltar a avaliar os riscos da parceria. Após um período de desinteresse parcial seguido do colapso da União Soviética, o foco da política externa dos Estados Unidos se voltou para a Ásia de uma forma dramática. Sua estratégia visava a reafirmar seu papel político na região e assegurar uma posição econômica forte, que incluía a conclusão do Tratado Trans-Pacífico (TTP). Essa estratégia pode ser entendida como a resposta norte-americana ao crescimento da assertividade chinesa no mundo. Nesse contexto, o papel do Japão como seu maior aliado foi reforçado (EUROPEAN UNION, 2015). Entretanto, após o choque da eleição do novo presidente republicano, Donald Trump, com sua política de “A América primeiro”, pode-se observar o colapso do TPP e, segundo alguns especialistas, o fim de 70 anos da Pax americana (EURASIA GROUP, 2017, p. 2). Durante a campanha de Trump, ele sugeriu que “não seria tão mal” se o Japão e a Coreia do Sul desenvolvessem armamentos nucleares para se defenderem da Coreia do Norte. Em janeiro de 2017, o secretário de Estado, Rex Tillerson, prometeu uma postura mais agressiva em relação à China e suas construções de ilhas no Mar do Sul da China (MUNICH SECURITY REPORT, 2017). Abe recebeu a eleição do novo

presidente norte-americano com entusiasmo e promessas de investimento, apesar de os japoneses mostrarem desconfiança com relação a Trump. Em pesquisas pré-eleição, enquanto 78% dos japoneses apoiavam Obama, apenas 9% mostraram confiança em Trump e 82% expressaram uma falta total de confiança (PEW, 2016). O novo presidente havia ameaçado diminuir a presença militar estadunidense pelo mundo a menos que seus aliados dividam melhor os seus custos mas, em uma visita recente a Tóquio, o secretário de defesa James Mattis anunciou que seu comprometimento em defender o Japão permanece e inclui as disputas pelas ilhas no Mar do Leste da China (Senkaku/Diaoyu) (THE ECONOMIST, 2017). No último encontro entre os líderes dos dois países, na reunião do G8, em 4 de julho, o presidente Trump reafirmou o comprometimento dos Estados Unidos com a defesa do Japão e reiterou estar preparado para usar as capacidades estadunidenses em todo seu potencial para tal fim. Eles também reafirmaram a importância da aliança e repudiaram as ameaças nucleares recentes da Coreia do Norte (THE WHITE HOUSE, 2017). Desde os anos de Obama no poder, o Japão tem identificado uma menor inclinação estadunidense em assumir o papel de polícia global após as intervenções no Afeganistão e Iraque. Uma evidência dessa tendência foi seu afastamento do conflito na Ucrânia. Esse menor intervencionismo abre espaço para uma possível acomodação da ascensão chinesa e maior atuação militar russa (SAKAKI, 2015). Militarmente, Washington não sinaliza relutância em usar a força para a defesa dos interesses norte-americanos. Nesse contexto, há uma maior probabilidade de colisão entre os interesses nacionais estadunidenses e chineses, considerando o descaso do presidente norte-americano pelos meios diplomáticos tradicionais e o possível impacto disso nas comunicações entre os governos. Trump fez promessas de bombardeios contra o ISIS, de aumento das capacidades de monitoramento e de ampliar seu poder coercitivo, isto é, há uma tendência de uma política externa mais agressiva e pragmática nos próximos anos, supondo-se a permanência do presidente no poder. Ao mesmo tempo, o Congresso ainda tem muito poder de constranger as preferências da Casa Branca e a atividade legislativa descentralizada nos Estados Unidos coloca bastante poder nas mãos dos representantes locais (EURASIA GROUP, 2017).

#### Variável 21: Desastres naturais

Por estar em uma zona de encontro de placas tectônicas, o Japão está propenso a passar por diversos desastres naturais, como terremotos e tsunamis. Esses desastres geram grandes impactos, principalmente na economia e na população. Eles servem também como dinamizadores de mudanças, tanto subjetivas quanto físicas. Foi o caso do terremoto de Kanto, em 1923, cujos incêndios alteraram muito da configuração urbana nas grandes cidades dos país. Mais recentemente, os terremotos e tsunamis, causadores de desastres nucleares, do início dos anos 2010, significaram um aumento da legitimidade das FAD e da aliança com os Estados Unidos. Em 2011, houve o maior engajamento militar japonês desde a Guerra do Pacífico e a população japonesa recebeu de braços abertos os soldados japoneses e norte-americanos, rapidamente mobilizados em missões de busca, resgate e em campanhas de reconstrução. Pela primeira vez, os japoneses observaram uma utilidade concreta da aliança (MICHISHITA; SAMUELS, 2012). A ajuda em caso de desastres, que vem se tornando uma constante no cotidiano das FAD, tanto interna quanto externamente, tem a característica de promover a desconexão com seu carácter militar para o público em geral, permitindo sua maior aceitação e legitimidade. O problema é que as forças japonesas são estruturadas de acordo com comandos geográficos e padrões rígidos específicos. Elas têm passado por treinamentos mais específicos para o aprimoramento de sua participação nesse tipo de operação (DANTAS, 2014).

#### Variável 22: Dinâmicas conflitivas da península coreana

O que faz uma divisão ideológica da Guerra Fria manter dividida uma das mais antigas e homogêneas nações no mundo? Nos anos 90, se tornou comum assumir que o fim do conflito que dividia a península em Coreia do Norte e Coreia do Sul desde a Guerra da Coreia, após a Segunda Guerra Mundial, era apenas uma questão de tempo. Entretanto, a zona desmilitarizada entre as duas Coreias, negociada no armistício pós-Guerra da Coreia, continua sendo uma das zonas de conflito mais fortificadas no mundo. Na ausência de um tratado de paz, as relações entre as duas Coreias ainda são tensas e o comércio, limitado. As causas do conflito podem ser analisadas em diversos níveis. No nível local, ambos os Estados reclamam autoridade sobre toda a península, o que leva à competição por superioridade militar e por reconhecimento único na ONU. Os fatores que impedem um movimento em prol da prevenção e resolução dos conflitos são primordialmente relacionados à insegurança de

Pyongyang e suas manifestações, tendo em vista que o poder militar e as ameaças são a estratégia para a sobrevivência do seu regime em uma ordem pós-Guerra Fria, e ao desejo da Coreia do Sul de impor um regime liberal democrático ao seu vizinho. A continuidade dos conflitos inter-Coreias após a queda do regime socialista da URSS sugere que suas causas vão além das globais, sendo necessário também um olhar interno e regional (KIM, 2004). Historicamente, os acontecimentos na península coreana afetaram bastante as considerações de segurança do Japão. Durante a Guerra da Coreia, grande parte das tropas norte-americanas estacionadas no Japão foram enviadas à península e os Estados Unidos passaram a pressionar pela remilitarização japonesa, levando à alterações no Tratado de Segurança na década seguinte. A ameaça nuclear norte-coreana, mesmo que apenas retórica, também impulsionou o desenvolvimento das capacidades das FAD e a ampliação de seu papel a partir da década de 90. Carvalho (2010) destaca que a perspectiva de um Estado coreano reunificado é perturbadora para o Japão e para os EUA, porque a Coreia do Sul é o único local onde os EUA retêm uma presença militar continental no leste asiático. Para além disso, uma Coreia reunificada disporia de forças militares superiores às FAD japonesas e representaria uma ameaça econômica real. No entanto, o único aliado estratégico comunista da China na região é a Coreia do Norte. Portanto, a divisão das Coreias também interessa à China, pois assim poderá manter a sua influência sobre a Coreia do Norte e usar os testes nucleares de Pyongyang para negociações diplomáticas. Kim (2004) ressalta ainda que a China é a única potência a manter boas relações com ambas as Coreias e que uma possível crise lhe causaria problemas internos. Quanto à Coreia do Sul, pode-se dizer que ela receia uma “normalização” do Japão, mas também se aproxima dele por um interesse mútuo em conter a Coreia do Norte, fazendo exercícios militares conjuntos (DANTAS, 2014). Realisticamente, a Coreia do Sul não tem estrutura para afetar o balanço de poderes na região. Uma boa opção estratégica para a Coreia do Sul é fortalecer a sua aliança com os EUA e simultaneamente se beneficiar da aliança EUA-Japão (CARVALHO, 2010). O cenário mais provável para a península é a manutenção do status quo atual. Porém, na ocasião de uma verdadeira crise, o resultado mais provável é a reunificação pela força (KIM, 2004).

#### Variável 23: Os armamentos nucleares e a doutrina militar norte-coreana

A Coreia do Norte, como um país de regime extremamente fechado, ainda é uma incógnita para o mundo em muitos sentidos. A proximidade geográfica, o histórico colonial e as atitudes agressivas da Coreia do Norte a partir dos anos 90 são fatores de escala das tensões nas relações entre as Coreias e o Japão. A primeira crise aconteceu entre 1993 e 1996, por conta dos testes de mísseis pela Coreia do Norte. Ao longo dos anos 2000, novas crises surgiram, não só devido aos testes nucleares, mas também a incidentes envolvendo o sequestro de japoneses e incursões no mar territorial do Japão pela Coreia do Norte. Nesse sentido, Koizumi foi o primeiro governante japonês a visitar a Coreia do Norte para tentar negociar tais crises de forma independente (HUGHES, 2007). Acredita-se que os sequestros de cidadãos japoneses, desde as décadas de 70 e 80, são uma estratégia da agência de inteligência norte-coreana para treinar seus agentes na língua e costumes japoneses. Devido à falta de cooperação de Pyongyang, boa parte dos sequestros não foram resolvidos (SAKAKI, 2015). Kim Jong-un, jovem líder norte-coreano que governa desde 2011, tem, como provavelmente todo o regime, a sobrevivência como objetivo primário e, portanto, um medo intuitivo de um fim similar ao da Alemanha Oriental: o desmantelamento do regime e a absorção do Estado (KIM, 2004). É importante notar que o militarismo é o elemento essencial do governo norte-coreano e as forças armadas do país são o centro do regime, sendo uma das maiores do mundo em termos de engajamento de pessoal relativo à população. Na perspectiva do governo norte-coreano, o Japão também é uma fonte vital de legitimação do regime a partir de sua desconfiança da possibilidade de retorno das atitudes expansionistas da era colonial. A estratégia japonesa é de contenção com relação à Coreia do Norte, particularmente quando esta se utiliza da diplomacia nuclear para guiar sua política externa (DANTAS, 2014). Em 2015, a Coreia do Norte conduziu 24 lançamentos de mísseis visando desenvolver seu alcance e precisão. Esses exercícios também fornecem dicas sobre a doutrina militar norte-coreana, na medida que suas unidades praticam acertar portos onde as forças norte-americanas podem se concentrar e conduziram o lançamento de vários mísseis simultaneamente, para neutralizar as defesas antimísseis. Ainda sim, pouco se sabe ao certo sobre suas capacidades nucleares e pretensões (NTI, 2016). Em 2016, um relatório do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos afirmou que os mísseis têm capacidade para atingir a Coreia do Sul e boa parte do Japão. Os esforços mais recentes, no entanto, estão focados na construção de um míssil de longo alcance confiável o suficiente para atingir os Estados Unidos. Em julho de

2017, o governo norte-coreano conduziu seus dois primeiros testes bem-sucedidos de um míssil balístico intercontinental, podendo atingir qualquer parte do mundo, segundo Pyongyang, e tendo um míssil aterrissando no mar do Japão. O exército norte-americano diz se tratar, na verdade, de um míssil de médio alcance, embora vários especialistas acreditem que ele possa atingir o Alasca, Guam e a costa oeste dos EUA. Especialistas ainda não entraram em um acordo sobre se o míssil é confiável, mas, definitivamente, a Coreia do Norte está desenvolvendo armas nucleares e mísseis muito mais rápido que o esperado (BBC, 2017). O desenvolvimento nuclear norte-coreano é o assunto mais recorrente nas conversas entre os líderes norte-americanos e seus parceiros no leste asiático. Caso os EUA reajam às ameaças norte-coreanas pressionando a China a aumentar suas medidas coercitivas ou tomando medidas militares próprias contra ela, uma grande crise sino-americana é provável (MUNICH SECURITY REPORT, 2017). Os especialistas em segurança japoneses estão convencidos que as lideranças norte-coreanas não lançarão mísseis ou armas nucleares contra o Japão ou a Coreia do Sul pelo medo de uma retaliação aniquiladora. É mais provável que seja feito o uso das ameaças para chantagear os vizinhos. Entretanto, alguns especialistas apontam, por conta dos ataques com torpedos e artilharia contra a Coreia do Sul em 2010, que o regime norte-coreano não tem fugido diante de provocações. Considera-se, até mesmo, que o uso de mísseis e armas nucleares seja possível em caso de graves ameaças de colapso do regime, nas quais o jovem líder, Kim Jong-Un, pode tomar medidas desesperadas (SAKAKI, 2015).

#### Variável 24: Entrada do Japão no Conselho de Segurança da ONU

A possibilidade de entrada no Japão no Conselho de Segurança, seja como membro permanente em sua configuração atual ou em uma possível reforma da instituição, é uma variável majoritariamente dependente de sua ascensão como país militarmente “normal”. Sua participação como membro aumentaria sua influência política, que é de interesse nacional, traduzindo seu poder econômico em poder político. A ausência japonesa na Guerra do Golfo (1990) fez com que a comunidade internacional acusasse o Japão de praticar uma “diplomacia do cheque”, isto é, de ajuda financeira internacional ao invés da efetiva participação militar, o que afetou as aspirações ao assento permanente (CARVALHO, 2010). O Ministério das Relações Exteriores do Japão apoia a reforma do Conselho de Segurança por entender que ele

não mais reflete as realidades do século XXI e busca justificar sua candidatura ressaltando suas contribuições para as operações de paz da ONU, para a não-proliferação e para o desarmamento nuclear no mundo (MOFA, 2011). Os Estados Unidos têm apoiado essa candidatura japonesa como seu principal aliado no leste asiático, enquanto a China se opõe a ela. Uma participação japonesa no Conselho possivelmente significaria um envolvimento maior em conflitos globais, operações de peacekeeping e na segurança coletiva em geral e até mesmo um maior alinhamento com as estratégias de segurança estadunidenses. Todavia, a reforma do Conselho de Segurança, no contexto atual, é bastante improvável.

#### Variável 25: Relações Japão-Rússia

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a antiga URSS não assinou o Tratado de São Francisco, declarando a paz com o Japão, mas um acordo bilateral foi atingido cinco anos depois, terminando o estado de guerra. Em seguida, as relações melhoraram; a URSS retirou o veto à entrada do Japão na Organização das Nações Unidas e houve uma aproximação econômica. Já na década de 90, a Rússia se torna uma das receptoras de ajuda financeira do Japão (MEYER, 2009). Os laços econômicos entre os dois países asiáticos também têm se estreitado à medida que o Japão aumenta sua demanda por recursos energéticos, algo que a Rússia fornece com abundância. Ambos têm cooperado para o aumento dos laços comerciais (FURFARI, 2017). Uma possibilidade estratégica realista para o Japão seria uma aproximação das demais potências médias asiáticas, principalmente a Rússia, para balancear o poder da China. Entretanto, uma genuína aproximação da Rússia é difícil enquanto esta ocupar territórios que Tóquio considera uma parcela do Japão. O Japão reclama a devolução das quatro ilhas do sul do arquipélago das Kurilas (Iturup, Kunachir, Chicotan e Habomai), que ficam a norte desde Hokkaido, conquistadas no fim da II Guerra Mundial pela URSS (CARVALHO, 2010). A Rússia vem expandindo sua presença militar nas ilhas desde 2011 e, em 359 ocasiões, houve ameaças de invasão do espaço aéreo japonês por aeronaves russas. Ainda sim, essas manobras não são vistas pelo governo japonês como uma ameaça militar imediata, mas sim como uma tentativa de extrair concessões políticas ou militares (SAKAKI, 2015). Mesmo com os encontros entre Abe e Putin e com as tentativas de estreitar relações, incluindo maior cooperação econômica, os russos estão determinados a manter as ilhas, deixando o Japão com mais quatro ilhas para disputar (THE CABLE, 2016). Muito embora a

questão não seja crítica, por motivos históricos, os japoneses mantêm certa desconfiança com relação aos russos (MEYER, 2009).

Mapa 4: Ilhas Kurilas



Fonte: Dinâmica Global, 2017

#### Variável 26: Zonas de livre comércio

A política externa do Japão, até meados da década de 90, centrava muito de sua política comercial nas negociações multilaterais (GATT e OMC), porém, desde então, ela tem sido mais pragmática. O Japão não quer nem pode ficar isolado e se arriscar a perder a sua influência econômica e política na região. Entretanto, as negociações do período abriram as portas para novas iniciativas:

Em 1992, a ASEAN e o Japão estabeleceram a Zona de Comércio Livre (FTA) como forma de incrementar o comércio e investimento entre ambos, que evoluiu para a “ASEAN + Três” (Japão, China e Coreia do Sul), em dezembro de 1997, sem os EUA, numa demonstração da crescente autonomia de posicionamento dos países do Sudeste asiático. No entanto, o acordo de livre comércio entre a ASEAN e o Japão demonstrou ser uma oportunidade para aprofundar o multilateralismo. A proposta de criação do Fórum Regional da ASEAN (ARF) pelo Japão em 1994, é mais uma oportunidade para

legitimar uma liderança gradual nos assuntos regionais de segurança sem os EUA (CARVALHO, 2010, p. 82).

Alguns analistas liberais defendem que uma zona de livre comércio entre China e Japão não seria uma ameaça caso as vantagens comparativas dos dois países possam se realizar por meio do comércio. Enquanto uma proposta de zona de livre comércio ASEAN + 3 (mais China, Japão e Coreia do Sul) é um aspecto central da diplomacia chinesa, uma ASEAN + 6 (incluindo Austrália, Nova Zelândia e Índia) é preferida pelo Japão (MICHISHITA; SAMUELS, 2012). Em 2006, o gabinete Koizumi determinou a meta de negociação de acordos preferenciais para cobrir 25% do valor total do comércio japonês até 2010. Em 2012, o gabinete Noda anunciou uma meta bem mais ambiciosa: 80% até 2020. Entretanto, os treze tratados de livre comércio assinados até então representam apenas 17% das exportações japonesas. Mesmo que os setores industriais no Japão vejam a liberalização comercial de forma positiva, seus interesses se confrontam com uma oposição determinada dos setores agrários e seus respectivos representantes políticos. Eles argumentam que uma liberalização em larga escala destruirá a agricultura japonesa. Dessa maneira, um dos maiores desafios do Japão na busca de maior integração econômica é atingir um consenso doméstico em tempos de retração fiscal (SOLÍS, 2014). Em julho de 2017, o Japão e a União Europeia finalizaram as negociações de um acordo para a criação de uma zona de livre-comércio, entrando em etapa de homologação para que seja de fato assinado. O novo tratado visa cobrir virtualmente todos os temas da agenda de comércio bilateral, com um período de transição para proteger alguns setores altamente taxados. Caso o acordo seja formalizado, ele deve ampliar o comércio entre os atores, considerando que o Japão já é o sexto maior parceiro comercial da Europa, enquanto a UE é o terceiro dos japoneses. Com a aceleração das negociações, Bruxelas quis reafirmar sua posição forte a favor do livre-comércio em um contexto de tendências protecionistas por parte dos Estados Unidos. O Japão, por sua vez, buscou uma rápida substituição ao TPP após a retirada norte-americana, encontrando-a na União Europeia (ESTADÃO, 2017).

#### Variável 27: Fortalecimento da ASEAN e seus fóruns: cooperação multilateral regional

Durante a Guerra Fria, a ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático – Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia), fundada em 1967, tinha como objetivo

fazer face à ameaça comunista vietnamita. A organização, no entanto, não tem carácter militar, e sim de cooperação econômica e cultural. O foco no desenvolvimento econômico apaziguou os conflitos existentes, especialmente entre a Malásia e a Indonésia. Em 1984, o Brunei aderiu à ASEAN, seguido pelo Vietnã em 1995, por Mianmar e Laos em 1997, e pelo Camboja em 1999 (CARVALHO, 2010). Apesar de as desconfianças ainda estarem presentes por conta do passado imperialista japonês, os esforços de negociação política e as ajudas humanitárias e financeiras contribuíram para suavizar as relações com esses países durante e no pós-Guerra Fria (MEYER, 2009). Além disso, ela contribuiu para a economia japonesa: em 1987, o comércio regional era responsável por 21,9% da pauta exportadora e 26,3 das importações do Japão. Já em 2011, esses números cresceram para 49,6% e 41,9%, respectivamente, sendo também destino de 34,1% do investimento estrangeiro direto japonês (SOLÍS, 2014). Observa-se que os países asiáticos dão uma importância maior a instituições como a família e a nação. Essa consciência de grupo, em contraste aos valores ocidentais individualistas, são a chave para sua coesão social e a construção de suas nações. Também é, frequentemente, um dos fatores explicadores de fenômenos econômicos e políticos específicos desses países e de algumas iniciativas de integração regional (KAWASHIMA, 2003). Com a emergência gradual de arranjos de segurança multilaterais, o Japão, a partir de 1990, tirou proveito da ASEAN como espaço informal de diplomacia (CARVALHO, 2010). O crescimento da ASEAN em tamanho, força e influência tem um papel essencial na paz e prosperidade asiática. O passo mais significativo foi a criação do instrumento ASEAN+3, incluindo Japão, China e Coreia do Sul, durante a crise da década de 90. Esse processo de integração tem um modelo interessante, diferente daquele da União Europeia, por unir primeiro as nações pequenas e médias e, depois, tentar absorver e integrar as potências regionais. A participação nesses diálogos multilaterais tem criado uma norma de consultas e consenso nos processos de decisão que podem constranger as ações unilaterais das potências asiáticas em ascensão, particularmente a China (YAQING; LING, 2008). Mais recentemente, é possível perceber um recuo chinês nos conflitos territoriais face a uma ASEAN unida (CRONIN; DUBEL, 2013). O Japão e a ASEAN têm o mesmo conceito de segurança, pautado em uma abordagem abrangente, incluindo dimensões políticas, econômicas e sociais, e o Japão tem interesse em participar de iniciativas de segurança regional (DANTAS, 2014). A crise financeira asiática em 1997 e a crise global em 2008 revelaram os problemas e riscos de mercados financeiros mal regulados

em uma economia globalizada. Nesse contexto, nos anos 2000, muito graças aos esforços japoneses, foi criada a Iniciativa Chiang Mai, um fundo regional para lidar com a instabilidade financeira na região. Ele ganhou desenvolvimentos importantes e maior independência do FMI em 2012. Esses mecanismos, por sua vez, incentivam a internacionalização do iene e ajudam a diminuir a dependência do FMI e dos Estados Unidos para resolver crises futuras. Em 2013, após passar por dificuldades em estabelecer acordos preferenciais de comércio, o Japão anuncia seu interesse em entrar no Acordo Trans-Pacífico (SOLÍS, 2014). Não obstante, mesmo com suas intenções de criar uma ordem marítima baseada no direito internacional e na liberdade de navegação, o gabinete de Abe não considera instituições como a Cúpula do Leste da Ásia e o Fórum Regional da ASEAN como sua prioridade. Ele tem fornecido apoio, inclusive financeiro, para a integração do sudeste asiático, esperando fortalecer a posição desses países contra as atitudes agressivas chinesas nas disputas territoriais. Porém, ainda há grandes dificuldades em negociar com a China no estabelecimento de regras e códigos de conduta para a região, especialmente ao se tratar das questões territoriais. O Japão acredita que os fóruns multilaterais podem atingir apenas pouco mais do que a construção de confiança (SAKAKI, 2015). Em pesquisas conduzidas entre elites da ASEAN, quando questionados sobre ao que recorreriam seus governos no caso de ameaças à segurança, tradicionais ou não, em 10 anos, a maioria respondeu que escolheria alianças bilaterais, capacidades unilaterais e até mesmo instituições globais antes de considerar alternativas multilaterais regionais (GREEN, 2014). De todo modo, a revitalização econômica japonesa é essencial para sua potencial liderança regional. Se as reformas de Abe não trouxerem resultados, a perda de força financeira significará uma perda em seu poder de barganha internacional, ainda que o Japão tenda a seguir buscando a construção e o fortalecimento de instituições regionais (SOLÍS, 2014).

#### Variável 28: Coalizões bilaterais e trilaterais: outros parceiros

Green (2014) afirma que, devido a fraquezas institucionais dos fóruns multilaterais regionais, grupos menores, em coalizões trilaterais, têm buscado acordos mais efetivos sobre os desafios da segurança regional. O trilateralismo não só é atrativo por balancear as ameaças da Coreia do Norte e da China, mas também aumenta as possibilidades dos aliados dos Estados Unidos moldarem seu comportamento estratégico na Ásia e construir confiança entre

Estados competidores. Nos últimos anos, o Japão tem continuamente fortalecido suas relações bilaterais e trilaterais com outros países asiáticos, envolvendo ou não os Estados Unidos. Enquanto suas relações econômicas com os países do sudeste asiático têm sido positivas por muito tempo, agora ele tem prestado mais atenção à significância estratégica desses países. As iniciativas de cooperação têm sido estendidas nos campos de ajuda humanitária e desastres, segurança marítima e tecnologias de defesa (CSIS, 2016). Em termos gerais, o foco da diplomacia econômica regional do Japão continua sendo o nordeste e sudeste asiáticos, seguidos de longe pela Índia e a Ásia central (SOLÍS, 2014). Fóruns e negociações trilaterais entre Estados Unidos, Coreia do Sul e Japão vêm acontecendo desde a década de 90, motivados pelas movimentações agressivas da Coreia do Norte, mas ainda de difícil institucionalização por conta das disputas territoriais históricas entre Seoul e Tóquio. Os diálogos entre Estados Unidos, Japão e Austrália também datam de 1996, enfocando a emergência de uma arquitetura institucional da região da Ásia-Pacífico e outros temas específicos. O triângulo Índia, Japão e Estados Unidos vem aproximando os países asiáticos envolvidos, com a cooperação nuclear e marítima como motivadores, principalmente desde o início dos anos 2000 (GREEN, 2014). Como terceiro pilar da política de segurança japonesa, a cooperação com outros países tem sido abordada mais extensamente em documentos recentes, com preferência para as relações bilaterais. Entre seus principais parceiros, estão a Coreia do Sul, a Austrália, diversos membros da ASEAN e a Índia. As tentativas de parcerias trilaterais ou quadrilaterais não são tão bem-sucedidas por serem vistas pela China como estratégias de contenção. O descontentamento chinês desincentiva a continuidade das cooperações, como aconteceu em 2007, quando uma proposta de institucionalizar a parceria quadrilateral entre Japão, Estados Unidos, Índia e Austrália foi recusada. De fato, o Japão tem mostrado que a contenção da China é um de seus objetivos estratégicos. Ele tem insistido em se envolver com países médios como a Austrália, Nova Zelândia e Índia para restringir a dominação chinesa à medida que ela se torna mais agressiva em suas aspirações. Além disso, ao deixar de aliar sua política de segurança exclusivamente aos Estados Unidos, o Japão tem aberto mais espaço de manobra (SAKAKI, 2015).

### 3.3 As variáveis-chave

A partir dos valores encontrados na matriz do da tabela 3, pode-se montar o plano de influência e dependência (gráfico 1), classificar as variáveis e excluir aquelas pouco relevantes para o sistema. Como variáveis de entrada, muito influentes e pouco dependentes, tem-se a curva demográfica japonesa e a crise de poupança (V9) e os conflitos globais (V11). Essas variáveis explicam e condicionam em grande medida o sistema. As variáveis de ligação, que são ao mesmo tempo muito influentes e muito dependentes, sendo mais instáveis e com muita repercussão sobre as outras variáveis e sobre elas mesmas, são V1 (política doméstica japonesa), V2 (antimilitarismo japonês), V3 (crescimento das FAD), V4 (aliança entre Japão e EUA), V5 (bases militares), V6 (os princípios não nucleares e a nuclearização do Japão), V8 (prosperidade econômica), V12 (nacionalismo japonês), V13 (nacionalismo chinês), V14 (a ascensão chinesa), V15 (disputa pelas ilhas senkaku/diaoyu), V19 (política interna da China), V20 (política interna dos Estados Unidos) e V23 (os armamentos nucleares e a doutrina norte-coreana)

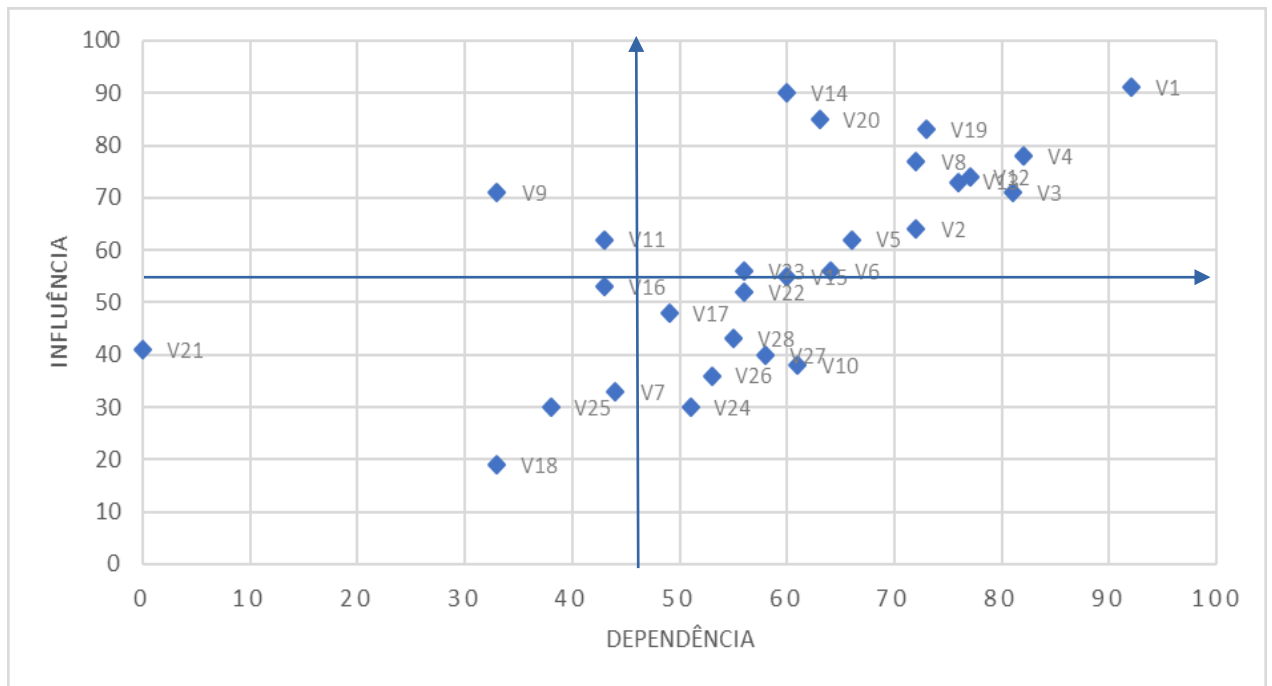
Como variáveis-resultado, pouco influentes e muito dependentes, há a variável 10 (política energética japonesa), a variável 17 (conflitos fronteiriços no Mar do Sul da China), a variável 22 (dinâmicas conflitivas da península coreana), a variável 24 (entrada do Japão no Conselho de Segurança da ONU), a variável 26 (zenas de livre-comércio) e a variável 28 (coalizões bilaterais e trilaterais: outros parceiros), sendo muito dependentes das variáveis das classificações anteriores. O restante das variáveis se encontra no último quadrante. Elas não têm valores de influência e dependência altos o suficiente para que sejam determinantes na análise ou para que se possa tirar uma conclusão sobre o seu papel no sistema. Assim, excluindo as variáveis V7, V16, V18, V21, V25, obtém-se as variáveis-chave do sistema.

Tabela 3: Matriz de Análise Estrutural

	V 1	V 2	V 3	V 4	V 5	V 6	V 7	V 8	V 9	V 10	V 11	V 12	V 13	V 14	V 15	V 16	V 17	V 18	V 19	V 20	V 21	V 22	V 23	V 24	V 25	Inf			
V1	0	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	2	4	3	2	4	3	2	0	3	3	4	3	4	3	3	91
V2	4	0	4	4	4	4	4	2	1	3	4	3	3	1	3	2	1	3	2	1	0	2	2	4	2	0	1	0	64
V3	4	3	0	3	2	2	4	2	1	2	3	3	4	3	4	2	1	3	3	2	0	3	4	4	2	1	3	3	71
V4	4	4	4	0	4	4	3	3	1	3	2	3	4	3	3	3	2	1	3	3	0	3	4	4	2	2	3	3	78
V5	4	3	3	4	0	3	1	2	1	2	2	4	3	3	3	2	2	1	2	3	0	3	4	1	2	1	2	1	62
V6	4	4	3	3	2	0	0	3	0	2	1	2	2	2	2	1	1	2	3	3	0	3	4	1	1	2	3	2	56
V7	2	3	4	3	1	0	0	1	1	1	2	2	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	1	4	0	1	2	1	33
V8	4	3	3	3	3	3	2	0	4	4	3	3	2	3	3	0	3	2	3	3	0	3	2	3	3	4	4	4	77
V9	4	3	3	4	3	3	3	4	0	4	2	3	2	3	3	2	2	2	1	1	0	2	2	3	2	4	3	3	71
V10	4	2	2	3	1	3	1	4	1	0	2	2	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2	3	2	2	38
V11	3	3	4	4	2	3	3	3	1	4	0	3	3	4	1	0	1	0	4	4	0	1	1	3	3	2	1	1	62
V12	3	3	3	3	4	2	2	3	1	3	2	0	4	2	4	4	4	3	4	2	0	3	3	3	2	3	2	2	74
V13	4	4	4	3	3	2	0	3	2	2	1	4	0	4	4	4	4	0	4	3	0	3	3	2	1	2	4	3	73
V14	4	4	4	4	3	3	2	4	2	4	3	4	4	0	4	4	4	1	4	4	0	4	4	2	2	4	4	4	90
V15	4	3	4	4	3	3	2	2	1	2	0	4	4	2	0	2	2	1	4	2	0	1	1	0	1	1	1	1	55
V16	3	2	3	3	2	2	1	2	1	1	0	2	4	4	4	0	3	1	4	4	0	1	1	1	1	0	2	1	53
V17	2	2	2	3	2	1	0	2	0	2	1	2	4	3	2	3	0	1	4	3	0	1	1	0	0	2	4	1	48
V18	3	2	2	1	0	0	0	1	0	0	0	4	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	1	0	1	19
V19	3	3	4	4	3	3	1	4	2	2	2	4	4	4	4	4	4	1	0	4	0	4	4	3	1	4	4	3	83
V20	4	4	3	4	4	4	2	4	1	3	3	3	4	3	4	4	4	2	4	0	0	4	4	3	1	3	2	4	85
V21	4	3	4	3	3	3	0	3	2	3	0	3	0	0	1	0	1	0	2	2	0	0	0	0	1	1	1	1	41
V22	3	2	3	3	3	3	1	3	1	1	0	1	3	3	1	1	1	1	4	3	0	0	4	1	1	2	1	2	52
V23	4	4	4	4	4	4	0	1	1	0	0	4	4	3	0	0	0	1	4	4	0	4	0	2	1	1	1	1	56
V24	3	1	1	2	1	1	4	0	0	1	1	3	3	0	0	0	0	0	2	2	0	1	1	0	1	0	0	2	30
V25	3	2	2	2	2	1	1	2	0	2	2	3	2	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	1	0	0	0	1	30

V26	3	0	1	1	1	1	0	4	2	2	1	1	2	2	1	0	1	0	2	1	0	2	0	1	1	0	3	3	36
V27	2	1	1	1	1	1	2	3	1	2	1	1	3	3	2	1	4	0	2	2	0	1	0	0	1	2	0	2	40
V28	3	0	2	2	1	1	1	3	1	2	1	2	4	2	1	1	1	1	3	2	0	1	1	1	1	3	2	0	43
Dep	9	7	8	8	6	6	4	7	3	6	4	7	7	6	6	4	4	3	7	6	0	5	5	5	3	5	5	5	
	2	2	1	2	6	4	4	2	3	1	3	7	6	0	0	3	9	3	3	3		6	6	1	8	3	8	5	

Gráfico 4: Plano de Influência e Dependência das Variáveis



Fonte: Elaboração própria

É válido considerar que a análise estrutural permite compreender melhor o sistema em análise e determinar os principais elementos de sua organização, mas que há limitações intrínsecas ao método, como a subjetividade da análise e a simplificação dos graus de relacionamento entre as variáveis (GODET, 1994). Também pode-se identificar limitações específicas do estudo de caso, como a impossibilidade de acesso a algumas fontes primárias governamentais, limitações logísticas, entre outras. Ainda assim, ela se torna uma ferramenta

útil para classificar ideias e abordar a questão de forma sistemática, guiando as perspectivas de futuro e a formulação de cenários.

### **3.4 Os cenários**

A partir disso, são formulados quatro tipos de cenário: o ideal, o favorável, o desfavorável e o catastrófico, focados nas variações possíveis das variáveis-chave. Lembrando que a prospectiva estratégica não se resume a uma apresentação dos futuros possíveis, mas um olhar sobre o futuro orientado à ação e à busca dos futuros desejados, essa classificação pretende assumir a perspectiva das lideranças políticas japonesas, considerando-as como principais formuladoras da política de segurança do Japão e as partes mais interessadas no processo de normalização.

#### *Cenário ideal*

O cenário mais favorável à normalização militar do Japão compreende uma aceleração das tendências internas e externas que a favoreçam, a constar: a manutenção do PLD no poder, especialmente, as suas facções pró-normalização, com uma liderança forte e unificadora, capaz de operar a modificação ou exclusão do Artigo 9º da constituição japonesa por meio do consenso e aprovação popular; a aceleração da superação das ideias pacifistas como traumas do desfecho da Segunda Grande Guerra (seja pela distância temporal dos eventos, por acontecimentos internacionais que diminuam sua legitimidade, por debates político-sociais ou uma mistura de todos os fatores); superação dos traumas com os desastres nucleares e avanços na utilização de tecnologia nuclear para fins pacíficos e militares; a manutenção da aliança de segurança com os Estados Unidos com foco em seu carácter estratégico, nos treinamentos militares, no desenvolvimento de tecnologia e na permanência dentro do “guarda-chuva” de proteção nuclear; permanência da tendência de política doméstica “americanista” ou nativista nos Estados Unidos, direcionando as atenções para os próprios interesses, com consequentes diminuições da presença militar em bases no território japonês e aumento da legitimidade e capacidades das FAD; presença de conflitos em larga escala e instabilidade nos fluxos de comércio energético; retomada do crescimento econômico rápido, especialmente, pela diversificação de parcerias comerciais e aplicação de políticas

econômicas bem-sucedidas, permitindo aumentos no orçamento de defesa; aumento das taxas de natalidade e/ou aplicação bem-sucedida de estratégias de contorno da situação demográfica (política de emigração, reforma previdenciária, avanços tecnológicos, etc); deflagração de protestos e manifestações nacionalistas violentas; continuidade da ascensão econômica e militar da China, da política interna de incentivos ao nacionalismo e de uma política externa agressiva; deflagração de conflitos limitados com a China sobre os territórios disputados, com os Estados Unidos se envolvendo em favor do Japão.

#### *Cenário favorável*

Para o cenário intermediário positivo, há a predominância do PLD no poder com uma liderança forte o suficiente para continuar a progressiva flexibilização do Artigo 9º, apesar da lenta diminuição do antimilitarismo e da permanência de oposições fracas ao processo de normalização; maior utilização da tecnologia nuclear para fins pacíficos, diminuindo os custos com importações energéticas e mantendo a possibilidade de desenvolver armamentos nucleares; a manutenção da aliança de segurança com os Estados Unidos e todos os seus benefícios sem diminuições consideráveis em sua presença em território japonês, apesar da política doméstica nativista nos Estados Unidos; demanda por maiores contribuições japonesas na política de segurança norte-americana; aumento da competição internacional por recursos não-renováveis, sem engajamento direto do Japão; pequena melhora nos indicadores econômicos, com taxas de crescimento de cerca de 2,5% (média para países desenvolvidos) e situação demográfica sob controle; incrementos leves e progressivos nas capacidades das FAD, com foco na superioridade aérea e marítima; manifestações nacionalistas e incidentes diplomáticos frequentes; continuidade da ascensão militar da China, com desaceleração do crescimento econômico e maior instabilidade política interna, levando a uma política externa mais assertiva, mas sem engajamento de fato em conflitos regionais e disputas territoriais.

#### *Cenário desfavorável*

No cenário intermediário negativo, pode-se perceber a ausência de lideranças fortes e falha em atingir um consenso político interno sobre a estratégia de segurança japonesa, mantendo a situação política das capacidades das FAD relativamente inalterada; o fortalecimento dos três princípios não-nucleares e utilização limitada da tecnologia para fins

pacíficos; a aliança de segurança com os Estados Unidos enfraquecida, com dificuldades na negociação da realocação das bases militares em território japonês; a diminuição da competição global por recursos a partir da descoberta de novos meios alternativos de produção de energia ou maior viabilização dos meios existentes; pequenas e escassas manifestações nacionalistas; a economia estagnada, com baixas taxas de crescimento e intensificação da crise de poupança por más decisões governamentais; a diminuição expressiva do crescimento econômico chinês, acompanhada de uma diminuição da velocidade da ascensão militar, uma política interna conciliadora e a “ascensão pacífica” como prioridade de política externa.

#### *Cenário catastrófico*

O pior cenário possível para o processo de normalização consistiria em uma tomada do poder por minorias pacifistas e valorização da estratégia antimilitarista nos debates políticos internos no Japão, mantendo-o um Estado não nuclearizado, com o consequente sucateamento das FAD por falta de investimentos e reversão das leis que ampliam suas capacidades de ação; na manutenção do Tratado de Segurança com os Estados Unidos e estabilidade em sua política interna; na ausência de conflitos em larga escala e estabilidade nos fluxos de comércio energético; na maior integração econômica e incentivos à resolução pacífica de conflitos territoriais com a China, seguido de uma aproximação também na questão de segurança, reconhecendo sua hegemonia e aumentando a dependência do vizinho continental; na quase superação dos nacionalismos devido à maior integração cultural e econômica; em crises econômicas e financeiras e na contínua queda nas taxas de natalidade e consequente crise de poupança no Japão.

É válido considerar também que as ações da Coreia do Norte têm potencial decisivo para a aceleração da normalização do Japão. Em um cenário mais favorável, haveria escalada rápida das tensões nucleares com os Estados Unidos e com a Coreia do Sul, sem envolvimento direto ou perdas para o Japão, mas que poderão ser utilizadas como argumento político para o aumento das capacidades militares japonesas, incluindo as capacidades nucleares. No cenário favorável, há uma manutenção das tensões, mudanças drásticas, o que favorece uma normalização mais lenta.

No cenário desfavorável, a Coreia do Norte entra em um acordo com os vizinhos para estabilizar a situação e a ameaça que justifica a normalização é diminuída. No cenário catastrófico, a Coreia do Norte desistiria de seu programa nuclear e deixaria de ser uma ameaça externa para o Japão, conseqüentemente retirando parte considerável dos incentivos ao processo de normalização. Também se pode considerar a deflagração de um conflito nuclear, altamente improvável, mas com conseqüências rápidas, incertas e transformadoras para o sistema.

Por fim, considera-se o cenário favorável como mais provável, tendo em vista que sua realização depende primordialmente da realização das tendências já apontadas para a maior parte das variáveis-chave do sistema. Isto é, com a realização das tendências previstas para as variáveis-chave levantadas, não haverá mudanças drásticas na situação da normalização para os próximos 13 anos, mas sim graduais mudanças que a favoreçam. Como conseqüência, o Japão terá sua posição de segurança reafirmada e gozará de um status internacional levemente mais elevado.

A realização desse cenário, ainda que fiquem claras as intenções dos tomadores de decisão japoneses em serem membros responsáveis da comunidade regional e internacional, é uma trajetória que traz preocupações para seus vizinhos em termos de segurança regional. A normalização levada a cabo pelas lideranças políticas, passando por cima do debate político e mascarando o aumento das capacidades das Forças de Autodefesa, atrapalham a confiança na transparência, democracia e na previsibilidade dos processos japoneses. Além disso, a preeminência da aliança bilateral com os Estados Unidos na política de segurança japonesa pode atrapalhar a construção de redes e instituições multilaterais de segurança regionais (HUGHES, 2014).

Portanto, percebe-se que o cenário mais provável, que favorece moderadamente a normalização do Japão, não é necessariamente o melhor cenário econômico e comercial e sua implementação não necessariamente favorece a estabilidade e paz no leste asiático, pois aumenta a insegurança de seus vizinhos. Por outro lado, a partir dele pode-se obter uma melhor perspectiva dos desafios para a formulação da política de segurança que mais favoreça a grande estratégia japonesa para o século XXI.

## **Considerações finais**

É possível observar que os eventos históricos entre as décadas de 1930 e 1950 ainda influenciam fortemente o imaginário da população japonesa e seus rumos políticos e estratégicos. O antimilitarismo, o nacionalismo e outras ideias reforçadas nesse período estão entre os principais obstáculos ao processo de normalização do Japão como potência e superação das restrições decorrentes da derrota na Segunda Guerra Mundial, da ocupação norte-americana e da desmilitarização do Japão. Esses fatores se combinam para garantir que os debates sobre a política de segurança, tanto em nível doméstico, quanto regional, permaneçam altamente controvertidos. Eles condicionam também, em grande medida, as relações do Japão com vários vizinhos asiáticos, sejam elas econômicas ou político-militares.

Mesmo assim, todos os estudiosos da situação japonesa estudados nesse trabalho concordam que o Japão pós-11 de setembro vem passando por uma normalização com relação aos demais Estados do sistema internacional. Observa-se uma tendência de aumento da legitimidade do uso da força pelos atores na política doméstica japonesa a partir do século XXI. As percepções de ameaças internas e externas, como a escassez dos recursos nacionais, uma economia fraca, a militarização de vizinhos próximos no leste asiático, entre outras, têm motivado esse aumento.

Entretanto, ainda não se pode dizer ao certo qual identidade o Japão deseja assumir. É improvável que seu destaque como potência econômica mundial se mantenha o mesmo das décadas de 60 e 70, considerando a estagnação de sua economia, o afastamento da doutrina Yoshida e a ascensão chinesa. O governo, nos últimos anos, tem se esforçado para garantir à sua população e aos países asiáticos que o Japão permaneça uma potência pacífica. A busca de parcerias bilaterais, trilaterais e acordos de livre-comércio perseguem o duplo objetivo de aumentar a confiança regional e ser uma solução econômica. Ao mesmo tempo, ele aumenta suas capacidades de atuação militar, buscando fornecer aos Estados Unidos uma parceria mais igualitária e mostrar ao mundo que está pronto para maiores responsabilidades na área da segurança, com um envolvimento internacional ativo não só no aspecto financeiro.

Para melhor compreender essa questão complexa e suas tendências, a perspectiva estratégica apresenta ferramentas valiosas de sistematização de ideias, permitindo o

levantamento de temas e questões-chave para o futuro e a cenarização de suas possibilidades. É intrínseco que a prospectiva não é uma análise imparcial ampla, mas sim um estudo dos futuros possíveis e desejáveis a um determinado ator, para assim embasar e guiar sua ação.

A partir desses entendimentos, buscou-se determinar os principais fatores condicionantes da normalização japonesa e levantar alguns impactos de um Japão parcial ou completamente “normal” no ambiente de segurança do leste asiático nos próximos 13 anos. A partir do método da prospectiva estratégica, foram elaborados os cenários desse sistema para analisar se, em 2030, haverá mudanças significativas nesses fatores para modificar as percepções internas e externas do lugar do Japão no mundo e quais os rumos mais preferíveis e prováveis dessas modificações.

A hipótese inicial era que as relações com os Estados Unidos e com os vizinhos do leste asiático seriam os aspectos mais importantes a condicionar a normalização japonesa, e que o resultado futuro mais provável dessas dinâmicas seria o aumento das tensões regionais no aspecto de segurança. Essas hipóteses foram comprovadas em parte, já que os Estados Unidos e os vizinhos asiáticos são muito relevantes, mas não os únicos condicionantes da normalização.

Desse modo, o primeiro capítulo situou o debate sobre políticas de segurança dentro da teoria das Relações Internacionais, explicando os porquês de o Japão ser considerado um Estado “anormal”. Além disso, é importante ressaltar a impossibilidade de enquadrar o caso japonês em apenas uma teoria, tendo em vista o objetivo de se fazer uma análise abrangente, a transdisciplinaridade necessária para o método da prospectiva estratégica e a própria complexidade das relações internacionais.

O segundo capítulo explicou historicamente os eventos mais relevantes para o entendimento da situação atual do Japão, salientando algumas de suas particularidades e facilitando a compreensão dos fatores essenciais ao processo de normalização. E, finalmente, o terceiro capítulo identificou e organizou esses fatores com base na análise estrutural da prospectiva estratégica, analisou os níveis de relações entre eles, obteve os condicionadores centrais do sistema e fez considerações sobre suas tendências futuras no limite temporal de 2030.

As conclusões chegadas apontam um cenário otimista para a normalização do Japão, embora não seja o melhor cenário possível. É prevista uma normalização moderada, com os ritmos de crescimento das capacidades militares muito dependentes da situação econômica e demográfica, dos debates políticos internos e das políticas chinesa e norte-americana. Destaca-se também o peso de fatores culturais e psicológicos, como o antimilitarismo e o nacionalismo, nos resultados finais obtidos.

De qualquer maneira, muitas questões permanecem em aberto sobre os futuros da grande estratégia japonesa para o século XXI. Dentro do processo de “normalização”, questiona-se se, realmente, o Japão será capaz de assumir uma postura mais igualitária nas relações com os Estados Unidos, por um lado, dividindo melhor os custos da parceria de segurança e, por outro, podendo negociar assuntos sensíveis, como as bases militares e seus problemas, de uma posição mais vantajosa. Também é incerto quanto tempo será necessário para que o Japão e seus vizinhos superem os traumas da Segunda Guerra Mundial e seus constrangimentos consequentes para a política de segurança japonesa. Seria o abandono do Artigo 9º da constituição de 1947 o ponto de virada necessário para que o Japão atinga o status de um Estado “normal”, igualando suas capacidades militares àquelas das demais potências médias do sistema internacional? É possível que o pacifismo e a democracia japoneses consigam conviver com uma política externa e de segurança mais assertiva e participativa?

Para além disso, a análise se mostrou limitada em prever variáveis de grande imprevisibilidade, mas com impactos potencialmente revolucionários para o sistema, como uma escalada dos conflitos com a Coreia do Norte, deflagração de conflitos abertos em ilhas disputadas ou uma intervenção direta norte-americana na região.

Espera-se que as tendências levantadas nesse trabalho sejam exploradas e trabalhadas mais a fundo em pesquisas futuras, contribuindo para o desenvolvimento de um olhar brasileiro sobre a Ásia. As conclusões geradas pela aplicação parcial do método de cenários podem ser ainda mais refinadas e ultrapassadas em outras análises sobre a “normalização” do Japão e suas perspectivas futuras, podendo esclarecer melhor as tomadas de decisão dos influenciadores das políticas de segurança japonesas.

## Referências bibliográficas

AKIMOTO, Daisuke. A Theoretical Analysis of Japan's Changing Security Identity: Through the Application of Analytical Eclecticism. In: **EJCJS**, vol. 10, issue 1, 2013.

BBC. **What we know about North Korea's missile programme**. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-17399847>> Acesso em: 16 ago. 2017

BERGER, Gaston. L'attitude prospective. 1959. In: **De la prospective -Textes fondamentaux de la prospective française 1955-1966**. 2. ed. Paris: L'Harmattan, 2007, p.87-92.

BORTHWICK, M. **Pacific Century: The Emergence of Modern Pacific Asia**. 3. ed. Colorado: Westview Press, 2007.

CARVALHO, Pedro M.A. O Paradigma Variável da Política Internacional Japonesa. In: **Lusíada. Política Internacional e Segurança**, n. 4, p. 69-98, 2010.

CEPIK, Marco. Sistemas Nacionais de Inteligência: origens, lógica de expansão e configuração atual. In: **Dados**, vol. 46, n. 1, 2003, p. 75-127.

CHORINCAS, Joana. Prospectiva Territorial: conceitos, técnicas e exemplos europeus. In: **Revista GeoINova, Novas Estratégias Territoriais de Desenvolvimento**, n. 12, 2006, p. 275-295.

CIA. The World Factbook. **East & Southeast Asia: Taiwan**. 2017. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/tw.html>> Acesso em: 20 ago. 2017.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **Japanese Public Opinion on Constitutional Revision in 2016**. 2016. Disponível em: <<https://www.cfr.org/expert-brief/taking-north-korea-g20>> Acesso em: 12 jul. 2017.

CRONIN, Richard; DUBEL, Zachary. **Maritime Security in East Asia: Boundary Disputes, Resources, and the Future of Regional Stability**. Stimson Research Center. 2013.

CSIS. **Japan's security policy under Abe: much ado about almost nothing**. 2016. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/pacnet-33-japan%E2%80%99s-security-policy-under-abe-much-ado-about-almost-nothing>> Acesso em: 12 jul. 2017.

CURTIS, Chadwick.; LUGAUER, Steven.; MARK, Nelson. Demographics and aggregate household saving in Japan, China, and India. In: **Journal of Macroeconomics**, v. 51, 2017, p. 175-191.

DANTAS, Aline C. **Segurança Nacional Japonesa: o desenvolvimento das Forças de Autodefesa Japonesas e o impacto do discurso de segurança humana**. 2014. Tese (Mestrado em Relações Internacionais) – Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2014, 110 f.

DELOITTE. **Asia-Pacific Defense Outlook 2016: Defense in Four Domains**. 2016. Disponível em: <<https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/jp/Documents/public-sector/gv/en-gv-ap-defense-outlook-2016-160216.pdf>> Acesso: 12 ago. 2017.

DINÂMICA GLOBAL. **A Rússia e a Disputa Ilhas Curilas com o Japão: a Perspectiva Russa**. Disponível em: <<https://dinamicaglobal.wordpress.com/2016/07/08/a-russia-e-a-disputa-ilhas-curilas-com-o-japao-a-perspectiva-russa/>> Acesso em: 03 set. 2017.

DURANCE, Philipe; GODET, Michel. A Prospectiva Estratégica para Empresas e Territórios. In: **Cadernos do LIPSOR**. n. 20. Paris, 2011.

ESTADÃO. **União Europeia e Japão fecham acordo de livre-comércio**. 2017. Disponível: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,uniao-europeia-fecha-acordo-de-livre-comercio-com-o-japao,70001880213>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

EURASIA GROUP. **Top Risks 2017: The Geopolitical Recession**. Nova Iorque: Eurasia Group, 2017. Disponível em: <[https://www.eurasiagroup.net/files/upload/Top\\_Risks\\_2017\\_Report.pdf](https://www.eurasiagroup.net/files/upload/Top_Risks_2017_Report.pdf)> Acesso em: 14 jul. 2017.

EUROPEAN UNION. **Japan Foreign and Security Policy at a Crossroads**. 2015. Disponível em: <[http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2015/549065/EXPO\\_IDA\(2015\)549065\\_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2015/549065/EXPO_IDA(2015)549065_EN.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2017.

FACING HISTORY. **2° WW in the Pacific (1941-1945)**. Disponível em: <<https://www.facinghistory.org/nanjing-atrocities/educator-resources/maps#1>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

FELDSTEIN, Martin. **Japan's Savings Crisis**. Harvard University. Disponível em: <<https://scholar.harvard.edu/feldstein/publications/japans-savings-crisis>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

FENG, Zhu. China's Rise Will Be Peaceful: How Unipolarity Matters. In: ROSS, Robert S.; FENG, Zhu. (Eds.) **China's Ascent: Power, Security and the Future of International Politics**. Nova Iorque: Cornell University, 2008, p. 34-54.

FORBES. **Why 2017 Is A Make-Or-Break Year For Taiwan**. 2017. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/ralphjennings/2017/01/04/why-2017-is-a-risky-make-or-break-year-for-isolated-taiwan/#475cc4e84bc0>> Acesso em: 20 ago. 2017.

FURFARI, Samuele. **The Changing World of Energy and the Geopolitical Challenges**. CreateSpace, 2017, vol. 2.

GIBNEY, F. **Japan: The Fragile Superpower**. 1975. 3. ed. Tuttle Publishing, 1996.

GREEN, Michel J. Strategic Asian Triangles. In: PEKKANEN, Saadia M.; RAVENHILL, John; FOOT, Rosemary (Eds.). **Oxford Handbook of the International Relations of Asia**. Nova Iorque; The Oxford University Press, 2014, p. 758-774.

GRIES, Peter H. Identity and Conflit in Sino-American Relations. In: JOHNSTON, Alastair I.; ROSS, Robert S. (Eds.) **New Directions in the Study of China's Foreign Policy**. Stanford: Stanford University Press, 2006, p. 309-339.

GODET, Michel. **From Antecipation to Action: a handbook of stratetegic prospective**. Paris: UNESCO, 1994.

HERZ, Jonh H. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. In: **World Politics**, Vol. 2, No. 2, 1950, pp. 157-180.

HOBBSAWM, R. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUGHES, Christopher. **Japan's Re-emergence as a "Normal" Military Power**. London: Oxford University Press; The International Institute for Strategic Studies, 2005.

HUGHES, Christopher. Why Japan Could Revise its Constitution and What it Would Mean for Japanese Security Policy. In: **Orbis: A Journal of World Affairs**, vol. 50, n. 4, 2006, p. 736-737.

- HUGHES, Christopher. US-Japan Alliance Futures: Koizumi's Legacy, Abe's Security Policies, US Challenges. In: **Journal Survival: Global Politics and Strategy**, vol. 49, issue 2, 2007.
- JANSEN, M. B. **The Making of Modern Japan**. Cambridge: Harvard University Press, 2002.
- KATZENSTEIN, Peter. SIL, Rudra. Eclectic Theorizing in the Study and Practice of International Relations. In: REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan (Eds.). **The Oxford Handbook of International Relations**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008, p. 109-130.
- KAWASHIMA, Yutaka. **Japanese Foreign Policy at the Crossroads: Challenges and Options for the Twenty-First Century**. Washington: Brookings Institution Press, 2003.
- KIM, Samuel S. **Inter-Korean Relations: Problems and Prospects**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2004.
- LIU, Yihan; WESTELIUS, Niklas. The Impact of Demographics on Productivity and Inflation in Japan. In: **Journal of International Commerce, Economics and Policy**, vol. 8, issue 2, 2007.
- MARCIAL, Elaine; GRUMBACH, Raul J. S. **Cenários Prospectivos: como construir um futuro melhor**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- MAPPING WORLD HISTORY. **World War II in the Pacific**. Disponível em: <<http://faculty.catawba.edu/cmcallis/history/mapping/world.htm>>. Acesso em: 03 abr. 2017
- MEYER, M. W. **Japan: A Concise History**. 4. ed. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2009.
- MICHISHITA, Narushige; SAMUELS, Richard J. Hugging and Hedging: Japanese Grand Strategy in the Twenty-First Century. In: NAU, Henry R.; OLLAPALLY, Deepa M. (Eds.). **Wordviews of Aspiring Powers: Domestic Foreign Policy Debates in China, India, Iran, Japan and Russia**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2012.
- MOFA. Japan's Position on the United Nations Security Council for the 21st Century. 2011. Disponível em: <[http://www.mofa.go.jp/policy/un/sc/pdfs/pamph\\_unsc21c\\_en.pdf](http://www.mofa.go.jp/policy/un/sc/pdfs/pamph_unsc21c_en.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2017.
- MOFA. Questão de Takeshima. 2017. Disponível em: <<http://www.br.embjapan.go.jp/territory/takeshima/issue.html>>. Acesso em: 10 set. 2017.

MUNICH SECURITY REPORT. **East Asia: Pacific No More?** 2017. Disponível em: <<https://www.securityconference.de/en/discussion/munich-security-report/munich-security-report-2017/places/east-asia-pacific-no-more/>>. Acesso em: 13 mai 2017.

NATIONAL DEFENSE PROGRAM GUIDELINES (NDPG). 2014. Disponível em: <[http://japan.kantei.go.jp/96\\_abe/documents/2013/\\_icsFiles/afieldfile/2013/12/17/NDPG\(Summary\).pdf](http://japan.kantei.go.jp/96_abe/documents/2013/_icsFiles/afieldfile/2013/12/17/NDPG(Summary).pdf)>. Acesso em: 02 ago 2017.

NIT. **Nuclear Threat Initiative. North Korea's Nuclear Year In Review—And What's Next.** 2016. Disponível em: <<http://www.nti.org/analysis/articles/north-koreas-nuclear-year-review-and-whats-next/>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

OCDE. **Japan: Economic forecast summary (June 2017).** Disponível em: <<http://www.oecd.org/economy/japan-economic-forecast-summary.htm>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

PEOPLE'S DAILY ONLINE. **China strongly protests against Koizumi's visit to Yasukuni Shrine.** Disponível em: <[http://en.people.cn/200608/15/eng20060815\\_293170.html](http://en.people.cn/200608/15/eng20060815_293170.html)>. Acesso em: 28 ago. 2017.

PEW. **Japanese Back Global Engagement Despite Concern About Domestic Economy.** 2016. Disponível em: <<http://www.pewglobal.org/2016/10/31/japanese-back-global-engagement-despite-concern-about-domestic-economy/>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

REICHERT, E. H. O Imperialismo Legal e Seus Limites: Um Estudo da Extraterritorialidade Americana no Japão (1858-1899). In: **XXVIII Simpósio Nacional de História.** Lugar dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios. Florianópolis, 2015.

ROSS, Robert S.; FENG, Zhu. The Rise of China: Theoretical and Policy Perspectives. In: ROSS, Robert S.; FENG, Zhu. (Eds.) **China's Ascent: Power, Security and the Future of International Politics.** Nova Iorque: Cornell University, 2008, p. 293-316.

ROSS, Robert. The domestic Sources of China's "Assertive Diplomacy", 2009-2010: Nationalism and Chinese Foreign Policy. In: FOOT, Rosemay (Ed.) **China Across The Divide: The Domestic and Global in Politics and Society.** Nova Iorque: Oxford University Press, 2013, p. 72-91.

SAKAKI, Alexandra. **Japan's Security Policy: A Shift in Direction under Abe?** Berlim: Stiftung Wissenschaft und Politik German Institute for International and Security Affairs, 2015.

SAMUELS, Richard. J. **Securing Japan: Tokyo's Grand Strategy and the Future of East Asia**. 2. ed. Ithaca e London: Cornell University Press, 2013.

SEN, Gautam. **International Relations and International Security in The 21st Century: The World in Transition**. Nova Déli: Center for Land Warfare Studies, 2014.

SHARMA, Ruchir. The Demographics of Stagnation: Why People Matter for Economic Growth. In: **Hein Online**, n. 18, 2016 .

SOLÍS, Mireya. Japan's Foreign Economic Policies. In: PEKKANEN, Saadia M.; RAVENHILL. John; FOOT, Rosemary (Eds.). **Oxford Handbook of the International Relations of Asia**. Nova Iorque; The Oxford University Press, 2014, p. 141-159.

TAKAHARA, Akio. A Japanese Perspective on China's Rise and the East Asian Order. In: ROSS, Robert S.; FENG, Zhu. (Eds.) **China's Ascent: Power, Security and the Future of International Politics**. Nova Iorque: Cornell University, 2008, p.218-238.

TANTER, Richard. Japanese Militarization and the Bush Doctrine. In: **The Asia-Pacific Journal**, vol. 3, n. 2, 2005.

THE ASAHI SHIMBUN. **Pew poll: How the Japanese and Chinese see each other**. 2016. Disponível em: <<http://www.asahi.com/ajw/articles/AJ201609140011.html>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

THE CABLE. **Japan Talks Tough on Senkaku Islands Dispute with China**. 2016. Disponível em: < <http://foreignpolicy.com/2016/12/21/japan-talks-tough-on-senkaku-islands-dispute-with-china/>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

THE DIPLOMAT. **The New 'Normal' in the East China Sea**. 2017. Disponível em: < <http://thediplomat.com/2017/02/the-new-normal-in-the-east-china-sea/>> Acesso em: 11 jul. 2017.

THE ECONOMIST. **Japan's prime minister meets Donald Trump—again**. 2017. Disponível em: <<https://www.economist.com/news/asia/21716655-shinzo-abe-bringing-offer-lavish-investment-him-japans-prime-minister-meets-donald>> Acesso em: 15 jul. 2017.

THE GOVERNMENT OF JAPAN. **Abeconomics**. 2017. Disponível em: <<http://www.japan.go.jp/abconomics/index.html>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

THE JAPAN NEWS. **Poll: 64% favor U.S. pressure on North Korea**. 2017. Disponível em: <<http://the-japan-news.com/news/article/0003644507>>. Acesso em: 12 jul 2017.

THE JAPAN TIMES. **Okinawa files fresh lawsuit to halt U.S. Futenma base relocation.** 2017. Disponível em: <<https://www.japantimes.co.jp/news/2017/07/24/national/crime-legal/okinawa-files-fresh-lawsuit-halt-u-s-futenma-base-relocation/#.WZScXIjyvIU>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

THE NEW YORK TIMES. **Q&A: The dispute between China and Taiwan.** 2005. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/cfr/international/slot2\\_112205.html?pagewanted=print&mcubz=3](http://www.nytimes.com/cfr/international/slot2_112205.html?pagewanted=print&mcubz=3)>. Acesso em: 22 ago. 2017.

THE WHITE HOUSE. **Readout of President Donald J. Trump's Meeting with Prime Minister Shinzo Abe of Japan.** 2017. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2017/07/08/readout-president-donald-j-trumps-meeting-prime-minister-shinzo-abe-2017>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

TRADING ECONOMICS. **Japan | Economic Forecasts | 2017-2020 Outlook** 2017. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/japan/forecast>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

UMBACH, Frank. The Energy Security of Japan after Fukushima 3/11. In: MOE E., MIDFORD P. (Eds.). **The Political Economy of Renewable Energy and Energy Security.** London: Palgrave Macmillan, 2014, p. 46-66.

USAID. Energy Security and Conflict: A Country-Level Review of the Issues. United States Agency for International Development. **CCM Discussion Paper n. 2**, 2010. Disponível em: <[http://pdf.usaid.gov/pdf\\_docs/pnadw664.pdf](http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/pnadw664.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2017.

VIOTTI, Paul R. International Relations and the Defense Policies of Nations: Internacional Anarchy and the Common Problem of Security. In: MURRAY, Douglas J.; VIOTTI, Paul R. (Eds.). **The Defense Policies of Nations: a Comparative Study.** 3. ed. Londres: The John Hopkins University Press, 1994, p. 3-19.

WATANABE, Paulo D. A política de defesa do Japão na primeira década do século XXI. 2016. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. 238 f.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. IN: **International Organization**, vol. 46, n. 2, 1992, p. 391-425.

YAHUDA, Michael. The Limits of Economic Interdependence: Sino-Japanese Relations. In: JOHNSTON, Alastair I.; ROSS, Robert S. (Eds.). *New Directions in the Study of China's Foreign Policy*. Stanford: Stanford University Press, 2006, p. 162-185